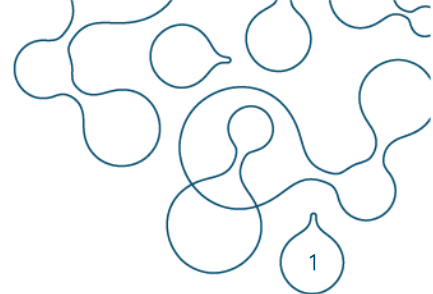




Medidas anunciadas





DISCLAIMER

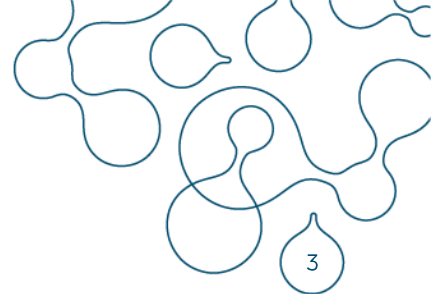
O conteúdo deste documento foi compilado pelo Grupo FarmaBrasil a partir de fontes internas e externas para uso técnico e dos seus associados. As fontes utilizadas são referenciadas ao longo do texto. O documento não representa a opinião dos associados.

O Grupo FarmaBrasil não faz qualquer declaração ou garantia quanto à integridade ou precisão deste conteúdo ou à sua adequação a qualquer finalidade. Verifique a data de atualização, considerando o uso de fontes externas, o conteúdo pode estar incompleto, conter erros ou estar desatualizado.

Qualquer reprodução, modificação, cópia, distribuição ou qualquer outro uso do conteúdo desse documento requer o consentimento prévio por escrito do Grupo FarmaBrasil e dos demais autores referenciados, conforme Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

MEDIDAS
ANUNCIADAS PARA
ENFRENTAMENTO DO
COVID-19





MEDIDAS ANUNCIADAS PARA ENFRENTAMENTO (LEIS, DECRETOS, MEDIDAS PROVISÓRIAS E REGULAMENTOS)

- O site do Planalto disponibilizou a lista de medidas normativas relacionadas à pandemia do COVID-19:
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm
- A Anvisa também disponibilizou regulamentos e orientações de forma organizada em seu site: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas>
- Um boletim de medidas governamentais para o enfrentamento do COVID-19 é mantido pelo Ministério da Economia: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19>
- Ao final foram destacadas diretrizes internacionais relacionadas ao Comércio Exterior.

**Atualizado em 25/08/2021*

COMPILAÇÃO
LEGISLAÇÃO E
REGULAMENTOS
PLANALTO



Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Deliberação nº 235, de 11.8.2021 Publicada no DOU de 11.8.2021 - Edição extra	Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Alagoas.
Deliberação nº 234, de 11.8.2021 Publicada no DOU de 11.8.2021 - Edição extra	Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de São Paulo.
Medida Provisória nº 1.062 de 9.8.2021 Publicada no DOU de 10.8.2021	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.102.436.262,00, para os fins que especifica.
Medida Provisória nº 1.059 de 30.7.2021 Publicada no DOU de 30.7.2021 - Edição extra	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.
Lei nº 14.190, de 29.7.2021 Publicada no DOU de 30.7.2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidade ou privados de liberdade.
Lei nº 14.189, de 28.7.2021 Publicada no DOU de 29.7.2021	Altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Decreto nº 10.752, de 23.7.2021 Publicado no DOU de 26.7.2021	Altera o Decreto nº 10.407, de 29 de junho de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020, que dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia da covid-19 no País.
Decreto nº 10.751, de 22.7.2021 Publicado no DOU de 23.7.2021	Altera o Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, para dispor sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19 .
Lei nº 14.187, de 15.7.2021 Publicada no DOU de 16.7.2021	Dispõe sobre a autorização para que estruturas industriais destinadas à fabricação de vacinas de uso veterinário sejam utilizadas na produção de insumos farmacêuticos ativos (IFA) e vacinas contra a covid-19 no Brasil.
Lei nº 14.186, de 15.7.2021 Publicada no DOU de 16.7.2021	Altera a Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, para dispor sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da covid-19 nos setores de turismo e de cultura.
Decreto nº 10.740, de 5.7.2021 Publicado no DOU de 6.7.2021	Prorroga o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.
Medida Provisória nº 1.056 de 5.7.2021 Publicada no DOU de 6.7.2021	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 20.272.300.000,00, para o fim que especifica.
Lei nº 14.179, de 30.6.2021 Publicada no DOU de 1º.7.2021	Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e para mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19; e revoga dispositivos das Leis nºs 8.870, de 15 de abril de 1994, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
Decreto nº 10.731, de 28.6.2021 Publicado no DOU de 28.6.2021 - Edição extra	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para a apresentação obrigatória para o alistamento militar devido ao enfrentamento da pandemia da covid-19 .
Portaria nº 655, de 23.6.2021 Publicada no DOU de 24.6.2021	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Lei nº 14.174, de 17.6.2021	Altera a Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, para prorrogar o prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 18.6.2021	
Lei nº 14.171, de 10.6.2021	Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para estabelecer medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial de que trata o seu art. 2º; e dá outras providências.
Publicada no DOU de 11.6.2021	
Medida Provisória nº 1.054 de 8.6.2021	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa e da Cidadania, no valor de R\$ 235.348.850,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 9.6.2021	
Lei nº 14.160, de 2.6.2021	Dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas.
Publicada no DOU de 4.6.2021 - Edição extra	
Medida Provisória nº 1.053 de 2.6.2021	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 5.000.000.000,00, para o fim que especifica.
Publicada no DOU de 4.6.2021 - Edição extra	
Portaria nº 654, de 28.5.2021	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 28.5.2021 - Edição extra	
Portaria nº 135, de 19.5.2021	Altera a Portaria MAPA nº 116, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre os serviços, as atividades e os produtos considerados essenciais pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o pleno funcionamento das cadeias produtivas de alimentos e bebidas, para assegurar o abastecimento e a segurança alimentar da população brasileira enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19.
Publicada no DOU de 24.5.2021	
Lei nº 14.152, de 19.5.2021	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 20.5.2021	Dispõe sobre a extensão do prazo de validade de prescrições médicas e de pedidos de exames complementares de diagnóstico emitidos para gestantes e puérperas, e sobre o acesso facilitado a cuidados intensivos e à internação em leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) enquanto perdurar a pandemia de covid-19.
Lei nº 14.151, de 12.5.2021	Dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus.
Publicada no DOU de 13.5.2021	
Lei nº 14.150, de 12.5.2021	Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc), para estender a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização de recursos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 13.5.2021	
Medida Provisória nº 1.048 de 10.5.2021	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 5.500.071.904,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 10.5.2021 - Edição extra	
Decreto nº 10.697, de 10.5.2021	Altera o Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, para criar a Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Publicado no DOU de 10.5.2021 - Edição extra	
Lei Complementar nº 181, de 6.5.2021	Altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, e a Lei nº 14.029, de 28 de julho de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente; altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, para conceder prazo adicional para celebração de aditivos contratuais e permitir mudança nos critérios de indexação dos contratos de refinanciamento de dívidas; altera a Lei Complementar nº 159, de 19 de
Publicada no DOU de 7.5.2021	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	maio de 2017, para permitir o afastamento de vedações durante o Regime de Recuperação Fiscal desde que previsto no Plano de Recuperação Fiscal; altera a Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, para conceder prazo adicional para celebração de contratos e disciplinar a apuração de valores inadimplidos de Estado com Regime de Recuperação Fiscal vigente em 31 de agosto de 2020; e revoga o art. 27 da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021.
Medida Provisória nº 1.047 de 03.5.2021	Dispõe sobre as medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da covid-19 .
Publicada no DOU de 4.5.2021	
Lei nº 14.148, de 3.5.2021	Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC); e altera as Leis nos 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.212, de 24 de julho de 1991. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 4.5.2021	
Medida Provisória nº 1.047 de 03.5.2021	Dispõe sobre as medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da covid-19 .
Publicada no DOU de 4.5.2021	
Medida Provisória nº 1.046 de 27.4.2021	Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).
Publicada no DOU de 28.4.2021	
Medida Provisória nº 1.047 de 03.5.2021	Dispõe sobre as medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da covid-19 .
Publicada no DOU de 4.5.2021	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Medida Provisória nº 1.046 de 27.4.2021	Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 28.4.2021	
Medida Provisória nº 1.045 de 27.4.2021	Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito das relações de trabalho.
Publicada no DOU de 28.4.2021	
Medida Provisória nº 1.044 de 27.4.2021	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R\$ 9.977.701.233,00, para o fim que especifica.
Publicada no DOU de 28.4.2021	
Lei nº 14.147, de 26.4.2021	Cria o Programa Pró-Leitos, com aplicação enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da covid-19. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 27.4.2021	
Portaria nº 769, de 22.4.2021	Autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.
Publicada no DOU de 23.4.2021 - Edição extra	
Portaria nº 768, de 22.4.2021	Torna sem efeito a autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Itatiba.
Publicada no DOU de 23.4.2021 - Edição extra	
Portaria nº 766, de 22.4.2021	Torna sem efeito a autorização de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Juiz de Fora.
Publicada no DOU de 23.4.2021 - Edição extra	
Medida Provisória nº 1.043 de 16.4.2021	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 16.4.2021 - Edição extra	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.693.315.000,00, para os fins que especifica.
Lei Complementar nº 180, de 14.4.2021	Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).
Resolução nº 14, de 6.4.2020	Revoga a Resolução nº 1, de 13 de abril de 2020, que instituiu o Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do País, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19, e a Resolução nº 2, de 14 de abril de 2020, que a alterou.
Publicada no DOU de 8.4.2020	
Decreto nº 10.664, de 31.3.2021	Altera o Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, que dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço, e o Decreto nº 10.312, de 4 de abril de 2020, que amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19.
Publicado no DOU de 1º.4.2021 - Edição extra	
Portaria nº 622, de 31.3.2021	Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial 2021, instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.
Publicada no DOU de 31.3.2021 - Edição extra	
Lei nº 14.131, de 30.3.2021	Dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021; e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
Publicada no DOU de 31.3.2021	
Medida Provisória nº 1.041 de 30.3.2021	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 31.3.2021	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 5.324.320.142,00, para os fins que especifica.
<u>Lei nº 14.128, de 26.3.2021</u>	Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela Covid-19, ou realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias, tornarem-se permanentemente incapacitados para o trabalho, ou ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, em caso de óbito; e altera a Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.
Publicada no DOU de 26.3.2021 - Edição extra D	
<u>Decreto nº 10.661, de 26.3.2021</u>	Regulamenta a Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, que institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).
Publicado no DOU de 26.3.2021 - Edição extra C	
<u>Portaria nº 620, de 26.3.2021</u>	Regulamenta os procedimentos de que trata o Decreto nº 10.661, de 26 de março de 2021, a respeito do Auxílio Emergencial 2021, instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.
Publicada no DOU de 26.3.2021 - Edição extra	
<u>Portaria nº 216, de 26.3.2021</u>	Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Rio Grande do Sul.
Publicada no DOU de 26.3.2021 - Edição extra	
<u>Portaria nº 215, de 26.3.2021</u>	Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de
Publicada no DOU de 26.3.2021 - Edição extra	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Pará.
Portaria nº 214, de 26.3.2021	Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Espírito Santo.
Publicada no DOU de 26.3.2021 - Edição extra	
Decreto nº 10.659, de 25.3.2021	Institui o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia da Covid-19.
Publicado no DOU de 26.3.2021	
Portaria nº 518, de 23.3.2021	Autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.
Publicada no DOU de 24.3.2021 - Edição extra	
Medida Provisória nº 1.039 de 18.3.2021	Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).
Publicada no DOU de 18.3.2021 - Edição extra	
Medida Provisória nº 1.038 de 18.3.2021	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania e da Advocacia-Geral da União, no valor de R\$ 394.560.026,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 18.3.2021 - Edição extra	
Medida Provisória nº 1.037 de 18.3.2021	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 42.575.600.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 18.3.2021 - Edição extra	
Medida Provisória nº 1.036 de 17.3.2021	Altera a Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, para dispor sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da covid-19 nos setores de turismo e de cultura.
Publicada no DOU de 18.3.2021	
Emenda Constitucional nº 109, de 15.3.2021	Altera os arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167-A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios
Publicado no DOU 16.3.2021	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19.
Lei nº 14.125, de 10.3.2021	Dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 10.3.2021 - Edição extra	
Lei nº 14.124, de 10.3.2021	Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.
Publicada no DOU de 10.3.2021 - Edição extra	
Lei nº 14.123, de 10.3.2021	Altera a Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018, e prorroga até 31 de dezembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020.
Publicada no DOU de 10.3.2021 - Edição extra	
Lei nº 14.122, de 3.3.2021	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00 (dois bilhões, quinhentos e treze milhões e setecentos mil reais), para o fim que especifica; e dá outras providências.
Publicada no DOU de 4.3.2021	
Decreto nº 10.642, de 3.3.2021	Altera o Decreto nº 10.311, de 3 de abril de 2020, que institui o Conselho de Solidariedade para Combate à Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos.
Publicado no DOU de 4.3.2021	
Portaria nº 373, de 2.3.2020	Dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia
Publicada no DOU de 2.3.2021 - Edição extra	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional e temporário.
Lei nº 14.121, de 1º.3.2021	Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facility) e estabelece diretrizes para a imunização da população. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 2.3.2021	
Portaria nº 44, de 24.2.2021	Dispõe sobre o regime de trabalho dos servidores e empregados públicos do MAPA durante o período de enfrentamento da pandemia da COVID-19.
Publicada no DOU de 1º.3.2021	
Medida Provisória nº 1.033 de 24.2.2021	Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, para conceder tratamento à produção de oxigênio medicinal empregado em medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública relacionados com a covid-19.
Publicada no DOU de 25.2.2021	
Medida Provisória nº 1.032 de 24.2.2021	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.861.205.000,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 25.2.2021	
Portaria nº 37, de 18.2.2021	Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o Comitê de Crise para monitoramento e ações para minimizar os impactos do coronavírus (CC-AGRO-COVID19) no funcionamento da agropecuária e abastecimento de alimentos para a população brasileira.
Publicada no DOU de 22.2.2021	
Portaria nº 268, de 12.2.2021	Delega competência ao Secretário de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde, para realizar requisição de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos, bens e serviços de interesse para saúde, durante a vigência da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 12.2.2021 - Edição extra	
Portaria nº 199, de 10.2.2021	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 10.2.2021 - Edição extra	Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Amazonas.
Portaria nº 197, de 1º.2.2021	Delega competência ao Diretor do Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde, para realizar requisição de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para saúde, durante a vigência da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 2.2.2021	
Medida Provisória nº 1.028, de 9.2.2021	Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da covid-19.
Publicada no DOU de 10.2.2021	
Resolução nº 12, de 9.2.2021	Dispõe sobre ações de apoio da administração pública federal em auxílio aos Estados e ao Distrito Federal que o solicitarem, para enfrentamento da pandemia de Covid-19.
Publicada no DOU de 9.2.2021 - Edição extra	
Despacho de 5.2.2021	Determina ao Coordenador do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19, que, sem interrupção das ações em curso e do apoio já prestado pelo Ministério da Saúde, articule as ações complementares de toda a administração pública federal em auxílio aos Estados e ao Distrito Federal que o solicitarem para enfrentamento da pandemia de covid-19 em decorrência da insuficiência ou do exaurimento de suas capacidades.
Publicada no DOU de 8.2.2021	
Medida Provisória nº 1.027, de 1º.2.2021	Dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas.
Publicada no DOU de 1º.2.2021 - Edição extra	
Decreto nº 10.614, de 29.1.2021	Altera o Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020, que estabelece regras
Publicado no DOU de 1º.2.2021	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	para a inscrição de restos a pagar das despesas de que trata o art. 5º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020.
Portaria nº 652, de 25.1.2021	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 26.1.2021	
Portaria nº 196, de 21.1.2021	Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Amazonas.
Publicada no DOU de 21.1.2021 - Edição extra	
Decreto nº 10.601, de 15.1.2021	Reabre, em favor do Ministério da Saúde, crédito extraordinário, no valor de R\$ 1.682.804.743,00, aberto pela Medida Provisória nº 1.004, de 24 de setembro de 2020.
Publicado no DOU de 15.1 de 2021 - Edição extra	
Lei nº 14.117, de 8.1.2021	Suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), criado pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional; e altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.671, de 15 de maio de 2003. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 11.1.2021	
Portaria nº 651, de 8.1.2021	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 8.1.2021 - Edição extra	
Decreto nº 10.595, de 7.1.2021	Reabre, em favor do Ministério da Saúde, crédito extraordinário, no valor de R\$ 19.911.094.462,00, aberto pela Medida Provisória nº 1.015, de 17 de dezembro de 2020.
Publicado no DOU de 7.1 de 2021 - Edição extra	
Medida Provisória nº 1.026, de 6.1.2021	Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos,

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 6.1.2021 - Edição extra	bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 .
Medida Provisória nº 1.024, de 31.12.2020	Altera a Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, para prorrogar o prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19 .
Publicada no DOU de 31.12.2020 - Edição extra	
Lei nº 14.115, de 29.12.2020	Estabelece o aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações (FGO), no montante equivalente ao dos recursos devolvidos à União em conformidade com os §§ 4º e 5º do art. 10 da Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 29.12.2020 - Edição extra	
Lei nº 14.114, de 29.12.2020	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 4.223.266.669,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 29.12.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 1.020, de 29.12.2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 10.193.233.748,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 29.12.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 1.019, de 29.12.2020	Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, para dispor sobre a execução e os prazos para realização das ações emergenciais destinadas ao setor cultural.
Publicada no DOU de 29.12.2020 - Edição extra	
Decreto nº 10.594, de 29.12.2020	Prorroga, de ofício, a vigência de convênios, contratos de repasse, termos de fomento, termos de colaboração, termos de parceria, termos de compromisso e outros instrumentos congêneres, celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal para transferências de recursos da União.
Publicado no DOU de 29.12 de 2020 - Edição extra	
Portaria nº 648, de 23.12.2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 23.12.2020 - Edição extra B	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Decreto nº 10.579, de 18.12.2020 Publicado no DOU de 18.12 de 2020 - Edição extra	Estabelece regras para a inscrição de restos a pagar das despesas de que trata o art. 5º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e dá outras providências.
Portaria nº 630, de 17.12.2020 Publicada no DOU de 17.12.2020 - Edição extra B	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Medida Provisória nº 1.015, de 17.12.2020 Publicada no DOU de 17.12.2020 - Edição extra	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 20.000.000.000,00, para o fim que especifica.
Portaria nº 615, de 11.12.2020 Publicada no DOU de 11.12.2020 - Edição extra C	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Portaria nº 102, de 9.12.2020 Publicada no DOU de 10.12.2020	Estabelece orientações para a retomada das atividades presenciais de forma gradual e segura dos servidores e empregados públicos em exercício nos órgãos da Presidência da República.
Lei nº 14.107, de 3.12.2020 Publicada no DOU de 4.12.2020	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 1.994.960.005,00, (um bilhão, novecentos e noventa e quatro milhões, novecentos e sessenta mil e cinco reais), para o fim que especifica; e dá outras providências.
Resolução nº 11, de 25.11.2020 Publicada no DOU de 26.11.2020	Institui Grupo de Trabalho para a coordenação das medidas de proteção e a prestação de contas de benefícios, em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da covid-19.
Resolução nº 10, de 25.11.2020 Publicada no DOU de 26.11.2020	Dispõe sobre a definição de responsabilidades entre o Ministério da Economia, o Ministério da Cidadania e o Ministério da Saúde em relação às demandas por proteção social no combate à covid-19.
Decreto nº 10.543, de 13.11.2020 Publicado no DOU de 16.11 de 2020	Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público.
Portaria nº 518, de 12.11.2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 12.11.2020 - Edição extra	
Portaria nº 352, de 6.11.2020	Dispõe sobre o retorno ao trabalho presencial dos servidores e empregados públicos, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.
Publicada no DOU de 9.11.2020	
Decreto nº 10.538, de 3.11.2020	Desobriga o conscrito dispensado do Serviço Militar Obrigatório de participar da cerimônia de juramento à Bandeira Nacional, em caráter emergencial e temporário, durante a vigência da declaração de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da covid-19.
Publicado no DOU de 4.11 de 2020	
Decreto nº 10.537, de 28.10.2020	Altera o art. 154 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e o art. 1º do Decreto nº 10.413, de 2 de julho de 2020, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a prorrogar o período das antecipações de que tratam os art. 3º e art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
Publicado no DOU de 29.10 de 2020	
Medida Provisória nº 1.008, de 26.10.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 228.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 27.10.2020	
Lei nº 14.075, de 22.10.2020	Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital; e altera as Leis nºs 13.982, de 2 de abril de 2020, e 14.058, de 17 de setembro de 2020.
Publicada no DOU de 23.10.2020	
Portaria nº 22.647, de 21.10.2020	Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes do Anexo I da Medida Provisória no 967, de 19 de maio de 2020, convertida na Lei nº 14.055, de 10 de setembro de 2020, no âmbito do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 444.900.000,00.
Publicada no DOU de 21.10.2020 - Edição extra	
Portaria nº 509, de 21.10.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 21.10.2020 - Edição extra	Prorroga o prazo estabelecido na Portaria nº 366, de 22 de abril de 2020, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.
Lei nº 14.073, de 14.10.2020 Publicada no DOU de 15.10 de 2020	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Mensagem de veto
Lei nº 14.072, de 14.10.2020 Publicada no DOU de 15.10.2020	Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. Mensagem de veto
Portaria nº 478, de 14.10.2020 Publicada no DOU de 14.10.2020 - Edição extra	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Decreto nº 10.517, de 13.10.2020 Publicado no DOU de 14.10 de 2020	Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.
Medida Provisória nº 1.007, de 2.10.2020 Publicada no DOU de 5.10 de 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R\$ 98.270.969,00, para os fins que especifica.
Decreto nº 10.504, de 2.10.2020 Publicado no DOU de 2.10 de 2020 - Edição extra	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.
Decreto nº 10.503, de 2.10.2020 Publicado no DOU de 2.10 de 2020 - Edição extra	Prorroga a aplicação da redução das alíquotas de tributos de que tratam o Decreto nº 10.285, de 20 de março de 2020, o Decreto nº 10.302, de 1º de abril de 2020, o Decreto nº 10.318, de

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	9 de abril de 2020, e o Decreto nº 10.352, de 19 de maio de 2020.
Portaria nº 470, de 2.10.2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 5.10.2020	
Lei nº 14.068, de 1º.10.2020	Abre crédito extraordinário em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais), para o fim que especifica; e dá outras providências.
Publicada no DOU de 2.10 de 2020	
Lei nº 14.067, de 1º.10.2020	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 4.489.224.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e oitenta e nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), para o fim que especifica.
Publicada no DOU de 2.10 de 2020	
Medida Provisória nº 1.006, de 1º.10.2020	Aumenta a margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social durante o período da pandemia de covid-19.
Publicada no DOU de 2.10 de 2020	
Lei nº 14.065, de 30.9.2020	Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública; adequa os limites de dispensa de licitação; amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
Publicada no DOU de 1º.10 de 2020	
Medida Provisória nº 1.005, de 30.9.2020	Dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas.
Publicada no DOU de 1º.10 de 2020	
Medida Provisória nº 1.004, de 24.9.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 24.8.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 1.003, de 24.9.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 24.8.2020 - Edição extra	Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.
Portaria nº 456, de 24.9.2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 24.9.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 1.002, de 23.9.2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 10.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 24.9.2020	
Lei nº 14.063, de 23.9.2020	Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 24.9.2020	
Lei nº 14.061, de 23.9.2020	Prorroga até 30 de setembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecida na Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020; e dá outras providências.
Publicada no DOU de 24.9.2020	
Lei nº 14.060, de 23.9.2020	Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback que tenham sido prorrogados por 1 (um) ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2020; e altera a Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 24.9.2020	
Decreto nº 10.489, de 17.9.2020	Altera o Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, que regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de
Publicado no DOU de 18.9.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
Lei nº 14.058, de 17.9.2020	Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.
Publicada no DOU de 18.9.2020	
Decreto nº 10.488, de 16.9.2020	Regulamenta a Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020, que institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 16.9.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 1.001, de 15.9.2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R\$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 15.9.2020 - Edição extra	
Lei nº 14.057, de 11.9.2020	Disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 14.9.2020	
Lei nº 14.056, de 10.9.2020	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), para os fins que especifica; e dá outras providências.
Publicada no DOU de 11.9.2020	
Lei nº 14.055, de 10.9.2020	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 5.566.379.351,00 (cinco bilhões, quinhentos e sessenta e seis milhões, trezentos e setenta e nove mil trezentos e cinquenta e um reais), para os fins que especifica; e dá outras providências.
Publicada no DOU de 11.9.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Lei nº 14.054, de 10.9.2020 Publicada no DOU de 11.9.2020	Abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 418.800.000,00 (quatrocentos e dezoito milhões e oitocentos mil reais), para os fins que especifica.
Medida Provisória nº 1000, de 2.9.2020 Publicada no DOU de 3.9.2020	Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020
Medida Provisória nº 999, de 2.9.2020 Publicada no DOU de 3.9.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 67.600.886.209,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.
Medida Provisória nº 997, de 31.8.2020 Publicada no DOU de 1.9.2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 12.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.
Portaria nº 419, de 26.8.2020 Publicada no DOU de 26.8.2020 - Edição extra	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Lei nº 14.048, de 24.8.2020 Publicada no DOU de 25.8.2020	Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nos 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho). Mensagem de veto
Lei nº 14.047, de 24.8.2020 Publicada no DOU de 25.8.2020	Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e altera as Leis nºs 9.719, de 27 de novembro de 1998, 7.783, de 28 de junho de 1989, 12.815, de 5 de junho de 2013, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10.233, de 5 de junho de 2001. Mensagem de veto
Lei nº 14.046, de 24.8.2020	
Publicada no DOU de 25.8.2020	Dispõe sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. Mensagem de veto
Decreto nº 10.470, de 24.8.2020	
Publicado no DOU de 24.8.2020 - Edição extra	Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.
Lei nº 14.045, de 20.8.2020	
Publicada no DOU de 21.8.2020	Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir linha de crédito destinada aos profissionais liberais que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para criar o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Microempresas e para Pequenas e Médias Empresas e o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo. Mensagem de veto
Lei nº 14.043, de 19.8.2020	
Publicada no DOU de 20.8.2020	Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências. Mensagem de veto
Lei nº 14.042, de 19.8.2020	
Publicada no DOU de 20.8.2020	Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 13.999, de 18 de

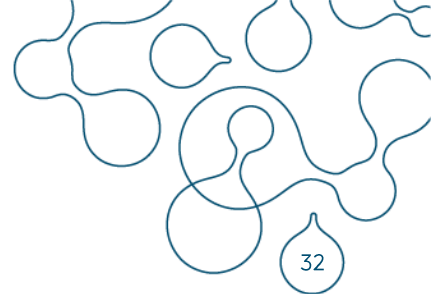
Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	maio de 2020; e dá outras providências. Mensagem de veto
Lei nº 14.041, de 18.8.2020	Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 19.8.202	
Lei nº 14.040, de 18.8.2020	Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 19.8.202	
Decreto nº 10.464, de 17.8.2020	Regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
Publicado no DOU de 18.8.2020	
Lei nº 14.036, de 13.8.2020	Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, para estabelecer a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação dos valores por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal.
Publicada no DOU de 14.8.2020	
Lei nº 14.035, de 11.8.2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para a aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus
Publicada no DOU de 12.8.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	responsável pelo surto de 2019. Mensagem de veto
Portaria nº 2.104, de 12.8.2020	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Municípios.
Publicada no DOU de 12.8.2020 - Edição extra	
Portaria nº 2.075, de 11.8.2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.
Publicada no DOU de 12.8.2020 - Edição extra	
Portaria nº 2.072, de 11.8.2020	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.
Publicada no DOU de 12.8.2020 - Edição extra	
Lei nº 14.034, de 5.8.2020	Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis nos 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 6.8.2020	
Medida Provisória nº 994, de 6.8.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 1.994.960.005,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 6.8.2020 - Edição extra	
Decreto nº 10.446, de 6.8.2020	Dispõe sobre a regulamentação da celebração de aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016, de que trata a Lei nº 13.499, de 26 de outubro de 2017, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020.
Publicado no DOU de 6.8.2020 - Edição extra	
Portaria nº 1.950, de 4.8.2020	Delega competência ao Secretário de Atenção Especializada à Saúde, do Ministério da Saúde,
Publicada no DOU de 17.8.2020	

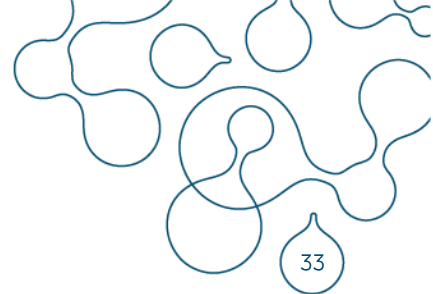
Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	para realizar requisição de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para saúde, durante a vigência da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria nº 3.032, de 31.7.2020	Altera a Portaria MCTI nº 2.858, de 8 de julho 2020, que limita a concessão da jornada de trabalho remoto instituído pela Portaria MCTIC nº 1.186, de 20 de março de 2020, determina o retorno gradual das atividades presenciais e fixa medidas de prevenção à infecção e à propagação do novo coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.
Publicada no DOU de 6.8.2020	
Lei nº 14.033, de 4.8.2020	Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 639.034.512,00 (seiscentos e trinta e nove milhões, trinta e quatro mil quinhentos e doze reais), para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 5.8.2020	
Lei nº 14.032, de 4.8.2020	Abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 2.113.789.466,00 (dois bilhões, cento e treze milhões, setecentos e oitenta e nove mil quatrocentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 5.8.2020	
Portaria nº 453, de 31.7.2020	Dispor sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
Publicada no DOU de 3.8.2020	
Portaria nº 219, de 30.7.2020	Altera a Portaria MC nº 53, de 8 de julho de 2020, que limita a concessão da jornada de trabalho remoto instituído pela Portaria MCTIC nº 1.186, de 20 de março de 2020, determina o retorno gradual das atividades presenciais e fixa medidas de prevenção à infecção e à propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Ministério das Comunicações - MC.
Publicada no DOU de 3.8.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Portaria nº 1, de 29.7.2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 29.7.2020 - Edição extra	
Lei nº 14.030, de 28.7.2020	Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis nos 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 29.7.2020	
Lei nº 14.029, de 28.7.2020	Dispõe sobre a transposição e a reprogramação de saldos financeiros constantes dos fundos de assistência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 29.7.2020	
Lei nº 14.028, de 27.7.2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para garantir que o receituário médico ou odontológico de medicamentos sujeitos a prescrição e de uso contínuo tenha validade pelo menos enquanto perdurarem as medidas de isolamento para contenção do surto da Covid-19, na forma que especifica. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 28.7.2020	
Portaria nº 1.857, de 28.7.2020	Dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino.
Publicada no DOU de 28.7.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 992, de 16.7.2020	Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do
Publicada no DOU de 16.7.2020 - Edição extra	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
Medida Provisória nº 991, de 15.7.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 160.000.000,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 16.7.2020	
Lei nº 14.025, de 14.7.2020	Altera excepcionalmente as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos que especifica e ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 15.7.2020	
Portaria nº 16.655, de 14.7.2020	Disciplina hipótese de recontração nos casos de rescisão sem justa causa, durante o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. (Processo nº 19965.108664/2020-06).
Publicada no DOU de 14.7.2020 - Edição extra	
Decreto nº 10.422, de 13.7.2020	Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.
Publicado no DOU de 14.7.2020	
Lei nº 14.024, de 9.7.2020	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para suspender temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 10.7.2020	
Medida Provisória nº 990, de 9.7.2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 10.7.2020	
Portaria nº 2.858, de 8.7.2020	



Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 10.7.2020	Limita a concessão da jornada de trabalho remoto instituído pela Portaria MCTIC nº 1.186, de 20 de março de 2020, determina o retorno gradual das atividades presenciais e fixa medidas de prevenção à infecção e à propagação do novo coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.
Portaria nº 53, de 8.7.2020	Limita a concessão da jornada de trabalho remoto instituído pela Portaria MCTIC nº 1.186, de 20 de março de 2020, determina o retorno gradual das atividades presenciais e fixa medidas de prevenção à infecção e à propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Ministério das Comunicações - MC.
Publicada no DOU de 10.7.2020	
Medida Provisória nº 989, de 8.7.2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 348.347.886,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 9.7.2020	
Lei nº 14.023, de 8.7.2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a adoção de medidas imediatas que preservem a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
Publicada no DOU de 9.7.2020	
Lei nº 14.022, de 7.7.2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
Publicada no DOU de 8.7.2020	
Lei nº 14.021, de 7.7.2020	Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula
Publicada no DOU de 8.7.2020	



Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. Mensagem de veto
Decreto nº 10.416, de 7.7.2020	Autoriza o uso de videonconferência nas reuniões de colegiados da administração pública federal.
Publicado no DOU de 8.7.2020	
Lei nº 14.020, de 6.7.2020	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 7.7.2020	
Resolução nº 7, de 3.7.2020	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados por órgãos e entidades do Poder Executivo federal em relação às solicitações de transporte de equipamentos, medicamentos e insumos para o combate à Covid-19.
Publicada no DOU de 6.7.2020	
Emenda Constitucional nº 107, de 2.7.2020	Adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos.
Publicada no DOU de 3.7.2020	
Lei nº 14.019, de 2.7.2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso
Publicada no DOU de 3.7.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. Mensagem de veto
Decreto nº 10.414, de 2.7.2020 Publicado no DOU de 3.7.2020	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.
Decreto nº 10.413, de 2.7.2020 Publicado no DOU de 2.7.2020 - Edição extra	Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a prorrogar o período das antecipações de que tratam os art. 3º e art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
Decreto nº 10.412, de 30.6.2020 Publicado no DOU de 1º.7.2020	Altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para prorrogar o período de pagamento do auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
Portaria nº 340, de 30.6.2020 Publicada no DOU de 30.6.2020 - Edição extra	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Lei nº 14.018, de 29.6.2020 Publicada no DOU de 30.6.2020	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). Mensagem de veto
Lei nº 14.017, de 29.6.2020 Publicada no DOU de 30.6.2020	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Mensagem de veto
Medida Provisória nº 988, de 30.6.2020 Publicada no DOU de 1º.7.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 101.600.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.
Medida Provisória nº 986, de 29.6.2020	Estabelece a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 30.6.2020	Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal.
Decreto nº 10.407, de 29.6.2020	Regulamenta a Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020, que dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia da covid-19 no País.
Publicado no DOU de 30.6.2020	
Medida Provisória nº 985, de 25.6.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 300.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 26.6.2020	
Lei nº 14.016, de 23.6.2020	Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano.
Publicada no DOU de 24.6.2020	
Decreto nº 10.404, de 22.6.2020	Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, que institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.
Publicada no DOU de 23.6.2020	
Portaria nº 319, de 20.6.2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 20.6.2020 - Edição extra	
Decreto nº 10.403, de 19.6.2020	Altera o Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.
Publicado no DOU de 19.6.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 984, de 18.6.2020	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, e dá outras providências, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da
Publicada no DOU de 18.6.2020 - Edição extra	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	pandemia da covid-19 , de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
Medida Provisória nº 983, de 16.6.2020	Dispõe sobre as assinaturas eletrônicas em comunicações com entes públicos e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos.
Publicada no DOU de 17.6.2020	
Decreto nº 10.398, de 16.6.2020	Altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para definir a base do Cadastro Único a ser utilizada para pagamento do auxílio emergencial estabelecido pelo art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
Publicado no DOU de 17.6.2020	
Portaria nº 413, de 15.6.2020	Dispor sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
Publicada no DOU de 15.6.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 982, de 13.6.2020	Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital.
Publicada no DOU de 13.6.2020 - Edição extra	
Lei nº 14.010, de 10.6.2020	Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19). Mensagem de veto
Publicada no DOU de 12.6.2020	
Portaria nº 2.589, de 9.6.2020	Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.
Publicada no DOU de 10.6.2020	
Medida Provisória nº 979, de 9.6.2020	Dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19 , de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
Publicada no DOU de 10.6.2020	
Medida Provisória nº 978, de 4.6.2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 60.189.488.452,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 4.6.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 977, de 4.6.2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 20.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 4.6.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 976, de 4.6.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 4.6.2020 - Edição extra	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 4.489.224.000,00, para o fim que especifica.
Resolução nº 6, de 2.6.2020	Institui Grupo de Trabalho para a Consolidação das Estratégias de Governança e Gestão de Riscos do Governo federal em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da covid-19.
Publicada no DOU de 3.6.2020	
Medida Provisória nº 975, de 1º.6.2020	Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.
Publicada no DOU de 2.6.2020	
Portaria nº 936, de 29.5.2020	Altera a Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, que suspende prazos para prática de atos processuais e os procedimentos administrativos que especifica, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), como medida de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19).
Publicada no DOU de 29.5.2020 - Edição extra	
Lei nº 14.006, de 28.5.2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para estabelecer o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorize a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde registrados por autoridade sanitária estrangeira e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países; e dá outras providências. Mensagem de veto
Publicada no DOU de 29.5.2020	
Medida Provisória nº 974, de 28.5.2020	Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde.
Publicada no DOU de 28.5.2020 - Edição extra	
Decreto nº 10.384, de 28.5.2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para a apresentação obrigatória para o alistamento militar devido ao enfrentamento da pandemia da covid-19.
Publicado no DOU de 29.5.2020	
Lei Complementar nº 173, de 27.5.2020	Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 28.5.2020	(Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Mensagem de veto
Portaria nº 9, de 27.5.2020	Revoga a Portaria Interministerial MJSP/MS nº 05, de 17 de março de 2020.
Publicada no DOU de 28.5.2020	
Medida Provisória nº 973, de 27.5.2020	Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação.
Publicada no DOU de 28.5.2020	
Decreto nº 10.377, de 27.5.2020	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
Publicado no DOU de 28.5.2020	
Medida Provisória nº 972, de 26.5.2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 15.900.000.000,00, para o fim que especifica e dá outras providências.
Publicada no DOU de 27.5.2020	
Medida Provisória nº 970, de 25.5.2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 29.058.260.654,00, para os fins que especifica e dá outras providências.
Publicada no DOU de 26.5.2020	
Portaria nº 255, de 22.5.2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 22.5.2020 - Edição extra	
Decreto nº 10.361, de 21.5.2020	Altera o Anexo ao Decreto nº 10.232, de 6 de fevereiro de 2020, que distribui o efetivo de Oficiais e Praças do Exército em tempo de paz para 2020.
Publicado no DOU de 22.5.2020	
Decreto nº 10.360, de 21.5.2020	Dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos.
Publicado no DOU de 22.5.2020	
Medida Provisória nº 969, de 20.5.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 10.000.000.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 20.5.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 967, de 19.5.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 19.5.2020 - Edição extra	5.566.379.351,00, para os fins que especifica e dá outras providências.
Decreto nº 10.352, de 19.5.2020	Reduz temporariamente a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre o produto que menciona.
Publicado no DOU de 19.5.2020 - Edição extra	
Decreto nº 10.350, de 18.5.2020	Dispõe sobre a criação da Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 18.5.2020 - Edição extra	
Lei nº 13.998, de 14.5.2020	Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020; e dá outras providências.
Publicada no DOU de 15.5.2020	
Resolução nº 5, de 13.5.2020	Institui Grupo de Trabalho de Apoio aos Brasileiros no Exterior, em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da Covid19.
Publicada no DOU de 14.5.2020	
Resolução nº 4, de 13.5.2020	Institui Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estratégicas de Tecnologia da Informação, em resposta aos impactos relacionados à pandemia do coronavírus (Covid-19).
Publicada no DOU de 14.5.2020	
Medida Provisória nº 966, de 13.5.2020	Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19.
Publicada no DOU de 14.5.2020	
Medida Provisória nº 965, de 13.5.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$ 408.869.802,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 14.5.2020	
Decreto nº 10.344, de 11.5.2020	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
Publicado no DOU de 11.5.2020 - Edição extra	
Decreto nº 10.342, de 7.5.2020	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
Publicado no DOU de 7.5.2020 - Edição extra	
Emenda Constitucional nº 106, de 7.5.2020	Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de
Publicado no DOU de 8.5.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	calamidade pública nacional decorrente de pandemia.
Medida Provisória nº 963, de 7.5.2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 5.000.000.000,00, para o fim que especifica.
Publicado no DOU de 8.5.2020	
Medida Provisória nº 962, de 6.5.2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 418.800.000,00, para os fins que especifica.
Publicado no DOU de 7.5.2020	
Medida Provisória nº 961, de 6.5.2020	Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
Publicado no DOU de 7.5.2020	
Portaria nº 1.111, de 5.5.2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará Município de Fortaleza.
Publicada no DOU de 6.5.2020 - Edição extra	
Portaria nº 1.109, de 5.5.2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado Estados do Amazonas, Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Distrito Federal, Mato Grosso, Pernambuco, Amapá, Rondônia e Sergipe.
Publicada no DOU de 6.5.2020 - Edição extra	
Portaria nº 1.093, de 4.5.2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, do Hospital José Maria Moraes, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Coronel Fabriciano.
Publicada no DOU de 6.5.2020 - Edição extra	
Portaria nº 1.092, de 4.5.2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção
Publicada no DOU de 6.5.2020 - Edição extra	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Norte e Município de Natal.
Portaria nº 1.091, de 4.5.2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Pernambuco e Município de Jaboatão dos Guararapes.
Publicada no DOU de 6.5.2020 - Edição extra	
Portaria nº 1.089, de 4.5.2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.
Publicada no DOU de 6.5.2020 - Edição extra	
Portaria nº 1.088, de 4.5.2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Paraíba e Municípios.
Publicada no DOU de 6.5.2020 - Edição extra	
Portaria nº 1.087, de 4.5.2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí Município de Parnaíba.
Publicada no DOU de 6.5.2020 - Edição extra	
Portaria nº 1.086, de 4.5.2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Teresina.
Publicada no DOU de 6.5.2020 - Edição extra	
Portaria nº 1.085, de 4.5.2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Paraíba.
Publicada no DOU de 6.5.2020 - Edição extra	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Lei nº 13.995, de 5.5.2020 Publicada no DOU de 6.5.2020	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19.
Medida Provisória nº 960, de 30.4.2020 Publicada no DOU de 4.5.2020	Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback , que tenham sido prorrogados por um ano pela autoridade fiscal e tenham termo em 2020.
Medida Provisória nº 959, de 29.4.2020 Publicada no DOU de 29.4.2020 - Edição extra	Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga a vacatio legis da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.
Portaria nº 204, de 29.4.2020 Publicada no DOU de 29.4.2020 - Edição extra	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, por via terrestre, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Decreto nº 10.329, de 28.4.2020 Publicada no DOU de 29.4.2020	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
Portaria nº 203, de 28.4.2020 Publicada no DOU de 28.4.2020 - Edição extra	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, por via aérea, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Medida Provisória nº 958, de 24.4.2020 Publicada no DOU de 27.4.2020	Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus (covid-19).

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Medida Provisória nº 957, de 24.4.2020 Publicada no DOU de 27.4.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 500.000.000,00, para o fim que especifica.
Portaria nº 201, de 24.4.2020 Publicada no DOU de 24.4.2020 - Edição extra	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, por transporte aquaviário, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Resolução nº 170, de 23.4.2020 Publicada no DOU de 24.4.2020	Estabelece os procedimentos a serem observados quando da primeira emissão de um certificado digital por meio de videoconferência.
Medida Provisória nº 956, de 24.4.2020 Publicada no DOU de 24.4.2020 - Edição extra	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 25.720.000.000,00, para o fim que especifica.
Lei nº 13.993, de 23.4.2020 Publicada no DOU de 24.4.2020	Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil.
Lei nº 13.992, de 22.4.2020 Publicada no DOU de 23.4.2020	Suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Decreto nº 10.324, de 22.4.2020 Publicada no DOU de 23.4.2020	Altera o Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2020.
Portaria nº 366, de 22.4.2020 Publicada no DOU de 23.4.2020	Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.
Portaria nº 195, de 20.4.2020 Publicada no DOU de 20.4.2020 - Edição extra	Prorroga a restrição excepcional e temporária de entrada no País, por via terrestre, de estrangeiros provenientes da República Oriental do Uruguai.

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Resolução nº 167, de 17.4.2020 Publicada no DOU de 20.4.2020	Altera os prazos máximos previstos para a emissão de LCR e para a conclusão do processo de revogação de certificado.
Resolução nº 160, de 17.4.2020 Publicada no DOU de 20.4.2020	Estabelece diretrizes para as reuniões do Plenário do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (CG ICP-Brasil) durante o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Medida Provisória nº 954, de 17.4.2020 Publicada no DOU de 17.4.2020 - Edição extra	Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
Recomendação nº 01, de 16.4.2020 Publicada no DOU de 17.4.2020 - Edição extra	Dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid-19), em todo o território nacional e dá outras providências.
Resolução nº 373, de 16.4.2020 Publicada no DOU de 17.4.2020 - Edição extra	Altera o art. 29 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitarem durante a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) COVID-19.
Lei Complementar nº 172, de 15.4.2020 Publicada no DOU de 16.4.2020	Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais.
Lei nº 13.989, de 15.4.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 16.4.2020	Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). Mensagem de veto
Medida Provisória nº 953, de 15.4.2020	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 2.550.000.000,00, para o fim que especifica.
Publicada no DOU de 16.4.2020	
Resolução nº 03, de 15.4.2020	Institui Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estratégicas para Construção de Hospitais de Campanha Federais e Logística Internacional de Equipamentos Médicos e Insumos de Saúde, em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19.
Publicada no DOU de 16.4.2020	
Medida Provisória nº 952, de 15.4.2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações.
Publicada no DOU de 15.4.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 951, de 15.4.2020	Estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital e dá outras providências.
Publicada no DOU de 15.4.2020 - Edição extra	
Resolução nº 371, de 15.4.2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 370, de 13 de abril de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.
Publicada no DOU de 16.4.2020	
Instrução Normativa nº 1.938, de 15.4.2020	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em decorrência da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19).
Publicada no DOU de 15.4.2020 - Edição extra	
Instrução Normativa nº 1.936, de 15.4.2020	Altera a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação, em decorrência da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19).
Publicada no DOU de 15.4.2020 - Edição extra	
Portaria nº 158, de 15.4.2020	Altera a Portaria MF nº 156, de 24 de junho de 1999, que estabelece requisitos e condições para a aplicação do Regime de Tributação
Publicada no DOU de 16.4.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	Simplificada instituído pelo Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980.
Deliberação nº 852, de 15.4.2020	Estabelece o prazo para apresentação, pelos empreendimentos hoteleiros e por emissores não registrados que realizaram ofertas ao amparo da Instrução CVM nº 476/09, de informações com vencimento em 2020, altera a Deliberação CVM nº 849, de 31 de março de 2020, e revoga a Deliberação CVM nº 846, de 16 de março de 2020.
Publicada no DOU de 16.4.2020	
Resolução nº 02, de 14.4.2020	Altera a Resolução nº 1, de 13 de abril de 2020, para dispor sobre a composição do Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do País, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19.
Publicada no DOU de 15.4.2020	
Resolução nº 01, de 13.4.2020	Institui o Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do País, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19.
Publicada no DOU de 14.4.2020	
Portaria nº 353, de 13.4.2020	Altera temporariamente as regras sobre tramitação, análise, captação, execução e aprovação dos projetos estabelecidos na Portaria MC nº 123, de 27 de janeiro de 2020, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 14.4.2020	
Resolução nº 370, de 13.4.2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.
Publicada no DOU de 13.4.2020 - Edição extra	
Decreto nº 10.318, de 9.4.2020	Reduz temporariamente as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre os produtos que menciona.
Publicada no DOU de 9.4.2020 - Edição extra	
Portaria nº 758, de 9.4.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 9.4.2020 - Edição extra	Define o procedimento para o registro obrigatório de internações hospitalares dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19, nos estabelecimentos de saúde públicos e privados que prestam serviços no SUS.
Portaria nº 661, de 9.4.2020	Altera o art. 5º da Portaria nº 491, de 19 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus - Covid-19, no âmbito do Ministério da Educação.
Publicada no DOU de 13.4.2020	
Medida Provisória nº 950, de 8.4.2020	Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).
Publicada no DOU de 8.4.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 949, de 8.4.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 900.000.000,00, para o fim que especifica.
Publicada no DOU de 8.4.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 948, de 8.4.2020	Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).
Publicada no DOU de 8.4.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 947, de 8.4.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.600.000.000,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 8.4.2020 - Edição extra	
Medida Provisória nº 946, de 7.4.2020	Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 7.4.2020 - Edição extra	
Lei nº 13.987, de 7.4.2020	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou
Publicada no DOU de 7.4.2020 - Edição extra	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.
Decreto nº 10.316, de 7.4.2020	Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).
Publicada no DOU de 7.4.2020 - Edição extra	
Resolução nº 5.883, de 7.4.2020	Referenda a Resolução nº 5.879, de 26 de março de 2020, e a altera para prorrogar prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito da infraestrutura e serviço de transporte ferroviário de cargas.
Publicada no DOU de 9.4.2020	
Portaria nº 9.471, de 7.4.2020	Estabelece medida extraordinária e temporária quanto à comercialização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI de proteção respiratória para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19). (Processo nº 19966.100318/2020-61).
Publicada no DOU de 8.4.2020	
Portaria nº 191-E, de 7.4.2020	Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.
Publicada no DOU de 9.4.2020	
Instrução normativa nº 4, de 7.4.2020	Estabelece critérios para a comprovação do poder de representação legal, para fins de renovação de certificados digitais de condomínios, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 7.4.2020 - Edição extra	
Decreto nº 10.315, de 6.4.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 7.4.2020	Prorroga, de ofício, a vigência de instrumentos e o prazo para bloqueio dos restos a pagar de transferências voluntárias.
Decreto nº 10.314, de 6.4.2020	Altera o Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços, sem ônus ou encargos, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Publicada no DOU de 7.4.2020	
Instrução normativa nº 11, de 6.4.2020	Estabelece alterações pontuais em Instruções Normativas SDA ou Anexos de Instruções Normativas SDA, que regulamentam o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE), Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos (PNSS), Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT) e Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), a fim de assegurar a manutenção da saúde pública, a atividade econômica pecuária e o abastecimento de produtos de origem animal à população, no contexto da situação de disseminação do COVID-19 e sua classificação mundial como pandemia e emergência de saúde pública de importância internacional.
Publicada no DOU de 8.4.2020	
Circular nº 3.997, de 6.4.2020	Altera a Circular nº 3.916, de 22 de novembro de 2018, que define e consolida as regras do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, para estabelecer dedução da exigibilidade do recolhimento compulsório de parcela dos financiamentos concedidos no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído pela Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020.
Publicada no DOU de 7.4.2020	
Medida Provisória nº 945, de 4.4.2020	Dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da covid-19 no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar.
Publicada no DOU de 4.4.2020 - Edição extra	
Decreto nº 10.312, de 4.4.2020	Amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência,
Publicada no DOU de 4.4.2020 - Edição extra	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19.
Medida Provisória nº 944, de 3.4.2020	Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.
Publicada no DOU de 3.4.2020 - Edição extra B	
Medida Provisória nº 943, de 3.4.2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 34.000.000.000,00, para o fim que especifica.
Publicada no DOU de 3.4.2020 - Edição extra B	
Decreto nº 10.311, de 3.4.2020	Institui o Conselho de Solidariedade para Combate à Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos.
Publicado no DOU de 3.4.2020 - Edição extra - B	
Instrução normativa nº 1.932, de 3.4.2020	Prorroga o prazo da apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições)
Publicada no DOU de 3.4.2020 - Edição extra-A	
Portaria nº 139, de 3.4.2020	Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.
Publicada no DOU de 3.4.2020 - Edição extra-A	
Lei nº 13.982, de 2.4.2020	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se
Publicada no DOU de 2.4.2020 - Edição extra-A	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Mensagem de veto
Medida Provisória nº 942, de 2.4.2020	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 639.034.512,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 2.4.2020 - Edição extra B	
Medida Provisória nº 941, de 2.4.2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 2.113.789.466,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 2.4.2020 - Edição extra B	
Medida Provisória nº 940, de 2.4.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444.373.172,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 2.4.2020 - Edição extra B	
Medida Provisória nº 939, de 2.4.2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 16.000.000.000,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 2.4.2020 - Edição extra B	
Medida Provisória nº 938, de 2.4.2020	Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).
Publicada no DOU de 2.4.2020 - Edição extra B	
Medida Provisória nº 937, de 2.4.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 98.200.000.000,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 2.4.2020 - Edição extra-A	
Decreto nº 10.310, de 2.4.2020	Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, o Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.229, de 5 de fevereiro de 2020, para adiar prazos e etapas que estabelecem.
Publicado no DOU de 3.4.2020	
Decreto nº 10.308, de 2.4.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicado no DOU de 3.4.2020	Dispõe sobre requisição de bens e serviços prestados por empresas públicas vinculadas ao Ministério da Infraestrutura durante o período do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).
Resolução nº 366, de 2.4.2020	Dispõe sobre a importação de produtos para diagnóstico in vitro de Coronavírus durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus.
Publicada no DOU de 2.4.2020 - Edição extra-A	
Portaria nº 8, de 2.4.2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 2.4.2020 - Edição extra-A	
Instrução normativa nº 1.931, de 2.4.2020	Suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19).
Publicada no DOU de 2.4.2020 - Edição extra-A	
Ato conjunto das mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 2, de 2020	Regulamenta a apreciação, pelo Congresso Nacional, dos projetos de lei de matéria orçamentária de que trata o Regimento Comum do Congresso Nacional.
Publicada no DOU de 2.4.2020	
Decreto nº 10.305, de 1.4.2020	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
Publicada no DOU de 2.4.2020	
Decreto nº 10.302, de 1.4.2020	Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona.
Publicada no DOU de 1.4.2020 - Edição extra-A	
Medida Provisória nº 936, de 1.4.2020	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que
Publicada no DOU de 1.4.2020 - Edição extra-D	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.
Medida Provisória nº 935, de 1.4.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R\$ 51.641.629.500,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 1.4.2020 - Edição extra-D	
Medida Provisória nº 934, de 1.4.2020	Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
Publicada no DOU de 1.4.2020 - Edição extra - A	
Instrução normativa nº 29, de 1.4.2020	Altera a Instrução Normativa nº 22, de 17 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, relacionadas ao processo de recadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis.
Publicada no DOU de 3.4.2020	
Resolução nº 364, de 1.4.2020	Suspende os efeitos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, em caráter temporário e excepcional, para os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) que irão realizar análises para o diagnóstico da COVID-19.
Publicada no DOU de 1.4.2020	
Portaria nº 39, de 31.3.2020	Estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos dos órgãos da Presidência da República em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 3.4.2020	
Portaria nº 422, de 31.3.2020	Institui o trabalho remoto em caráter excepcional no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social, como medida de proteção e prevenção ao contágio para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância
Publicada no DOU de 1.4.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria nº 51, de 31.3.2020	Altera o Anexo da Portaria CNMP-PRESI nº 245, de 10 de dezembro de 2019, que institui o calendário de sessões ordinárias do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público para o 1º Semestre do exercício de 2020, e convoca a 2ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020.
Publicada no DOU de 1.4.2020	
Portaria nº 16, de 31.3.2020	atendimento ao público prestado pelo Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)
Publicada no DOU de 1.4.2020	
Resolução nº 52, de 31.3.2020	Dispõe sobre as deliberações aprovadas na Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.
Publicada no DOU de 1.4.2020	
Deliberação nº 849, de 31.3.2020	Estabelece o prazo para apresentação, pelas companhias abertas, de informações com vencimento no exercício de 2020 e dá outras providências.
Publicada no DOU de 1.4.2020	
Medida Provisória nº 933, de 31.3.2020	Suspende, pelo prazo que menciona, o ajuste anual de preços de medicamentos para o ano de 2020.
Publicada no DOU de 31.3.2020 - Edição extra-B	
Medida Provisória nº 932, de 31.3.2020	Altera as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos que especifica e dá outras providências.
Publicada no DOU de 31.3.2020 - Edição extra-B	
Medida Provisória nº 931, de 30.3.2020	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 30.3.2020 - Edição extra-B	
Portaria nº 158, de 31.3.2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 31.3.2020 - Edição extra-B	
Decreto nº 10.300, de 30.3.2020	Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, para dispor sobre a composição do Centro de Coordenação de Operações do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.
Publicado no DOU de 31.3.2020	
Decreto nº 10.298, de 30.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicado no DOU de 31.3.2020	Institui o Conselho Nacional de Secretários de Transportes.
Decreto nº 10.295, de 30.3.2020	Altera o Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2020.
Publicado no DOU de 30.3.2020 - Edição extra-C	
Decreto nº 10.294, de 30.3.2020	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério de Minas e Energia e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 142.004.435,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
Publicado no DOU de 30.3.2020 - Edição extra-C	
Portaria nº 8.779, de 30.3.2020	Aprova o quantitativo de pessoal próprio do Grupo Hospitalar Conceição - GHC
Publicada no DOU de 31.3.2020	
Portaria nº 341, de 30.3.2020	Amplia os prazos previstos na Portaria nº 166/2020/GM/MC, de 6 de fevereiro de 2020, para apresentação dos relatórios de aplicação de recursos de loteria recebidos pelas entidades mencionadas no art. 23 da Lei nº 13.756, de 2018, em razão da situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 31.3.2020	
Portaria nº 340, de 30.3.2020	Estabelece medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente de infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito das Comunidades Terapêuticas.
Publicada no DOU de 31.3.2020	
Portaria nº 134, de 30.3.2020	Portaria Interministerial que altera a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, suspende a contagem dos seus prazos, autoriza a prorrogação excepcional dos prazos dispostos no seu art. 24, §§ 1º e 2º, e faculta a aplicação dessas disposições aos instrumentos em execução ou em fase de prestação de contas celebrados na vigência das Portarias Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008 e 507, de 24 de novembro de 2011.
Publicada no DOU de 31.3.2020	
Portaria nº 151, de 30.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 30.3.2020 - Edição extra-B	Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Ministério da Saúde em todo território nacional.
Portaria nº 21, de 30.3.2020	Dispõe sobre as notificações e comunicações às partes interessadas no âmbito de processos de defesa comercial previstos nos Decretos nº 8.058, de 26 de julho de 2013, nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995, e nº 1.488, de 11 de maio de 1995, e nos acordos comerciais em vigor no Brasil.
Publicada no DOU de 31.3.2020	
Portaria nº 123, de 30.3.2020	Instituído, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o Comitê de Crise (CC-AGRO-COVID19) com a finalidade monitorar e propor estratégias para minimizar os impactos do coronavírus na produção agrícola e no abastecimento de alimentos para a população brasileira.
Publicada no DOU de 31.3.2020	
Portaria nº 135, de 28.3.2020	considerada essencial a disponibilização dos insumos minerais necessários à cadeia produtiva das atividades essenciais
Publicada no DOU de 30.3.2020	
Portaria nº 8.633, de 27.3.2020	Aprova o quantitativo de pessoal próprio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH
Publicada no DOU de 30.3.2020	
Portaria nº 580, de 27.3.2020	Dispõe sobre a Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo - Residentes na área de Saúde", para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 30.3.2020	
Portaria nº 158, de 27.3.2020	Estabelece, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), com a adoção de medidas relacionadas à cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).
Publicada no DOU de 1.4.2020	
Portaria nº 75, de 27.3.2020	Altera a Portaria nº 208, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2020, tendo em vista a situação de pandemia do coronavírus - COVID-19.
Publicada no DOU de 30.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Portaria nº 19, de 27.3.2020 Publicada no DOU de 30.3.2020	Suspender os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR
Portaria nº 880, de 27.3.2020 Publicada no DOU de 27.3.2020 - Edição extra-D	Autoriza transporte de carga por operador certificado sob o RBAC nº 135.
Portaria nº 743, de 27.3.2020 Publicada no DOU de 27.3.2020	Estabelece rito específico para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federados, decorrentes de desastre relacionado à contaminação pelo novo coronavírus (Covid-19).
Portaria nº 601, de 27.3.2020 Publicada no DOU de 27.3.2020 - Edição extra- A	Fica instituído o Centro Operacional Aduaneiro de Gestão da Crise gerada pela Pandemia da Doença pelo Coronavírus 2019 (Cogec-Covid-19),
Portaria nº 152, de 27.3.2020 Publicada no DOU de 27.3.2020 - Edição extra-C	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Portaria nº 149, de 27.3.2020 Publicada no DOU de 27.3.2020 - Edição extra-B	Dispõe sobre restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Portaria nº 121, de 27.3.2020 Publicada no DOU de 30.3.2020	execução remota das atividades laborais pelos servidores e empregados públicos.
Portaria nº 111, de 27.3.2020 Publicada no DOU de 30.3.2020	Aprova condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade durante a pandemia do coronavírus (COVID-19).
Portaria nº 14, de 27.3.2020 Publicada no DOU de 27.3.2020 - Edição extra-D	Altera a Portaria nº 8, de 17 de março de 2020, que estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos dos órgãos da Presidência da República em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria nº 239, de 26.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 31.3.2020	Dispõe sobre a prorrogação de prazos de que trata a Portaria SETEC nº 62, de 24 de janeiro de 2020.
Portaria nº 168-E, de 26.3.2020	Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.
Publicada no DOU de 30.3.2020	
Resolução nº 4.791, de 26.3.2020	Altera a Resolução nº 4.782, de 16 de março de 2020, que estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito.
Publicada no DOU de 30.3.2020	
Resolução nº 5.879, de 26.3.2020	Dispõe sobre a flexibilização de prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito da infraestrutura e serviço de transporte ferroviário de cargas e do transporte rodoviário de cargas e de passageiros, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 27.3.2020	
Portaria nº 586, de 26.3.2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vencimento dos débitos provenientes da concessão de crédito de instalação, títulos de domínio e parcelamentos administrativos e suspensão dos prazos administrativos no âmbito do Incra no período de duração da declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 27.3.2020	
Portaria nº 162, de 26.3.2020	Disciplina excepcionalmente o atendimento externo ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito das unidades jurisdicionadas da 1ª Região Fiscal enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus
Publicada no DOU de 27.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	(COVID-19) e revoga a Portaria SRRF01 nº 145, de 18 de março de 2020.
Portaria nº 116, de 26.3.2020	Dispõe sobre os serviços, as atividades e os produtos considerados essenciais pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o pleno funcionamento das cadeias produtivas de alimentos e bebidas, para assegurar o abastecimento e a segurança alimentar da população brasileira enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19.
Publicada no DOU de 27.3.2020	
Portaria nº 568, de 26.3.2020	Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Pediátrica para atendimento exclusivo dos pacientes com a COVID-19.
Publicada no DOU de 26.3.2020 - Edição extra	
Portaria nº 561, de 26.3.2020	Autoriza a utilização de leitos de hospitais de pequeno porte (HPP) para cuidados prolongados.
Publicada no DOU de 26.3.2020 - Edição extra	
Portaria nº 47, de 26.3.2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros por transporte aquaviário, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 26.3.2020 - Edição extra	
Instrução Normativa nº 28, de 25.3.2020	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto à autorização para o serviço extraordinário, à concessão do auxílio-transporte, do adicional noturno e dos adicionais ocupacionais aos servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais, nos termos da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 26.3.2020	
Portaria nº 202, de 25.3.2020	Estabelece regras para execução remota de atividades, manutenção de atividades essenciais, estabelece regras para o atendimento no âmbito da 9ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, durante o enfrentamento da emergência de
Publicada no DOU de 27.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19)
Portaria nº 157, de 25.3.2020	Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 2ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, durante o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (Covid-19).
Publicada no DOU de 27.3.2020	
Portaria nº 3, de 25.3.2020	Designar os seguintes Advogados da União para prestar colaboração à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde no tocante às atividades de prestação de subsídios e de interlocução com as áreas técnicas competentes para atuação nas demandas judiciais da Procuradoria-Geral da União e de seus órgãos de execução, no que concerne às ações do Ministério da Saúde de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus Sars- Cov-2, causador da doença Covid-19:
Publicada no DOU de 27.3.2020	
Deliberação nº 848, de 20.3.2020	Prorroga determinados prazos com vencimento no exercício de 2020 previstos em regulamentação editada pela CVM, bem como o término do período de vacância da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, dispõe sobre a suspensão dos prazos dos processos administrativos sancionadores, de que trata a Medida Provisória nº 928, de 2020, enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e promove alterações temporárias na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e na Instrução CVM nº 566, de 31 de julho de 2015.
Publicada no DOU de 27.03.2020	
Portaria nº 8.457, de 25.3.2020	Altera a Portaria PGFN nº 7.280, de 18 de março de 2020, que estabelece as condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos do coronavírus (COVID-19) na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.
Publicada no DOU de 26.3.2020	
Portaria nº 545, de 25.3.2020	Altera a Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020, para orientar a aplicação de
Publicada no DOU de 26.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	recursos oriundos de emendas parlamentares em medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19).
Portaria nº 143, de 25.3.2020	Dispõe sobre a possibilidade de reformulação e revisão de planos de aplicação dos recursos associados aos programas previstos no § 2º do art. 3º A da Lei Complementar nº 79, de 1994, como medida excepcional para enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19) no sistema prisional brasileiro.
Publicada no DOU de 26.3.2020	
Portaria nº 142, de 25.3.2020	Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária no estado do Pará.
Publicada no DOU de 26.3.2020	
Portaria nº 117, de 25.3.2020	Ficam suspensas, pelo prazo de 90 (noventa) dias, em caráter temporário e excepcional, as atividades de fiscalização de peso nas rodovias federais sob a circunscrição da ANTT.
Publicada no DOU de 26.3.2020	
Portaria nº 37, de 25.3.2020	Disciplina os procedimentos emergenciais a serem adotados no despacho de trânsito aduaneiro, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.
Publicada no DOU de 26.3.2020	
Resolução nº 7.648, de 25.3.2020	Organização Mundial da Saúde - OMS como Pandemia do novo coronavírus (COVID-19);
Publicada no DOU de 26.03.2020	
Resolução nº 23, de 25.3.2020	Decide pela suspensão, até 30 de setembro de 2020, por interesse público, dos direitos antidumping aplicados às importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5 ml, 10 ml ou 20 ml, com ou sem agulhas, originárias da China, e às importações brasileiras de tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo, originários da Alemanha, China, Estados Unidos e Reino Unido, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
Publicada no DOU de 26.03.2020	
Resolução nº 22, de 25.3.2020	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo
Publicada no DOU de 26.03.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
Resolução nº 14, de 25.3.2020	Dispõe sobre a realização de sessões da Comissão de Ética Pública - CEP em ambiente virtual e sobre o julgamento de processos em lista.
Publicada no DOU de 26.03.2020 - Edição extra - A	
Resolução nº 2, de 25.3.2020	Emite orientação aos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e instalações portuárias sobre a atuação na área de segurança e vigilância sanitária, em virtude da pandemia de Coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 26.03.2020	
Instrução Normativa nº 27, de 25.3.2020	Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 26.3.2020	
Instrução Normativa nº 12, de 25.3.2020	Prorroga o prazo regular para a entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - RAPP de 2020 (ano-base 2019).
Publicada no DOU de 26.3.2020	
Decreto nº 10.292, de 25.3.2020	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
Publicado no DOU de 26.3.2020	
Medida Provisória nº 929, de 25.3.2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das Relações Exteriores, da Defesa e da Cidadania, no valor de R\$ 3.419.598.000,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 25.3.2020 - Edição extra-A	
Decreto nº 10.289 de 24.3.2020	Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, para instituir o Centro de Coordenação de Operações, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid19.
Publicado no DOU de 24.3.2020 - Edição extra-A	
Resolução nº 878, de 24.3.2020	Medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 25.03.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Resolução nº 682, de 24.3.2020 Publicada no DOU de 25.03.2020	Revoga "ad referendum" do Plenário a Resolução/CFF nº 681/2020 e adota procedimentos em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19).
Resolução nº 633, de 24.3.2020 Publicada no DOU de 25.03.2020	Normatiza, "ad referendum" do Plenário do Cofen, até ulterior decisão, a atuação dos profissionais de enfermagem no Atendimento Pré-hospitalar (APH) móvel Terrestre e Aquaviário, quer seja na assistência direta e na Central de Regulação das Urgências (CRU).
Resolução nº 28, de 24.3.2020 Publicada no DOU de 26.03.2020	Estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos.
Portaria nº 1.245, de 24.3.2020 Publicada no DOU de 25.3.2020 - Edição extra - B	Define, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), as prioridades a serem adotadas para enfrentamento do Coronavírus - Covid-19.
Portaria nº 6.310, de 24.3.2020 Publicada no DOU de 25.3.2020	Estabelecer as medidas para atendimento aos prazos processuais em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19).
Portaria nº 402, de 24.3.2020 Publicada no DOU de 25.3.2020	Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto no Decreto nº 10.284, de 20 de março de 2020, que estabelece a dilação do prazo de vencimento das Tarifas de Navegação Aérea, durante o período de enfrentamento da pandemia da COVID-19.
Portaria nº 337, de 24.3.2020 Publicada no DOU de 25.3.2020	Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.
Portaria nº 245, de 24.3.2020 Publicada no DOU de 26.3.2020	Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico de infecção pelo COVID-19
Portaria nº 194, de 24.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 26.3.2020	Dispõe em caráter excepcional e temporário sobre o atendimento no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal em face do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria nº 105, de 24.3.2020	
Publicada no DOU de 25.3.2020	Suspende os prazos para apresentação de defesa e interposição de recurso nos processos administrativos de apuração de infração administrativa instaurados por descumprimento a deveres instituídos pela Lei nº 9.933/1999.
Portaria nº 86, de 24.3.2020	
Publicada no DOU de 25.3.2020	Prorrogação da validade de documentos de propriedade e regularidade de embarcações e plataformas e outros documentos emitidos pelas Capitânicas dos Portos e suas organizações subordinadas.
Portaria nº 84, de 24.3.2020	
Publicada no DOU de 26.3.2020, seção 2	designa os membros focalizadores do Ministério Público do Trabalho nos Estados para interação com os membros focalizadores do Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do Coronavírus-19 - GIAC-COVID19 (Portaria PGR/MPU Nº 59, de 16 de março de 2020);
Portaria nº 67, de 24.3.2020	
Publicada no DOU de 25.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães da Aeronáutica do ano de 2021 (EA EIAC 2021).
Portaria nº 66, de 24.3.2020	
Publicada no DOU de 25.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Estágio de Adaptação de Oficiais de Apoio da Aeronáutica do ano de 2021 (EA EAOAP 2021).
Portaria nº 65, de 24.3.2020	
Publicada no DOU de 25.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica do ano de 2021 (EA EAOEAR 2021).
Portaria nº 64, de 24.3.2020	
Publicada no DOU de 25.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Adaptação de Farmacêuticos da Aeronáutica do ano de 2021 (EA CAFAR 2021).
Portaria nº 63, de 24.3.2020	
Publicada no DOU de 25.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso Preparatório de Cadetes do Ar do ano de 2021 (EA CPCAR 2021).
Portaria nº 62, de 24.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 25.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Aviadores do ano de 2021 (EA CFOAV 2021).
Portaria nº 61, de 24.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Adaptação de Médicos da Aeronáutica do ano de 2021 (EA CAMAR 2021).
Publicada no DOU de 25.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Intendentes do ano de 2021 (EA CFOINT 2021).
Portaria nº 60, de 24.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2021 (EA CFOINF 2021).
Publicada no DOU de 25.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Adaptação de Dentistas da Aeronáutica do ano de 2021 (EA CADAR 2021).
Portaria nº 59, de 24.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Adaptação de Dentistas da Aeronáutica do ano de 2021 (EA CADAR 2021).
Publicada no DOU de 25.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Adaptação de Dentistas da Aeronáutica do ano de 2021 (EA CADAR 2021).
Portaria nº 57, de 24.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Adaptação de Dentistas da Aeronáutica do ano de 2021 (EA CADAR 2021).
Publicada no DOU de 25.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Adaptação de Dentistas da Aeronáutica do ano de 2021 (EA CADAR 2021).
Portaria nº 56, de 24.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica do ano de 2021 (EA EAGS 2021).
Publicada no DOU de 25.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica para o Primeiro Semestre do ano de 2021 (EA CFS 1/2021).
Portaria nº 55, de 24.3.2020	Suspende o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica para o Primeiro Semestre do ano de 2021 (EA CFS 1/2021).
Publicada no DOU de 25.3.2020	Disciplina o atendimento presencial emergencial na unidade de atendimento ARF/Mogi das Cruzes, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.
Portaria nº 50, de 24.3.2020	Disciplina o atendimento presencial emergencial na unidade de atendimento ARF/Mogi das Cruzes, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.
Publicada no DOU de 25.3.2020	Disciplina o atendimento presencial emergencial na unidade de atendimento ARF/Mogi das Cruzes, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.
Portaria nº 40, de 24.3.2020	Disciplina excepcionalmente o atendimento ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Receita Federal do Brasil em Goiânia-GO, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID - 19).
Publicada no DOU de 25.3.2020	Disciplina excepcionalmente o atendimento ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Receita Federal do Brasil em Goiânia-GO, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID - 19).
Portaria nº 36, de 24.3.2020	Autoriza o registro de Declaração de Importação, antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados por esta Alfândega, para mercadorias listadas no anexo II da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, enquanto durarem
Publicada no DOU de 25.3.2020	Autoriza o registro de Declaração de Importação, antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados por esta Alfândega, para mercadorias listadas no anexo II da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, enquanto durarem

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.
Portaria nº 24, de 24.3.2020	Prorroga o prazo de validade da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), na calamidade pública, reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional, decorrente da pandemia causada pelo vírus Covid-19.
Publicada no DOU de 25.3.2020	
Portaria nº 01, de 24.3.2020	designação de membros focalizadores tem o propósito de criar pontos de contato entre os membros de diferentes ramos, níveis e atribuições, sem prejuízo da independência funcional e das atividades finalísticas de cada um deles.
Publicada no DOU de 26.3.2020	
Resolução nº 7.644, de 23.3.2020	Estabelecimento de orientações acerca da manutenção do funcionamento das embarcações e das instalações portuárias reguladas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ durante o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
Publicada no DOU de 25.03.2020	
Resolução nº 7.636, de 23.3.2020	Estabelecer medidas em resposta à emergência de saúde pública no âmbito do transporte aquaviário de passageiros e nas instalações portuárias em razão da epidemia do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 24.03.2020	
Resolução nº 940, de 23.3.2020	Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais e da prescrição quinquenal e intercorrente no âmbito do Conselho Federal de Serviço Social/ Cfess e dos Conselhos Regionais de Serviço Social e a suspensão dos atos processuais que envolvam contato presencial.
Publicada no DOU de 24.03.2020	
Medida Provisória nº 928, de 23.3.2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.
Publicada no DOU de 23.3.2020 - Edição extra - C	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Resolução nº 812, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 23.03.2020 - Edição extra - A	Define procedimentos a serem adotados pelos agentes regulados pela ANP, enquanto durarem as medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) estabelecidas pelos Estados e Municípios da Federação.
Resolução nº 579, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 24.3.2020	Dispõe sobre a prorrogação do vencimento das anuidades do exercício de 2020, e dá outras providências.
Portaria nº 555, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 24.3.2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia relacionada ao coronavírus (COVID-19).
Portaria nº 492, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 23.3.2020 - Edição extra - C	Institui a Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo", voltada aos alunos dos cursos da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19).
Portaria nº 488, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 23.3.2020 - Edição extra - C	Dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2020.
Portaria nº 480, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 25.3.2020	Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado aos estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19.
Portaria nº 476, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 23.3.2020 - Edição extra	Delega competência ao Diretor do Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde, para realizar requisição de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para saúde, durante a vigência da

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	declaração de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Resolução nº 356, de 23.3.2020	Dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Publicada no DOU de 23.03.2020 - Edição extra - C	
Resolução nº 355, de 23.3.2020	Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais afetos aos requerimentos de atos públicos de liberação de responsabilidade da Anvisa em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Publicada no DOU de 23.03.2020 - Edição extra - C	
Resolução nº 230, de 23.3.2020	Dispõe sobre prorrogação de data de vencimento das anuidades do CREF11/MS para o Exercício de 2020 e dá outras providências
Publicada no DOU de 23.03.2020	
Resolução nº 220, de 23.3.2020	Prorroga o prazo para envio das prestações de contas dos Conselhos Regionais ao Conselho Federal de Odontologia referente ao exercício financeiro de 2019.
Publicada no DOU de 23.03.2020	
Portaria nº 191, de 23.3.2020	Estabelece regras para adoção de trabalho remoto e manutenção de atividades essenciais por unidades e servidores da 4ª Região Fiscal.
Publicada no DOU de 25.3.2020	
Portaria nº 177, de 23.3.2020	Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 7ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19).
Publicada no DOU de 25.3.2020	
Portaria nº 157-E, de 23.3.2020	Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Resolução nº 153, de 23.3.2020	Prorroga o prazo de vencimento para pagamento das anuidades do exercício de
Publicada no DOU de 24.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	2020 e demais débitos objeto de parcelas em vigor.
Portaria nº 146, de 23.3.2020	Estabelece regras para adoção de trabalho remoto e manutenção de atividades essenciais por unidades e servidores da 3ª Região Fiscal.
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Portaria nº 145, de 23.3.2020	Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 3ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Portaria nº 190, de 23.3.2020	Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 4ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 25.3.2020	
Portaria nº 138, de 23.3.2020	Autoriza a utilização excepcional dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública repassados no exercício de 2019, na forma da Portaria nº 793, de 24 de outubro de 2019, para ações de segurança pública e defesa social necessárias ao combate emergencial dos efeitos decorrentes da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Portaria nº 133, de 23.3.2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 23.3.2020 - Edição extra - C	
Portaria nº 103, de 23.3.2020	Regulamenta, em caráter excepcional e temporário, medidas de enfrentamento e prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Portaria nº 48, de 23.3.2020	Disciplina o atendimento presencial emergencial na unidade de atendimento da IRF/SSO, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.
Publicada no DOU de 25.3.2020	
Portaria nº 47, de 23.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 25.3.2020	Disciplina o atendimento presencial emergencial na unidade de atendimento da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.
Portaria nº 41, de 23.3.2020	Estabelece, em caráter temporário, que seja suspenso o uso de controle de acesso biométrico nos recintos aduaneiros jurisdicionados pela Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí.
Publicada no DOU de 25.3.2020	
Resolução nº 39, de 23.3.2020	Dispõe sobre a Prorrogação do Prazo Para Pagamento da Anuidade de 2020 Com Desconto No Âmbito do Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região/BAHIA.
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Portaria nº 35, de 23.3.2020	Determina a suspensão do atendimento presencial do Centro de Atendimento ao Contribuinte da Alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos em razão da necessidade do enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 25.3.2020	
Portaria nº 35, de 23.3.2020	Suspensão da visitação pelo público externo a todas as áreas do JBRJ por tempo indeterminado.
Publicada no DOU de 25.3.2020	
Portaria nº 35, de 23.3.2020	Estabelece orientações aos ordenadores de despesa do Ministério da Defesa e das Forças Armadas quanto à aplicação dos procedimentos de contratação previstos nos arts. 4º a 4º-I da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
Publicada no DOU de 25.3.2020	
Portaria nº 33, de 23.3.2020	Disciplina os procedimentos emergenciais relacionados ao agendamento de posicionamento de cargas nos recintos alfandegados e à verificação remota de mercadorias por meio de imagens, na importação, na exportação e nas remessas expressas, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.
Publicada no DOU de 25.3.2020	
Portaria nº 32, de 23.3.2020	Dispõe sobre o expediente no período de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I
Publicada no DOU de 25.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Portaria nº 29, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 25.3.2020	Institui o regime de teletrabalho e Suspende os atendimentos presenciais, em todas as unidades administrativas do CROSP, e dá outras providências.
Portaria nº 27, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 25.3.2020	Alteração temporária do horário de atendimento do plantão aduaneiro da ALF/PPA.
Portaria nº 26, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 25.3.2020	Suspensão temporária do atendimento presencial no CAC da ALF/PPA como medida de proteção ao Coronavírus (Covid-19).
Portaria nº 24, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 25.3.2020	Estabelece medidas no Ministério da Infraestrutura, em caráter excepcional, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).
Portaria nº 14, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 24.3.2020	Institui novas medidas de combate e prevenção ao contágio do coronavírus no Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas.
Portaria nº 2, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 24.3.2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Governador Valadares/MG, Agência da Receita Federal do Brasil em Almenara/MG, Agência da Receita Federal em Caratinga/MG Agência da Receita Federal do Brasil em Manhuaçu/MG e Agência da Receita Federal do Brasil em Teófilo Otoni/MG, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Recomendação nº 2, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 25.3.2020	Recomenda procedimentos a serem observados pelos médicos responsáveis pela estratégia de saúde da família, das Secretarias Municipais de Saúde, durante o atendimento aos casos do COVID-19 e outras providências.
Resolução nº 20, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 25.03.2020	Dispõe sobre as medidas emergenciais devido à Crise de Calamidade Pública ocorrida com a Pandemia do Coronavírus - COVID-19.
Decreto nº 10.288 de 22.3.2020 Publicado no DOU de 22.3.2020 - Edição extra - J	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir as atividades e os serviços relacionados à imprensa como essenciais.

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Medida Provisória nº 927, de 22.3.2020	Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.
Publicada no DOU de 22.3.2020 - Edição extra - L	
Portaria nº 827, de 22.3.2020	Estabelece as diretrizes quanto à execução de trabalho remoto para o Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 24.03.2020	
Portaria nº 226, de 21.3.2020	Dispõe sobre medidas complementares à Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 24.03.2020	
Portaria nº 826, de 21.3.2020	Dispõe sobre medidas complementares à Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 24.03.2020	
Portaria nº 132, de 22.3.2020	Estabelece medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e exercício de atividades por servidores, empregados públicos e estagiários do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em caráter excepcional, delega competências ao Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública e autoriza a adoção de atos de gestão de que trata a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.
Publicada no DOU de 24.03.2020	
Portaria nº 132, de 22.3.2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País, por via terrestre, de estrangeiros provenientes da República Oriental do Uruguai, conforme
Publicada no DOU de 22.03.2020 - Edição extra - K	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Portaria nº 139, de 21.3.2020	Estabelece as diretrizes quanto à execução de trabalho remoto para o Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 21.03.2020 - Edição extra - I	
Resolução nº 122, de 21.3.2020	Dispõe sobre providências a serem adotadas em razão da pandemia causado pelo COVID-19
Publicada no DOU de 24.03.2020	
Resolução nº 5.876, de 20.3.2020	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no âmbito do serviço de transporte rodoviário de cargas.
Publicada no DOU de 23.03.2020	
Decreto nº 10.285, de 20.3.2020	Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona.
Publicado no DOU de 20.3.2020 - Edição extra - G	
Decreto nº 10.284, de 20.3.2020	Dispõe sobre a dilação do prazo de vencimento das tarifas de navegação aérea, durante o período de enfrentamento da pandemia da covid-19.
Publicado no DOU de 20.3.2020 - Edição extra - G	
Decreto nº 10.283, de 20.3.2020	Institui o Serviço Social Autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde - Adaps.
Publicado no DOU de 20.3.2020 - Edição extra - G	
Decreto nº 10.282, de 20.3.2020	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
Publicado no DOU de 20.3.2020 - Edição extra - G e republicado no DOU de 21.03.2020 - Edição extra - H	
Portaria nº 1.272, de 20.3.2020	Aprovação da Diretriz Ministerial de Execução nº 7/2020, que autoriza a execução das ações de apoio para mitigar os impactos do COVID-19
Publicada no DOU de 23.3.2020	
Portaria nº 1.501, de 20.3.2020	Suspende as atividades de atendimento presencial do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo.
Publicada no DOU de 25.3.2020	
Medida Provisória nº 926, de 20.3.2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Publicada no DOU de 20.3.2020 - Edição extra - G	aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
Portaria nº 543, de 20.3.2020	Estabelece, em caráter temporário, regras para o atendimento presencial nas unidades de atendimento, e suspende o prazo para prática de atos processuais e os procedimentos administrativos que especifica, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), como medida de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19).
Publicada no DOU de 23.3.2020 - Edição extra - A	
Portaria nº 467, de 20.3.2020	Dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre as ações de Telemedicina, com o objetivo de regulamentar e operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, decorrente da epidemia de COVID-19.
Publicada no DOU de 23.3.2020 - Edição extra - B	
Portaria nº 454, de 20.3.2020	Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).
Publicada no DOU de 20.3.2020 - Edição extra - F	
Portaria nº 412, de 20.3.2020	Dispõe sobre a manutenção de direitos dos segurados e beneficiários do INSS em razão das medidas restritivas no atendimento ao público para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 23.3.2020	
Portaria nº 356, de 20.3.2020	Dispõe sobre a atuação dos alunos dos cursos da área de saúde no combate à pandemia do COVID-19 (coronavírus).
Publicada no DOU de 20.3.2020 - Edição extra - B	
Portaria nº 335, de 20.3.2020	Estabelece medidas emergenciais na gestão do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, em decorrência
Publicada no DOU de 20.3.2020 - Edição extra - E	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.
Resolução nº 352, de 20.3.2020	Dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de cloroquina e hidroxiclороquina e de produtos sujeitos à vigilância sanitária destinados ao combate da Covid-19.
Publicada no DOU de 20.03.2020 - Edição extra G	
Decisão nº 43, de 20.3.2020	Determina as estratégias de atuação emergencial para o enfrentamento à pandemia de Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará e dá outras providências.
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Portaria nº 18, de 20.3.2020	Suspende a exigência de licenciamento de importação para os produtos referidos na Resolução CAMEX nº 26, de 29 de abril de 2015, publicada no D.O.U. de 30 de abril de 2015, e na Resolução CAMEX nº 58, de 19 de junho de 2015, publicada no D.O.U. de 22 de junho de 2015.
Publicada no DOU de 23.3.2020	
Portaria nº 17, de 20.3.2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas/MG - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e nas Agências da Receita Federal do Brasil em Lagoa Santa/MG, Curvelo/MG, Diamantina/MG e Paracatu/MG - em caráter excepcional, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Portaria nº 17, de 20.3.2020	Altera as medidas administrativas temporárias para prevenir contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito de jurisdição do CRP/18ª Região, dispostas na Portaria CRPMT nº 016, de 17 de março de 2020.
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Portaria nº 11, de 20.3.2020	Estabelece medidas quanto ao funcionamento das unidades de atendimento no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Contagem/MG - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) - e Agência da Receita Federal do Brasil em Betim/MG - em caráter excepcional, considerando o estado de emergência de saúde pública de importância
Publicada no DOU de 24.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	internacional decorrente do Coronavírus (Codiv-19).
Portaria nº 10, de 20.3.2020	Disciplina o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauru e em suas unidades jurisdicionais para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus(COVID-19).
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Portaria nº 10, de 20.3.2020	Estabelecimento de medidas temporárias de prevenção ao contágio de pessoas pelo Novo Coronavírus (COVID-19) em todas as dependências do Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região.
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Portaria nº 9, de 20.3.2020	Suspende o funcionamento da Agência da Receita Federal em Barretos-SP.
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Portaria nº 8, de 20.3.2020	Suspensão funcionamento das unidades da DRF/JFA e Agências em decorrência do Coronavírus (COVID-19)
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Portaria nº 5, de 20.3.2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Varginha, Agência da Receita Federal em Pouso Alegre/MG, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Portaria nº 4, de 20.3.2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Varginha, Agência da Receita Federal em Lavras/MG, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Portaria nº 3, de 20.3.2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Varginha, Agência da Receita Federal em Itajubá/MG, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Portaria nº 2, de 20.3.2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Varginha, Agência da Receita Federal em Alfenas/MG, para o enfrentamento da emergência de saúde
Publicada no DOU de 24.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria nº 1, de 20.3.2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Varginha, Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 24.3.2020	
Decreto Legislativo nº 6, de 20.3.2020	Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.
Publicado no DOU de 20.3.2020 - Edição extra - C	
Portaria nº 1, de 20.3.2020	Estabelece a ampliação do prazo de validade das certidões emitidas em decorrência do atendimento dos artigos 18 e 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, em razão da situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).
Publicado no DOU de 20.03.2020 - Edição extra - G	
Portaria nº 8.024, de 19.3.2020	Dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19). (Processo nº 10128.106029/2020-73).
Publicado no DOU de 20.03.2020	
Portaria nº 8.012, de 19.3.2020	Estabelece medidas temporárias, no âmbito da gestão administrativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, de prevenção ao contágio do covid-19, considerada a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS e o disposto na Portaria ME nº 96, de 17 de março de 2020.
Publicado no DOU de 20.03.2020	
Portaria nº 7.957, de 19.3.2020	Representação da União à distância, por meio de sistema eletrônico em assembleias gerais.
Publicado no DOU de 20.03.2020	
Circular nº 3.991, de 19.3.2020	Dispõe sobre o horário de atendimento ao público nas dependências das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil enquanto perdurar a situação de risco à saúde
Publicada no DOU de 23.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	pública decorrente do novo Coronavírus (Covid-19).
Portaria nº 1.153, de 19.3.2020	Cria o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 no âmbito das Comunicações (REDE CONECTADA MCTIC) e estabelece diretrizes a serem adotadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.
Publicada no DOU de 20.03.2020 - Edição extra-E	
Portaria nº 683, de 19.3.2020	Dispõe sobre a instituição de comitê técnico para elaboração de iniciativas de promoção e defesa dos Direitos Humanos, considerando a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicado no DOU de 20.03.2020	
Portaria nº 491, de 19.3.2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Ministério da Educação.
Publicado no DOU de 19.03.2020 - Edição extra C	
Portaria nº 430, de 19.3.2020	Estabelece incentivo financeiro federal de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, em caráter excepcional e temporário, com o objetivo de apoiar o funcionamento em horário estendido das Unidades de Saúde da Família (USF) ou Unidades Básicas de Saúde (UBS) no país, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).
Publicado no DOU de 20.03.2020	
Portaria nº 428, de 19.3.2020	Dispõe sobre as medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das unidades do Ministério da Saúde no Distrito Federal e nos Estados.
Publicado no DOU de 20.03.2020	
Resolução nº 351, de 19.3.2020	Dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de cloroquina e hidroxicloroquina e de produtos sujeitos à vigilância sanitária destinados ao combate da Covid-19.
Publicada no DOU de 20.3.2020 - Edição extra G	
Resolução nº 350, de 19.3.2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a fabricação e comercialização de preparações antissépticas ou sanitizantes oficiais sem
Publicada no DOU de 20.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	prévia autorização da Anvisa e dá outras providências, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Resolução nº 349, de 19.3.2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento de petições de regularização de equipamentos de proteção individual, de equipamentos médicos do tipo ventilador pulmonar e de outros dispositivos médicos identificados como estratégicos pela Anvisa, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus e dá outras providências.
Publicada no DOU de 20.3.2020	
Deliberação nº 185, de 19.3.2020	Dispõe sobre a ampliação e a interrupção de prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito.
Publicada no DOU de 20.03.2020	
Portaria nº 151-E, de 19.3.2020	Estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.
Publicada no DOU de 20.03.2020	
Portaria nº 151, de 19.3.2020	Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Profissionais Voluntários (CNPV) para o enfrentamento da crise provocada pela pandemia da COVID-19.
Publicada no DOU de 20.03.2020	
Portaria nº 141, de 19.3.2020	Altera dispositivos da Portaria nº 75, de 20 maio de 2015, com a redação que lhe foi conferida pela Portaria nº 166, de 12 de junho de 2019, que aprova as normas gerais e critérios de aplicação dos recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR em operações de financiamento.
Publicada no DOU de 20.03.2020	
Portaria nº 133, de 19.3.2020	Estabelece orientações e diretrizes quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus
Publicada no DOU de 20.03.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	(COVID-19), no âmbito Ministério do Meio Ambiente.
Portaria nº 126, de 19.3.2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 19.03.2020 - Edição extra-E e republicada no DOU de Edição extra-D	
Portaria nº 125, de 19.3.2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Publicada no DOU de 19.03.2020 - Edição extra-B	
Portaria nº 111, de 19.3.2020	Instituição do Comitê de Enfrentamento de Crise para supervisão e monitoramento dos impactos do coronavírus (COVID-19) no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
Publicado internamente pela ANTT em 20.3.2020	
Portaria nº 95, de 19.3.2020	Dispõe sobre a suspensão das atividades no âmbito do CREMEPE, pelo período de 19.03.2020 a 24.04.2020, como forma de seguir as medidas de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 24.03.2020	
Portaria nº 94, de 19.3.2020	Medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) definidas no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.
Publicada no DOU de 20.03.2020	
Portaria nº 85, de 19.3.2020	Prorrogação da validade de Certificados de Aquaviários e não Aquaviários, Certificados Estatutários, de Vistorias e outros documentos.
Publicada no DOU de 24.03.2020	
Portaria nº 80, de 19.3.2020	Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) na Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - Antaq.
Publicada no DOU de 20.03.2020	
Portaria nº 61, de 19.3.2020	Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais no âmbito do Tribunal de Contas da União.
Publicada no DOU de 23.03.2020	
Portaria nº 48, de 19.3.2020	Dispõe sobre medidas preventivas para a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do
Publicada no DOU de 25.03.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul - CRCRS.
Portaria nº 9, de 19.3.2020	Suspender excepcionalmente o atendimento ao contribuinte em decorrência do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 23.03.2020	
Resolução nº 5, de 19.3.2020	Recomenda medidas preventivas a serem adotadas na realização de consultas de nível ambulatorial para enfrentamento do COVID-19
Publicada no DOU de 25.03.2020	
Portaria nº 3, de 19.3.2020	Dispõe sobre medidas preventivas adotadas contra a propagação do coronavírus (COVID-19)
Publicada no DOU de 24.03.2020	
Decreto nº 10.281, de 18.3.2020	Reabre, em favor do Ministério da Defesa, crédito extraordinário, no valor de R\$ 10.601.952,00, aberto pela Medida Provisória nº 912, de 19 de dezembro de 2019.
Publicada no DOU de 19.3.2020	
Medida Provisória nº 925, de 18.3.2020	Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19.
Publicada no DOU de 19.3.2020	
Portaria nº 7.821, de 18.3.2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
Publicada no DOU de 18.3.2020 - Edição extra C	
Portaria nº 7.820, de 18.3.2020	Estabelece as condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos do coronavírus (COVID-19) na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU
Publicada no DOU de 18.3.2020 - Edição extra C	
Portaria nº 7.806, de 18.3.2020	Estabelece medidas quanto ao funcionamento das unidades de atendimento da Secretaria de Trabalho, em caráter excepcional, em razão da pandemia de COVID-19. (Processo nº 19955.100318/2020-91).
Publicada no DOU de 20.03.2020	
Portaria nº 1.232, de 18.3.2020	Aprovação da Diretriz Ministerial de Planejamento nº 6/GM/MD, de 18 de março de 2020, que regula o emprego das Forças Armadas em todo o território nacional.
Publicada no DOU de 19.03.2020	
Resolução nº 851, de 18.3.2020	Dispõe sobre a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT PDE, para o exercício de 2020.
Publicada no DOU de 19.03.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Resolução nº 777, de 18.3.2020	Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde
Publicada no DOU de 19.03.2020	
Resolução nº 776, de 18.3.2020	Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde
Publicada no DOU de 19.03.2020	
Portaria nº 414, de 18.3.2020	Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.
Publicada no DOU de 20.03.2020	
Portaria nº 237, de 18.3.2020	Inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19.
Publicada no DOU de 20.03.2020	
Portaria nº 333, de 18.3.2020	Disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 20.03.2020	
Portaria nº 330, de 18.3.2020	Estabelece o adiamento dos procedimentos em razão do não cumprimento do cronograma de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal para fortalecer o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 19.03.2020	
Portaria nº 208, de 18.3.2020	Trata da suspensão do atendimento presencial nas instalações da ANM em todo o território nacional enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 20.03.2020	
Resolução nº 152, de 18.3.2020	Prorroga o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional.
Publicada no DOU de 18.03.2020 - Edição extra D	
Portaria nº 145, de 18.3.2020	Disciplina excepcionalmente o atendimento ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito das unidades jurisdicionadas da 1ª Região Fiscal, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância
Publicada no DOU de 19.03.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria nº 117, de 18.3.2020 Publicada no DOU de 19.03.2020	Instituição do Comitê Setorial de Crise, no âmbito do Ministério de Minas e Energia.
Portaria nº 97, de 18.3.2020 Publicada no DOU de 23.03.2020	Regulamenta as rotinas de trabalho e os procedimentos administrativos no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.
Portaria nº 32, de 18.3.2020 Publicada no DOU de 20.03.2020 - Edição extra A	Altera a Portaria Normativa nº 30/GM-MD, de 17 de março de 2020, que estabelece medidas de proteção no âmbito do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria nº 18, de 18.3.2020 Publicada no DOU de 19.03.2020	Delega competência ao Secretário-Executivo da Secretaria de Governo da Presidência da República para adoção de prevenção, cautela e redução da transmissibilidade, tratadas no art. 6º-A da Instrução Normativa SEGES/ME nº 19, de 12 de março de 2020
Portaria nº 16, de 18.3.2020 Publicada no DOU de 19.03.2020	Altera a Portaria nº 19, de 2 julho de 2019, que dispõe sobre a emissão de licenças, autorizações, certificados e outros documentos públicos de exportação por meio do Portal Único de Comércio Exterior do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, para estabelecer a Licença Especial de Exportação de Produtos para o Combate do Covid-19.
Portaria nº 135, de 18.3.2020 Publicada no DOU de 18.03.2020 - Edição extra B	Estabelece padrões mínimos de conduta a serem adotados em âmbito prisional visando a prevenção da disseminação do COVID-19.
Portaria nº 7, de 18.3.2020 Publicada no DOU de 18.03.2020 - Edição extra B	Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no âmbito do Sistema Prisional.
Resolução nº 5.875, de 17.3.2020 Publicada no DOU de 18.03.2020	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no âmbito do serviço de

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.
Instrução Normativa nº 1.927, de 17.3.2020	Altera a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação.
Publicada no DOU de 18.03.2020	
Resolução nº 1.338, de 17.3.2020	Fixação de teto máximo de juros ao mês, para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 18.03.2020	
Portaria nº 419, de 17.3.2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.
Publicada no DOU de 19.03.2020	
Portaria nº 375, de 17.3.2020	Estabelece medidas para as unidades descentralizadas do Instituto Nacional do Seguro Social quanto às medidas de proteção que devem ser adotadas no atendimento ao público para prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 18.03.2020	
Resolução nº 348, de 17.3.2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento de petições de registro de medicamentos, produtos biológicos e produtos para diagnóstico in vitro e mudança pós-registro de medicamentos e produtos biológicos em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus.
Publicada no DOU de 18.03.2020	
Resolução nº 347, de 17.3.2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a exposição à venda de preparações antissépticas ou sanitizantes oficiais, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Publicada no DOU de 18.03.2020	
Portaria nº 343, de 17.3.2020	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.
Publicada no DOU de 18.03.2020	
Portaria nº 342, de 17.3.2020	Delega competência ao Secretário-Executivo para adoção de medidas previstas na Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020.
Publicada no DOU de 18.03.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Portaria nº 210, de 17.3.2020 Publicada no DOU de 18.03.2020	Dispõe sobre medidas complementares à Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)
Portaria nº 175, de 18.3.2020 Publicada no DOU de 19.03.2020	Estabelece medidas de caráter temporário para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
Portaria nº 174, de 17.3.2020 Publicada no DOU de 19.03.2020	Estabelece medidas quanto ao exercício de atividades de servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em caráter excepcional, em razão da pandemia de COVID-19.
Portaria nº 120, de 17.3.2020 Publicada no DOU de 18.03.2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Portaria nº 103, de 17.3.2020 Publicada no DOU de 18.03.2020	Dispõe sobre medidas relacionadas aos atos de cobrança da dívida ativa da União, incluindo suspensão, prorrogação e diferimento, em decorrência da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde relacionada ao coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.
Portaria nº 96, de 17.3.2020 Publicada no DOU de 18.03.2020	Delega competências ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), e autoriza a adoção de atos de gestão de que trata a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal.
Decisão nº 43, de 17.3.2020 Publicada no DOU de 18.03.2020	Prorroga a validade de certificações de profissionais previstas no RBAC nº 110, RBAC nº 153 e na Resolução ANAC nº 279 e isenta a

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	realização de reuniões ordinárias de Comissão de Segurança Aeroportuária (CSA), bem como estende o prazo para realização das atividades de controle de qualidade AVSEC por parte dos operadores previstas nos RBAC nº 107 e RBAC nº 108.
Decisão nº 42, de 17.3.2020	Prorroga a validade de habilitações, certificados, autorizações, averbações, credenciamentos, treinamentos e exames.
Publicada no DOU de 18.03.2020	
Portaria nº 30, de 17.3.2020	Estabelece medidas de proteção no âmbito do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)
Publicada no DOU de 17.03.2020 - Edição extra C	
Resolução nº 17, de 17.3.2020	Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
Publicada no DOU de 18.03.2020	
Portaria nº 11, de 17.03.2020	Estabelece medidas adicionais ao disposto na Resolução Cremers n.º 04/2020, que dispõe acerca das medidas administrativas preventivas do CREMERS para enfrentamento do COVID-19, no âmbito do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul.
Publicada no DOU de 23.3.2020	
Portaria nº 10, de 17.3.2020	Estabelece orientações e diretrizes quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.
Publicada no DOU de 18.03.2020	
Portaria nº 8, de 17.3.2020	Estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos dos órgãos da Presidência da República em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 18.03.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Portaria nº 5, de 17.3.2020	Dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.
Publicada no DOU de 17.03.2020 - Edição extra C	
Resolução nº 5.862, de 17.3.2020	Regulamenta o cadastro da Operação de Transporte necessário para a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT e os meios de pagamentos do valor do frete referentes à prestação de serviços de transporte rodoviário remunerado de cargas.
Publicada no DOU de 17.03.2020 - Edição extra C	
Portaria nº 3, de 17.03.2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio de pessoas pelo Novo Coronavírus (COVID-19) em todas as dependências do Conselho Regional de Psicologia - 8ª Região e dá outras providências.
Publicada no DOU de 23.3.2020	
Recomendação nº 1, de 17.3.2020	Recomenda procedimentos a serem observados pelas autoridades sanitárias do estado de Pernambuco no atendimento médico prestado aos casos do COVID-19 e outras providências.
Publicada no DOU de 25.3.2020	
Decreto nº 10.277, de 16.3.2020	Institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.
Publicado no DOU de 16.3.2020 - Edição extra - C	
Resolução nº 4.783, de 16.3.2020	Estabelece, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACPConservação de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.
Publicada no DOU de 17.3.2020	
Resolução nº 4.782, de 16.3.2020	Estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito.
Publicada no DOU de 17.3.2020	
Portaria nº 1.076, de 16.3.2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e de suas Entidades Vinculadas.
Publicada no DOU de 19.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Portaria nº 395, de 16.3.2020 Publicada no DOU de 16.3.2020 - Edição extra - A	Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade-MAC, a ser disponibilizado aos Estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19.
Portaria nº 373, de 16.3.2020 Publicada no DOU de 17.03.2020	Estabelece orientações quanto às medidas protetivas, no âmbito do INSS, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19).
Portaria nº 125, de 16.3.2020 Publicada no DOU de 17.03.2020	Estabelece medidas quanto ao exercício de atividades por servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em caráter excepcional, em razão da pandemia de COVID-19.
Portaria nº 65, de 16.3.2020 Publicada no DOU de 17.03.2020	Estabelecimento de orientações, no âmbito da FUNDACENTRO, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).
Portaria nº 59, de 16.3.2020 Publicada no DOU de 17.03.2020	Instituição do o Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do Coronavírus-19 (GIAC-COVID19).
Instrução Normativa nº 21, de 16.3.2020 Publicada no DOU de 17.3.2020	Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)
Portaria nº 29, de 15.3.2020 Publicada no DOU de 17.3.2020	Adoção de medidas pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
Portaria nº 4, de 15.3.2020 Publicada no DOU de 17.3.2020	Suspende as visitas sociais, atendimentos de advogados e as escoltas dos presos custodiados nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção, controle e contenção de riscos do Novo Coronavírus.

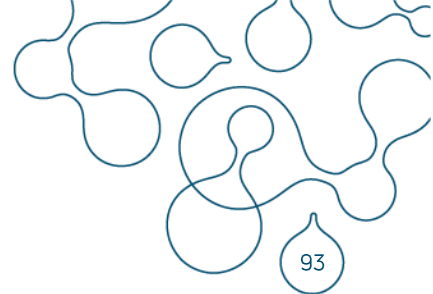
Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
Medida Provisória nº 924, de 13.3.2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor de R\$ 5.099.795.979,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 13.3.2020 - Edição extra B	
Portaria nº 413, de 13.3.2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.
Publicada no DOU de 19.3.2020	
Instrução Normativa nº 20, de 13.3.2020	Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)
Publicada no DOU de 13.3.2020 - Edição extra	
Resolução nº 453, de 12.3.2020	Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2020, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para infecção pelo Coronavírus.
Publicada no DOU de 13.3.2020	
Resolução nº 346, de 12.3.2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a certificação de boas práticas de fabricação para fins de registro e alterações pós-registro de insumo farmacêutico ativo, medicamento e produtos para saúde em virtude da emergência de saúde pública internacional do novo Coronavírus.
Publicada no DOU de 13.3.2020	
Instrução Normativa nº 19, de 12.3.2020	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 13.3.2020	
Portaria nº 356, de 11.3.2020	Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da
Publicada no DOU de 12.3.2020	

Legislação COVID-19 (Planalto) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm	
Atos	Ementa
	emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Medida Provisória nº 921, de 7.2.2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 11.287.803,00, para os fins que especifica.
Publicada no DOU de 10.2.2020	
Portaria nº 79, de 4.3.2020	Aprova condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade em países afetados pela epidemia do coronavírus (COVID-19).
Publicada no DOU de 5.3.2020	
Lei nº 13.979, de 6.2.2020	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
Publicada no DOU de 7.2.2020	
Portaria nº 188, de 3.2.2020	Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).
Publicada no DOU de 4.2.2020	

COMPILADO
REGULAMENTOS
ANVISA

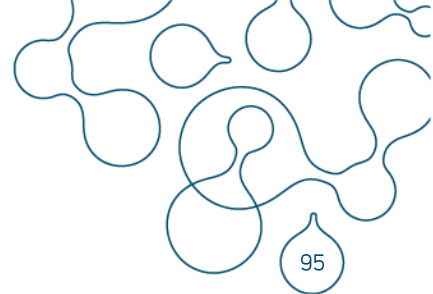


Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
Alimentos	RDC 391/2020:	altera a RDC 326/2019, que estabelece a lista positiva de aditivos destinados à elaboração de materiais plásticos e revestimentos poliméricos em contato com alimentos e dá outras providências, para ampliar o prazo de adequação aos requisitos definidos, em virtude da emergência de saúde pública internacional provocada pelo SARS-CoV-2.
Alimentos	RDC 382/2020:	define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento das petições de pós-registro de fórmulas para nutrição enteral e fórmulas infantis, em virtude da emergência de saúde pública internacional provocada pelo SARS-CoV-2.
Alimentos	Nota Técnica 49/2020 - GIALI/GGFIS/DIRE4/ANVISA:	orientações para os serviços de alimentação com atendimento direto ao cliente durante a pandemia de Covid-19.
Alimentos	Nota Técnica 48/2020 - GIALI/GGFIS/DIRE4/ANVISA:	documento orientativo para produção segura de alimentos durante a pandemia de Covid-19.
Alimentos	Nota Técnica 47/2020 - GIALI/GGFIS/DIRE4/ANVISA:	uso de luvas e máscaras em estabelecimentos da área de alimentos no contexto do enfrentamento à Covid-19.
Cosméticos e saneantes	RDC 495/2021:	define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a exposição à venda de preparações antissépticas ou sanitizantes oficinais, em virtude da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2).
Cosméticos e saneantes	RDC 422/2020:	altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC 350/2020.
Cosméticos e saneantes	RDC 350/2020:	define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a fabricação e comercialização de preparações antissépticas ou sanitizantes oficinais sem prévia autorização da Anvisa e dá outras providências, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.

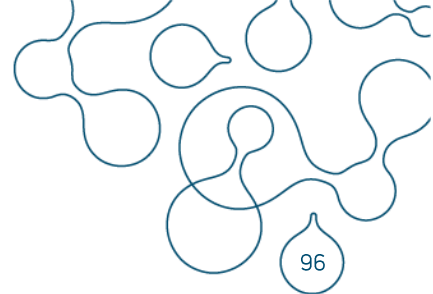


Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
Cosméticos e saneantes	Nota Técnica 32/2021 - COSAN/GHCOS/DIRE3/ANVISA:	orientações sobre avaliação de eficácia e segurança dos equipamentos emissores de luz ultravioleta (UV) com ação desinfetante.
Cosméticos e saneantes	Nota Técnica 20/2021 - COSAN/GHCOS/DIRE3/ANVISA:	enquadramento de tecidos, superfícies e objetos com propriedade antimicrobiana, de produtos antimicrobianos para aplicação nos mesmos e produtos com ação antimicrobiana para adicionar à água e deixar os tecidos em imersão, com a finalidade de proteção à saúde humana.
Cosméticos e saneantes	Nota Técnica 108/2020 - COSAN/GHCOS/DIRE3/ANVISA:	o uso de ozônio como produto desinfetante durante a pandemia causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2).
Cosméticos e saneantes	Nota Técnica 82/2020 - COSAN/GHCOS/DIRE3/ANVISA:	uso de luz ultravioleta (UV) para desinfecção de ambientes públicos e hospitalares.
Cosméticos e saneantes	Nota Técnica 51/2020 - COSAN/GHCOS/DIRE3/ANVISA:	Nota Técnica 51/2020 - COSAN/GHCOS/DIRE3/ANVISA: desinfecção de pessoas em ambientes públicos e hospitais durante a pandemia da Covid-19.
Cosméticos e saneantes	Nota Técnica 47/2020 - COSAN/GHCOS/DIRE3/ANVISA:	recomendações sobre produtos saneantes que possam substituir o álcool 70% e desinfecção de objetos e superfícies, durante a pandemia de Covid-19.
Cosméticos e saneantes	Nota Técnica 34/2020 - COSAN/GHCOS/DIRE3/ANVISA:	recomendações e alertas sobre procedimentos de desinfecção em locais públicos realizados durante a pandemia da Covid-19.
Cosméticos e saneantes	Nota Técnica 12/2020 - GHBIO/GGMON/DIRE5/ANVISA:	alerta sobre exposição tóxica por álcool gel no Brasil desde o início da pandemia de Coronavírus - Covid-19. Levantamento baseado nos dados solicitados aos Centros de Informação e Assistência Toxicológica - CIATox.
Cosméticos e saneantes	Nota Técnica 11/2020 - GHBIO/GGMON/DIRE5/ANVISA:	alerta sobre o aumento da exposição tóxica por produtos de limpeza no Brasil desde o início da pandemia de Coronavírus - Covid-19. Levantamento baseado nos dados solicitados aos Centros de Informação e Assistência Toxicológica - CIATox.
Cosméticos e saneantes	Nota Técnica 3/2020 - DIRE3/ANVISA:	orientações gerais sobre a doação de álcool 70%.

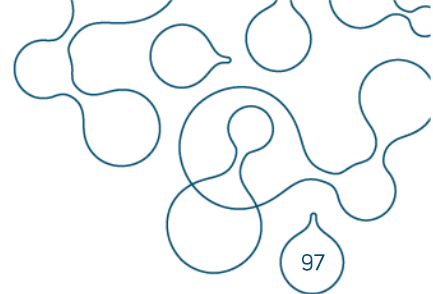
Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
Cosméticos e saneantes	Resolução RE 863/2020:	autorizados mais dez géis antissépticos.
Dispositivos médicos	RDC 531/2021:	altera a RDC 483/2021, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação de dispositivos médicos novos e medicamentos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Dispositivos médicos	RDC 527/2021:	altera a RDC 448/2020, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e comercialização de equipamentos de proteção individual identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Dispositivos médicos	RDC 524/2021:	prorroga por 60 (sessenta) dias a vigência da RDC 483/2021, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação de dispositivos médicos novos e medicamentos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Dispositivos médicos	RDC 516/2021:	altera a RDC 483/2021, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação de dispositivos médicos novos e medicamentos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Dispositivos médicos	RDC 496/2021:	que prorroga por 60 (sessenta) dias a vigência da RDC 483/2021, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação de dispositivos médicos novos e medicamentos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da



Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
		emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Dispositivos médicos	RDC 489/2021:	altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 483, de 19 de março de 2021, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação de dispositivos médicos novos e medicamentos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Dispositivos médicos	RDC 483/2021:	dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação de dispositivos médicos novos e medicamentos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Dispositivos médicos	RDC 448/2020:	dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e comercialização de equipamentos de proteção individual identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Dispositivos médicos	RDC 445/2020:	define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para obtenção da anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo de validade de produtos para diagnóstico in vitro registrados conforme as disposições da RDC 348/2020.
Dispositivos médicos	RDC 386/2020:	define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para obtenção da Anuência Excepcional para Fabricação, Comercialização e Doação de Equipamentos de Suporte Respiratório Emergencial e Transitório do tipo "Ambu Automatizado".
Dispositivos médicos	RDC 379/2020:	altera a RDC 356/2020, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e



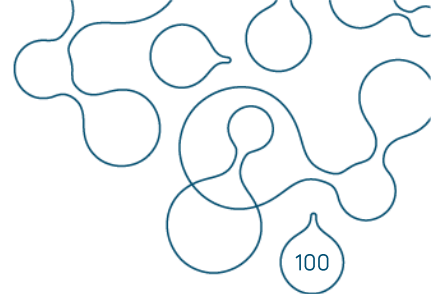
Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
		aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Dispositivos médicos	<u>RDC 378/2020:</u>	dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação, comercialização e doação de ventiladores pulmonares, monitores de sinais vitais, bombas de infusão, equipamentos de oximetria e capnógrafos usados, indispensáveis em unidades de terapia intensiva, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada a Covid-19.
Dispositivos médicos	<u>RDC 375/2020:</u>	dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre o regime para a submissão de ensaios clínicos utilizados para a validação de dispositivos médicos de classes III e IV identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Dispositivos médicos	<u>Nota Técnica 33/2021 - GEVIT/GGTPS/DIRE3/ANVISA:</u>	informações sobre os produtos para diagnóstico in vitro para detecção de anticorpos neutralizantes contra o vírus SARS-Cov-2 (Covid-19).
Dispositivos médicos	<u>Nota Técnica 1/2021 – GEVIT/GGTPS/DIRE3/ANVISA:</u>	informações sobre o impacto da variante do coronavírus identificada no Reino Unido frente aos ensaios de diagnóstico in vitro.
Dispositivos médicos	<u>Nota Técnica 202/2020 – GEMAT/GGTPS/DIRE3/ANVISA:</u>	esclarecimentos sobre o enquadramento sanitário de produtos fabricados por têxteis de propriedade antiviral ou antibacteriana, no âmbito de atuação da Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde.
Dispositivos médicos	<u>Nota Informativa sobre ventiladores pulmonares</u>	Documento esclarece o que são os ventiladores pulmonares, como funcionam e as ações adotadas pela Anvisa para facilitar o acesso a eles no contexto da Covid-19.



Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
Dispositivos médicos	Business Intelligence (BI) da fila completa de produtos de diagnóstico in vitro para Covid-19	Painel promove a consulta a diversos dados, por exemplo, a quantidade de pedidos deferidos, indeferidos, em análise, aguardando o certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF), entre outros.
Dispositivos médicos	Business Intelligence (BI) da situação de análise de CBPF de produtos para diagnóstico de uso in vitro de Covid-19	Painel promove a consulta a diversos dados, por exemplo, a identificação dessas petições por número de expediente, ordem cronológica de peticionamento, situação de análise e tempo em cada fase, entre outros.
Dispositivos médicos	Business Intelligence (BI) de monitoramento pós-mercado da qualidade de produtos sujeitos à vigilância sanitária - Covid-19	Painel promove a consulta a diversos dados, por exemplo, dados sobre produtos que estão ou estiveram em situação de irregularidade.
Laboratórios analíticos	RDC 426/2020:	altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC 364/2020.
Laboratórios analíticos	RDC 396/2020:	altera o art. 1º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC 364/2020.
Laboratórios analíticos	RDC 390/2020:	estabelece critérios, requisitos e procedimentos para o funcionamento, a habilitação na Reblas e o credenciamento de laboratórios analíticos que realizam análises em produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária e dá outras providências.
Laboratórios analíticos	RDC 380/2020:	altera o art. 1º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC 364/2020.
Laboratórios analíticos	RDC 364/2020:	suspende os efeitos da RDC 302/2005, em caráter temporário e excepcional, para os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) que irão realizar análises para o diagnóstico da Covid-19.
Laboratórios analíticos	Business Intelligence (BI) de monitoramento pós-mercado da qualidade de dispositivos para diagnóstico in vitro da Covid-19:	Painel promove a consulta a diversos dados, por exemplo, amostras analisadas e resultados obtidos, entre outros.
Medicamentos	RDC 531/2021:	altera a RDC 483/2021, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação de dispositivos médicos novos e medicamentos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da

Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
		emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Medicamentos	RDC 524/2021:	prorroga por 60 (sessenta) dias a vigência da RDC 483/2021, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação de dispositivos médicos novos e medicamentos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Medicamentos	RDC 523/2021:	prorroga a vigência da RDC 484/2021, que dispõe sobre procedimentos temporários e extraordinários para a autorização em caráter emergencial, de medicamentos anestésicos, sedativos, bloqueadores neuromusculares e outros medicamentos hospitalares usados para manutenção da vida de pacientes no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2).
Medicamentos	RDC 516/2021	altera a RDC 483/2021, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação de dispositivos médicos novos e medicamentos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Medicamentos	RDC 496/2021:	que prorroga por 60 (sessenta) dias a vigência da RDC 483/2021, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação de dispositivos médicos novos e medicamentos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Medicamentos	RDC 489/2021:	altera a RDC 483/2021, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação de dispositivos

Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
		médicos novos e medicamentos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Medicamentos	RDC 485/2021:	altera a RDC 352/2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da Covid-19.
Medicamentos	RDC 484/2021:	dispõe sobre procedimentos temporários e extraordinários para a autorização em caráter emergencial, de medicamentos anestésicos, sedativos, bloqueadores neuromusculares e outros medicamentos hospitalares usados para manutenção da vida de pacientes no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2).
Medicamentos	RDC 483/2021:	dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação de dispositivos médicos novos e medicamentos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Medicamentos	RDC 482/2021:	altera o art. 7º da RDC 392/2020 para prever excepcionalidades referentes à utilização de cilindros de oxigênio não medicinal, utilização de rampas de enchimento de cilindros industriais para o enchimento de cilindros medicinais, e utilização de unidades de envasamento exclusivo de gases industriais para o envasamento de gases medicinais.
Medicamentos	RDC 476/2021:	estabelece os procedimentos e requisitos para submissão de pedido de autorização excepcional e temporária para importação e distribuição de medicamentos e vacinas contra Covid-19 para o enfrentamento da

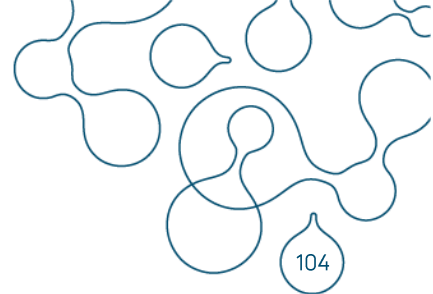


Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
		emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2), nos termos da Lei 14.124/2021.
Medicamentos	RDC 475/2021:	estabelece os procedimentos e requisitos para submissão de pedido de autorização temporária de uso emergencial (AUE), em caráter experimental, de medicamentos e vacinas para Covid-19 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2).
Medicamentos	RDC 465/2021:	estabelece a dispensa de registro e da autorização de uso emergencial e os procedimentos para importação e monitoramento das vacinas Covid-19 adquiridas pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facility) para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2).
Medicamentos	RDC 461/2021:	que altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC 392/2020. Medida aumentará a produção de oxigênio medicinal [O2(g)] para tratamento da Covid-19.
Medicamentos	RDC 425/2020:	altera a RDC 357/2020, que estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).

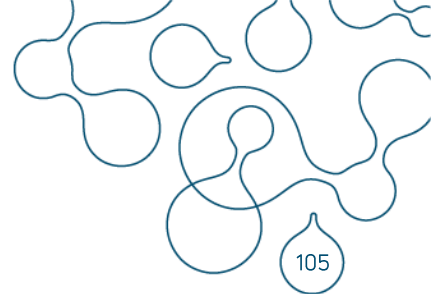
Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
Medicamentos	RDC 420/2020:	dispõe sobre a atualização do Anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC 405/2020.
Medicamentos	RDC 415/2020:	define novos critérios e procedimentos extraordinários para tratamento de petições de registro e mudanças pós-registro de medicamentos e produtos biológicos em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus.
Medicamentos	RDC 405/2020:	estabelece as medidas de controle para os medicamentos que contenham substâncias constantes do Anexo I desta Resolução, isoladas ou em associação, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).
Medicamentos	RDC 400/2020:	define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a aplicação de excepcionalidades a requisitos específicos de rotulagem e bulas de medicamentos, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus.
Medicamentos	RDC 392/2020:	define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a aplicação de excepcionalidades a requisitos específicos das Boas Práticas de Fabricação e de Importação de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus.
Medicamentos	RDC 387/2020:	altera o Anexo I da RDC 357/2020, que estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a

Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
		controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).
Medicamentos	RDC 357/2020:	estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).
Medicamentos	RDC 352/2020:	dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de cloroquina e hidroxiclороquina e de produtos sujeitos à vigilância sanitária destinados ao combate da Covid-19.
Medicamentos	IN 77/2020:	dispõe sobre o procedimento de submissão contínua de dados técnicos para o registro de vacinas Covid-19.
Medicamentos	Nota Técnica 1/2021 – COPEC/GGMED/DIRE2/ANVISA:	descreve orientações aos patrocinadores, organizações representativas de pesquisa clínica (ORPCs), centros de pesquisa e investigadores envolvidos na condução de ensaios clínicos autorizados pela Anvisa para o desenvolvimento clínico de vacinas contra Covid-19, a fim de qualificar e promover agilidade na notificação dos eventos adversos graves e inesperados à Anvisa.
Medicamentos	Nota Técnica 107/2020 - GGMED/DIRE2/ANVISA:	orientação quanto ao uso de rotas alternativas temporárias durante a pandemia de Covid-19 para o transporte de medicamentos novos registrados por meio do procedimento da RDC 205/2017 e de produtos biológicos.
Medicamentos	Nota Técnica 78/2020 - GPBIO/GGMED/DIRE2/ANVISA:	orientações quanto à submissão de documentação técnica para análise pela

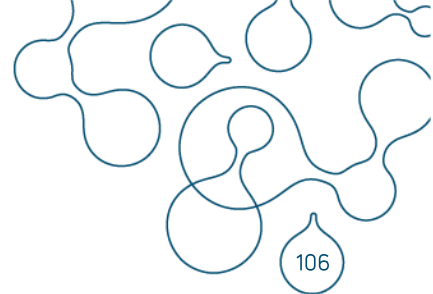
Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
		Anvisa, relacionada a vacinas para a prevenção da Covid-19.
Medicamentos	Nota Técnica 49/2020 - GFARM/GGMON/DIRE5/ANVISA:	orientações para monitoramento de eventos adversos pós-vacinação - Clínicas privadas de vacinação.
Medicamentos	Nota Técnica 23/2020 - COPEC/GGMED/DIRE2/ANVISA:	a pandemia do SARS-CoV-2, o novo coronavírus responsável pela doença Covid-19, exige de todos o compromisso com a saúde pública. E, nesse sentido, a Anvisa se coloca à disposição da comunidade científica e do setor produtivo de medicamentos e produtos para saúde no intuito de discutir as propostas de novos ensaios clínicos de forma prioritária e dar suporte para aqueles que já estão em andamento. Assim, a presente nota técnica traz orientações aos patrocinadores, centros de pesquisa e investigadores envolvidos na condução de ensaios clínicos autorizados pela Anvisa e estudos de bioequivalência a fim de viabilizar a condução dos ensaios clínicos no Brasil com a celeridade que o momento exige e garantindo a segurança dos participantes.
Medicamentos	Nota Informativa 5/2020 - DAF/SCTIE/MS:	uso da cloroquina como terapia adjuvante no tratamento de formas graves do Covid-19.
Medicamentos	Orientação de Serviço 86/2020:	dispõe sobre procedimentos excepcionais e temporários quanto à avaliação de dados de controle de qualidade de IFA e medicamentos, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus.
Medicamentos	Business Intelligence (BI) para monitoramento de oxigênio medicinal.	Painel permite acompanhar possível desabastecimento do mercado.
Medicamentos	Business Intelligence (BI) do andamento das análises de estudos clínicos para Covid-19.	Painel permite acompanhar a situação atual de cada estudo clínico submetido à Anvisa.
Medicamentos	Business Intelligence (BI) de reuniões realizadas para tratar das vacinas contra a Covid-19.	Painel permite acompanhar informações como data da realização, lista de participantes e resumo da ata.



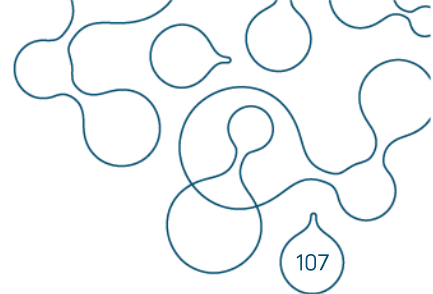
Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
Medicamentos	Business Intelligence (BI) do andamento da análise das vacinas na Anvisa.	Painel permite acompanhar o passo a passo do andamento da submissão de documentos e da análise dos pedidos de uso emergencial de vacinas para Covid-19.
Medicamentos	Business Intelligence (BI) de monitoramento do abastecimento nacional de medicamentos de interesse ao enfrentamento à Covid-19.	Painel promove a consulta a diversos dados, por exemplo, sobre fabricação, importação e distribuição de fármacos utilizados em pacientes infectados pelo novo coronavírus.
Portos, aeroportos e fronteiras	RDC 488/2021:	dispõe sobre a importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária por unidade de saúde, para seu uso exclusivo.
Portos, aeroportos e fronteiras	RDC 485/2021:	altera a RDC 352/2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da Covid-19.
Portos, aeroportos e fronteiras	RDC 479/2021:	dispõe sobre proibições para as importações realizadas por pessoa física para uso próprio por quaisquer modalidades de importação durante a pandemia do novo coronavírus.
Portos, aeroportos e fronteiras	RDC 477/2021:	altera a RDC 456/2020, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas em aeroportos e aeronaves em virtude da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente do surto do novo coronavírus - SARS-CoV-2.
Portos, aeroportos e fronteiras	RDC 456/2020:	dispõe sobre as medidas a serem adotadas em aeroportos e aeronaves em virtude da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente do surto do novo coronavírus - SARS-CoV-2.
Portos, aeroportos e fronteiras	RDC 402/2020:	estabelece a abertura temporária de pontos de entrada e saída de substâncias sujeitas a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).
Portos, aeroportos e fronteiras	RDC 392/2020:	define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a aplicação de excepcionalidades a requisitos



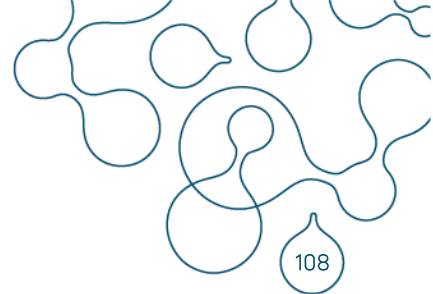
Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
		específicos das Boas Práticas de Fabricação e de Importação de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus.
Portos, aeroportos e fronteiras	RDC 384/2020:	dispõe sobre inclusão temporária de procedimento de emissão de certificado sanitário por análise documental, regulamentado na RDC 72/2009 às embarcações durante à vigência da pandemia de Covid-19.
Portos, aeroportos e fronteiras	RDC 373/2020:	altera o art. 29 da RDC 72/2009 que dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitam durante a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) Covid-19.
Portos, aeroportos e fronteiras	RDC 366/2020:	dispõe sobre a importação de produtos para diagnóstico in vitro de Coronavírus durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus.
Portos, aeroportos e fronteiras	RDC 352/2020:	dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de cloroquina e hidroxiclороquina e de produtos sujeitos à vigilância sanitária destinados ao combate da Covid-19.
Portos, aeroportos e fronteiras	Nota Técnica 137/2021 - COVIG/GGPAF/DIRE5/ANVISA:	manifestação técnica em resposta à Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal, processo judicial nº 5006631-88.2021.4.03.6119, que tramita perante a 2ª Vara Federal de Guarulhos, requerendo subsídios técnicos quanto à implementação de quarentena de passageiros que desembarcam vindos de países com alto risco epidemiológico.
Portos, aeroportos e fronteiras	Nota Técnica 5/2021 - GQRIS/GGPAF/DIRE5/ANVISA:	atualiza as medidas sanitárias a serem adotadas em portos e embarcações para resposta a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e



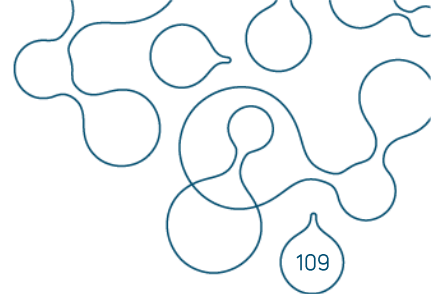
Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
		Internacional (ESPIL) pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19).
Portos, aeroportos e fronteiras	Nota Técnica 222/2020 - GIMTV/GGPAF/DIRE5/ANVISA:	atualiza as medidas sanitárias a serem adotadas em aeroportos e aeronaves, para enfrentamento ao novo SARS-CoV-2 (Covid-19).
Portos, aeroportos e fronteiras	Nota Técnica 95/2020 - GIMTV/GGPAF/DIRE5/ANVISA:	definição de fluxo de comunicação para repatriação de brasileiros no contexto da Pandemia da Covid-19.
Portos, aeroportos e fronteiras	Nota Técnica 40/2020 - GIMTV/GGPAF/DIRE5/ANVISA:	dispõe sobre as medidas sanitárias a serem adotadas em passagem de fronteira terrestre e veículo terrestre, frente aos casos do novo coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).
Portos, aeroportos e fronteiras	Nota Técnica 34/2020 - GIMTV/GGPAF/DIRE5/ANVISA:	dispõe sobre as medidas sanitárias a serem adotadas em pontos de entrada, frente aos casos do novo coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).
Portos, aeroportos e fronteiras	Nota Técnica 30/2020 - GIMTV/GGPAF/DIRE5/ANVISA:	avaliação do controle de temperatura como método de triagem de casos suspeitos da Covid-19 em pontos de entrada.
Portos, aeroportos e fronteiras	Nota Técnica 8/2020 - GIMTV/GGPAF/DIRE5/ANVISA:	dispõe sobre as medidas sanitárias a serem adotadas em pontos de entrada, frente aos casos do novo coronavírus (2019-nCov).
Portos, aeroportos e fronteiras	Nota Técnica 3/2020 - CIPAF/GIMTV/GGPAF/DIRE5/ANVISA:	utilização dos sistemas de climatização em portos, aeroportos e passagens de fronteiras durante a pandemia da Covid-19.
Portos, aeroportos e fronteiras	Nota Informativa 2/2020 - GIMTV/GGPAF/DIRE5/ANVISA:	desembarque de tripulantes para conexão de retorno aéreo ao país de origem relacionado a questões operacionais ou término de contrato de trabalho de acordo com o disposto na Portaria 255/2020.
Sangue, tecidos, células e órgãos	RDC 363/2020:	altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC 338/2020.
Sangue, tecidos, células e órgãos	Portaria 152/2020:	dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Anvisa.
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 36/2021 - GSTCO/DIRE1/ANVISA:	utilização de equipamentos de conservação de sangue e hemocomponentes dos Serviços de Hemoterapia para armazenamento de vacinas da Covid-19.



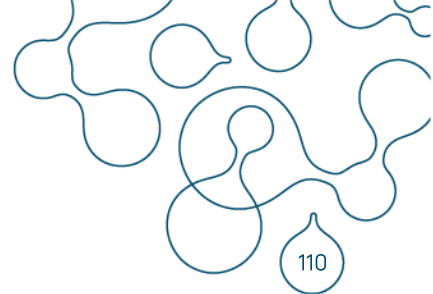
Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 33/2021 - GSTCO/DIRE1/ANVISA:	atualização das recomendações sobre o uso de plasma de doador convalescente para o tratamento da Covid-19 e a doação deste tipo de plasma por indivíduos vacinados contra a Covid-19.
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 18/2021 - GSTCO/DIRE1/ANVISA:	atualização das orientações gerais para os Bancos de Tecidos referentes ao enfrentamento da pandemia do SARS-CoV-2.
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 13/2021 - GSTCO/DIRE1/ANVISA:	orientações sobre inaptidão temporária para doação de células-tronco hematopoéticas (CTH) para fins de transplante convencional de candidatos a doação que foram submetidos à vacinação contra a Covid-19.
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 12/2021 - GSTCO/DIRE1/ANVISA:	orientação sobre inaptidão temporária para doação de sangue de candidatos que foram submetidos a vacinação contra a Covid-19 e outras recomendações.
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 72/2020 - GSTCO/DIRE1/ANVISA:	diretrizes para a realização de procedimentos de Reprodução Humana Assistida face a pandemia de coronavírus (SARS-CoV-2).
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 60/2020 - GSTCO/DIRE1/ANVISA:	orientações gerais para os Bancos de Tecidos referentes ao enfrentamento da pandemia do SARS-CoV-2.
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 21/2020 - GSTCO/DIRE1/ANVISA:	orientações sobre ensaios clínicos e o uso experimental de produto de terapia avançada para o tratamento de pacientes acometidos com Covid-19.
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 19/2020 - GSTCO/DIRE1/ANVISA:	aspectos regulatórios do uso de plasma de doador convalescente para tratamento da Covid-19.
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 10/2020 - GHBIO/GGMON/DIRE5/ANVISA:	aspectos de hemovigilância relacionados ao uso de plasma convalescente para tratamento da Covid-19.
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 36/2020 - CGSNT/DAET/SAES/MS:	complementa as orientações da Nota Técnica 25/2020- CGSNT/DAET/SAES/MS e suas atualizações, incluindo os critérios técnicos para o gerenciamento do risco sanitário de células-tronco hematopoéticas (CTH) para fins de transplante convencional, e para o



Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
		manejo de doadores e de receptores de CTH frente à pandemia de coronavírus (SARS-CoV-2).
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 34/2020 - CGSNT/DAET/SAES/MS:	atualiza as orientações da Nota Técnica 25/2020-CGSNT/DAET/SAES/MS alterando os critérios técnicos para triagem de candidatos à doação de órgãos e tecidos e para manejo do paciente em lista de espera, frente à pandemia de coronavírus (SARS-CoV-2).
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 25/2020 - CGSNT/DAET/SAES/MS:	critérios técnicos para triagem clínica do coronavírus (SARS, MERS, SARS-CoV-2) nos candidatos à doação de órgãos e tecidos e para manejo do paciente em lista de espera e do transplantado.
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 21/2020 - CGSH/DAET/SAES/MS:	coleta e transfusão de plasma de convalescentes para uso experimental no tratamento de pacientes com Covid-19.
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 13/2020 - CGSH/DAET/SAES/MS:	atualização dos critérios técnicos contidos na Nota Técnica 5/2020-CGSH/DAET/SAES/MS para triagem clínica dos candidatos à doação de sangue relacionados ao risco de infecção pelo SARS-CoV-2 (vírus causador da Covid-19).
Sangue, tecidos, células e órgãos	Nota Técnica 5/2020 - CGSH/DAET/SAES/MS:	atualização dos critérios técnicos para triagem clínica de dengue (DENV), chikungunya (CHIKV), zika (ZIKV) e coronavírus (SARS, MERS, 2019-nCoV) nos candidatos à doação de sangue.
Serviços de Saúde	RDC 377/2020:	autoriza, em caráter temporário e excepcional, a utilização de "testes rápidos" (ensaios imunocromatográficos) para a Covid-19 em farmácias, suspende os efeitos do § 2º do art. 69 e do art. 70 da RDC 44/2009.
Serviços de Saúde	Nota Técnica 155/2021 - GRECS/GGTES/DIRE1/ANVISA:	orientações gerais sobre usinas concentradoras de oxigênio em estabelecimentos assistenciais de saúde.
Serviços de Saúde	Nota Técnica 12/2021 - GRECS/GGTES/DIRE1/ANVISA:	recomendações para os serviços de vacinação durante o período da pandemia da Covid-19.



Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
Serviços de Saúde	Nota Técnica 7/2021 - GRECS/GGTES/DIRE1/ANVISA:	orientação para a realização de testes rápidos, do tipo ensaios imunocromatográficos, para a investigação da infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).
Serviços de Saúde	Nota Técnica 6/2021 - GRECS/GGTES/DIRE1/ANVISA:	orientação para farmácias durante o período da pandemia da Covid-19.
Serviços de Saúde	Nota Técnica 04/2021 - GVIMS/GGTES/DIRE1/ANVISA	orientações para vigilância, identificação, prevenção e controle de infecções fúngicas invasivas em serviços de saúde no contexto da pandemia da Covid-19.
Serviços de Saúde	Nota Técnica 184/2020 - GRECS/GGTES/DIRE1/ANVISA:	utilização de pool de amostras por laboratórios clínicos.
Serviços de Saúde	Nota Técnica 141/2020 - GRECS/GGTES/DIRE1/ANVISA:	orientações complementares sobre os hospitais de campanha e estruturas alternativas de assistência à saúde durante a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus.
Serviços de Saúde	Nota Técnica 69/2020 - GRECS/GGTES/DIRE1/ANVISA:	orientações gerais sobre hospital de campanha durante a pandemia internacional ocasionada pelo coronavírus SARS-CoV-2.
Serviços de Saúde	Nota Técnica 46/2020 - GRECS/GGTES/DIRE1/ANVISA:	orientações sobre as atividades de vacinação durante o período da campanha de vacinação contra a Influenza e a pandemia do novo coronavírus.
Serviços de Saúde	Nota Técnica 12/2020 - GGTES/DIRE1/ANVISA:	manifestação sobre o processamento (reprocessamento) de equipamentos de proteção individual (EPIs).
Serviços de Saúde	Nota Técnica 08/2020 - GVIMS/GGTES/DIRE1/ANVISA:	orientações gerais para implantação das práticas de segurança do paciente em hospitais de campanha e nas demais estruturas provisórias para atendimento aos pacientes durante a pandemia de Covid-19.
Serviços de Saúde	Nota Técnica 07/2020 - GVIMS/GGTES/DIRE1/ANVISA:	orientações para a prevenção da transmissão de Covid-19 dentro dos serviços de saúde.
Serviços de Saúde	Nota Técnica 06/2020 - GVIMS/GGTES/DIRE1/ANVISA:	orientações para a prevenção e o controle das infecções pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) em procedimentos cirúrgicos.
Serviços de Saúde	Nota Técnica 05/2020 - GVIMS/GGTES/DIRE1/ANVISA:	orientações para a prevenção e o controle de infecções pelo novo coronavírus (SARS-

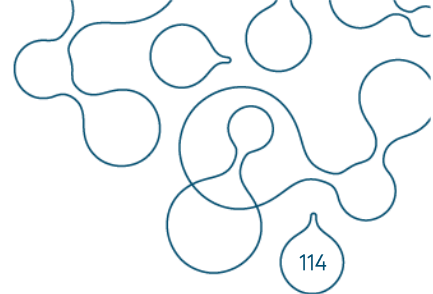


Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
		CoV-2) em Instituições De Longa Permanência Para Idosos (ILPI).
Serviços de Saúde	Nota Técnica 04/2020 - GVIMS/GGTES/DIRE1/ANVISA:	orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).
Serviços de Saúde	Nota Técnica 01/2020 - CSIPS/GGTES/DIRE1/ANVISA:	orientações para a prevenção e o controle de infecções pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) em instituições de acolhimento.
Serviços de Saúde	Business Intelligence (BI) das notificações de infecções por SARS-CoV-2 de transmissão hospitalar.	Painel promove a consulta de dados de notificações realizadas pelas Comissões de Controle de Infecção Hospitalar (CCIHS), de acordo com a Nota Técnica 7/2020.
Vigilância em Estados e Distrito Federal	RDC 353/2020:	delega ao Órgão de Vigilância Sanitária ou equivalente nos Estados e no Distrito Federal a competência para elaborar a recomendação técnica e fundamentada relativamente ao estabelecimento de restrições excepcionais e temporárias por rodovias de locomoção interestadual e intermunicipal.
Protocolos	RDC 433/2020:	revoga a RDC 355/2020, e suas atualizações, e dispõe sobre o arquivamento temporário de petições de medicamentos e produtos biológicos, o uso de assinatura digital e a disponibilização de cópias de processos administrativos por meio eletrônico.
Gerais	RDC 525/2021:	altera a RDC 522/2021, que dispõe sobre a apreciação e deliberação de recursos administrativos, em última instância, por meio de Circuito Deliberativo, em virtude da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente do surto do novo coronavírus - SARS-CoV-2.
Gerais	RDC 522/2021:	dispõe sobre a apreciação e deliberação de recursos administrativos, em última instância, por meio de Circuito Deliberativo, em virtude da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional

Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
		decorrente do surto do novo coronavírus - SARS-CoV-2.
Gerais	RDC 419/2020:	alterar a RDC 346/2020, que define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a certificação de boas práticas de fabricação para fins de registro e alterações pós-registro de insumo farmacêutico ativo, medicamento e produtos para saúde em virtude da emergência de saúde pública internacional do Coronavírus.
Gerais	RDC 385/2020:	altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC 346/2020.
Gerais	RDC 346/2020:	define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a certificação de boas práticas de fabricação para fins de registro e alterações pós-registro de insumo farmacêutico ativo, medicamento e produtos para saúde em virtude da emergência de saúde pública internacional do novo Coronavírus.
Gerais	Edital de chamamento nº 12/2021:	convoca as fabricantes, envasadoras e distribuidoras de oxigênio medicinal, nas formas farmacêuticas Líquido e Gás, a fornecerem informações sobre a capacidade de fabricação, envase e distribuição, respectivos estoques disponíveis e quantidade demandada pelo setor público e privado, considerando os escopos de atuação de cada empresa.
Gerais	Edital de chamamento nº 09/2021:	convoca empresas detentoras de registro de medicamentos e empresas com autorização temporária de uso emergencial aprovada pela Anvisa de vacinas a fornecerem informações sobre a fabricação, importação e distribuição de anestésicos, sedativos, bloqueadores neuromusculares e agentes adjuvantes, e vacinas contra a COVID-19, entre outros medicamentos, empregados para a manutenção da vida de pacientes infectados pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2).

Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
Gerais	Edital de chamamento nº 05/2021:	convoca as fabricantes, envasadoras e distribuidoras de oxigênio medicinal, nas formas farmacêuticas Líquido e Gás, a fornecerem informações sobre a capacidade de fabricação, envase e distribuição, respectivos estoques disponíveis e quantidade demandada (nos últimos sessenta dias, para o envio da primeira informação; e semanal, para as seguintes) pelo setor público e privado, considerando os escopos de atuação de cada empresa.
Gerais	Edital de chamamento nº 04/2021:	reabre o prazo, por mais 90 (noventa) dias, do Edital de Chamamento nº 19, de 10 de dezembro de 2020 para convocar empresas detentoras de registro de medicamentos a fornecerem informações sobre a fabricação, importação e distribuição de anestésicos, sedativos, bloqueadores neuromusculares e agentes adjuvantes, e vacinas contra a COVID-19, entre outros medicamentos, empregados para a manutenção da vida de pacientes infectados pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), a contar do dia 10 de março de 2021.
Gerais	Edital de chamamento nº 02/2021:	coletar dados das clínicas de vacinação privadas para realização do cadastro no sistema eletrônico de notificação de eventos adversos a medicamentos e vacinas da Anvisa, o VigiMed.
Gerais	Edital de chamamento nº 19/2020:	reabre o prazo, por mais 90 (noventa) dias, do Edital de Chamamento nº 10, de 8 de outubro de 2020 para convocar empresas detentoras de registro de medicamentos a fornecerem informações sobre a fabricação, importação e distribuição de anestésicos, sedativos, bloqueadores neuromusculares e agentes adjuvantes, entre outros medicamentos, empregados para a manutenção da vida de pacientes infectados pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2).
Gerais	Edital de chamamento nº 10/2020:	convoca empresas detentoras de registro de medicamentos a fornecerem informações

Legislação COVID-19 (ANVISA) Atualização 25/08/21		
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL		
https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/regulamentos-e-medidas		
Área	Atos	Ementa
		sobre a fabricação, importação e distribuição de anestésicos, sedativos, bloqueadores neuromusculares e agentes adjuvantes, entre outros medicamentos, empregados para a manutenção da vida de pacientes infectados pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2).
Gerais	Edital de chamamento nº 08/2020:	convoca empresas detentoras de registro de medicamentos a fornecerem informações sobre a fabricação, importação e distribuição de anestésicos, sedativos, bloqueadores neuromusculares e agentes adjuvantes, entre outros medicamentos, empregados para a manutenção da vida de pacientes infectados pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2).
Gerais	Edital de chamamento nº 05/2020:	convoca as empresas para identificar possíveis ameaças de desabastecimento e redução da oferta de produtos.
Gerais	Edital de chamamento nº 03/2020:	convoca as empresas a fornecerem à Agência informações sobre produtos sujeitos à vigilância sanitária que podem ser utilizados como insumos essenciais para o enfrentamento da doença Covid-19, causada pelo coronavírus Sars-CoV2
Gerais	Portaria Conjunta 1/2020:	institui a Comissão Provisória no âmbito da Segunda, Quarta e Quinta Diretorias da Anvisa para fins de acompanhar, avaliar e atuar nos procedimentos para o registro e autorização de uso emergencial de vacinas Covid-19.
Gerais	Portaria 325/2020:	estabelece medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, no âmbito da Anvisa.
Gerais	Portaria 74/2020:	cria o Grupo de Emergência em Saúde Pública para monitorar e conduzir as ações relacionados ao Coronavírus.

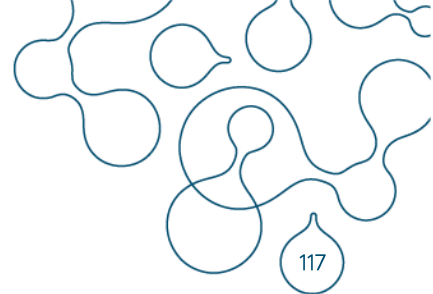


MEDIDAS MINISTÉRIO DA ECONOMIA

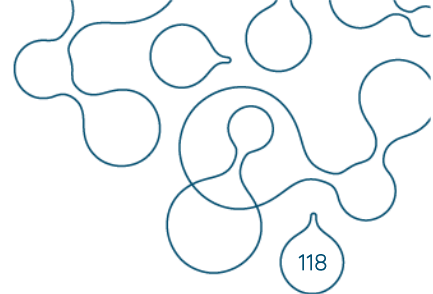


Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
16 de março de 2020:	Serão destinados R\$ 83,4 bilhões para a população mais idosa e mais R\$ 60 bilhões para a manutenção de empregos; haverá suspensão por três meses do prazo para empresas pagarem o FGTS, destinação de R\$ 5 bilhões de crédito para as micro e pequenas empresas com recursos do FAT; contribuições devidas ao Sistema S sofrerão redução de 50% por três meses; haverá antecipação da segunda parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS em maio e pagamento em junho do abono salarial, entre outras medidas
17 de março de 2020:	Taxa de juros do empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do INSS passará de 2,08% para 1,80% ao mês, e a taxa para o cartão de crédito será reduzida de 3% para 2,70% ao mês; Sepec/ME entra em contato com representantes de diversos setores da indústria, entidades empresariais e órgãos do governo para aumentar a oferta da produção nacional de produtos e equipamentos para o combate à Covid-19
18 de março de 2020:	Ampliados os valores destinados às medidas emergenciais: de R\$ 147,3 bilhões para R\$ 169,6 bilhões; pedido ao Congresso Nacional para declaração de Estado de Calamidade; redução a zero das alíquotas de importação de produtos de uso médico-hospitalar; suspensão da exigência de recadastramento anual de aposentados por cento e vinte dias; criação de auxílio emergencial e de programa para evitar demissões, entre outras medidas
19 de março de 2020:	Destinação de R\$ 10 bilhões suplementares ao Programa Antidesemprego para auxílio dos trabalhadores mais vulneráveis; antecipação de 25% do que trabalhadores receberiam mensalmente, caso solicitassem o benefício do seguro-desemprego, para os que recebem até dois salários mínimos e tiverem redução salarial e de jornada; alteração de horário e formas de funcionamento das agências do INSS, entre outras medidas
20 de março de 2020:	Revisão da projeção para o PIB, em 2020, de 2,1% para 0,02%; reconhecimento pelo Congresso Nacional do Estado de Calamidade, abertura de consulta pública sobre a viabilidade de antecipar os recursos dos contratos firmados a partir das compras públicas para os fornecedores do governo federal
21 de março de 2020:	Determinou-se a dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços – inclusive de engenharia – e insumos de saúde destinados ao combate da pandemia da Covid-19
22 de março de 2020:	Foram destinados R\$ 55 bilhões para: transferência de R\$ 20 bilhões do PIS-PASEP para o FGTS, suspensão temporária de pagamentos, no valor de R\$ 19 bilhões, de parcelas de financiamentos diretos para empresas; suspensão temporária de pagamentos, no valor de R\$ 11 bilhões, de parcelas de financiamentos indiretos para empresas e ampliação do crédito para micro, pequenas e médias empresas, no valor de R\$ 5

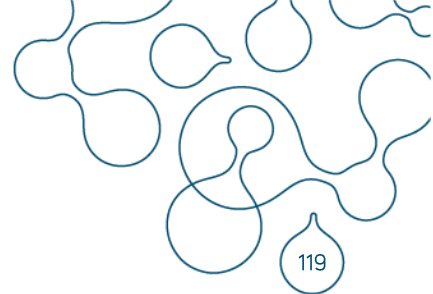
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	bilhões; entre outras medidas >> O governo federal colocou no ar a plataforma Todos por Todos,
23 de março de 2020:	Foram destinados serão R\$ 88,2 bilhões em recursos para estados e municípios, dos quais R\$ 8 bilhões serão distribuídos para ações emergenciais de saúde nos próximos quatro meses, entre outras medidas
24 de março de 2020:	PGFN e Receita Federal prorrogam prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND)
25 de março de 2020:	Crédito extraordinário para ministérios (Ciência e Tecnologia, Relações Exteriores, Defesa e Cidadania), ampliação do Bolsa Família, adaptação e desburocratização de procedimentos de compras públicas, confirmação do recebimento de doação de máscaras, entre outras medidas
26 de março de 2020:	Zeradas as tarifas de importação de produtos farmacêuticos e médico-hospitalares utilizados no combate à Covid-19, suspensão de direitos antidumping, suspensão de benefícios vinculados à execução de atividade presencial como auxílio-transporte, horas extras e adicionais de insalubridade e periculosidade para servidores públicos que estão em trabalho remoto, ampliação do valor do auxílio emergencial para R\$ 600, entre outras medidas
27 de março de 2020:	Linha de financiamento a juros reduzidos para pequenas e médias empresas, aumento na carência para pagamentos, linha emergencial de crédito a empresas de saúde, linha de financiamento para as Santas Casas, campanha StartupsxCovid19, ações da Receita Federal e SPU, entre outras
29 de março de 2020:	BNDES anunciou R\$ 2 bilhões destinados a 3 mil novos leitos emergenciais de UTI, 15 mil respiradores, cinco mil monitores e 80 milhões de máscaras cirúrgicas. Além disso, as fintechs foram incluídas às empresas elegíveis à linha de crédito de R\$ 5 bilhões
30 de março de 2020:	Senado Federal aprovou auxílio emergencial de R\$ 600, publicação do edital para doação de computadores e tablets, empresas e cooperativas poderão realizar suas assembleias gerais ordinárias ou de sócios até sete meses após o término de seu exercício social, entre outras medidas
31 de março de 2020	Governo oficializou a redução das contribuições das empresas para o Sistema S, adiamento do aumento dos remédios, flexibilização de prazos de contratos que sejam firmados com recursos de transferências da União, entre outras medidas
1º de abril de 2020	Projeto de Lei institui o auxílio emergencial de R\$ 600, MPs garantem complementação de salários, isenção do IOF, alteração na contribuição para PIS/Pasep, prorrogação do



Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	prazo para a entrega da declaração IRPF, lista de produtos que terão IPI zerados, soluções de startups, entre outras medidas
2 de abril de 2020	Lei 13.982 e medida provisória de crédito extraordinário para pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 a trabalhadores; medidas provisórias de transferência de R\$ 16 bilhões para estados e municípios e de crédito de R\$ 9,4 bilhões para o Ministério da Saúde; medida provisória que amplia o Orçamento da Assistência Social em R\$ 2,1 bilhões; emissão mais ágil de certidões eletrônicas pelas juntas comerciais; governo federal oferece 600 serviços públicos digitais; ampliado até 13 de abril o prazo para que pessoas físicas e jurídicas deem produtos médicos e hospitalares; lançado o Perguntas e Respostas: Vamos Vencer: Medidas de Apoio ao Setor Produtivo; cronograma mantido para restituição do Imposto de Renda 2020
3 de abril de 2020	Portaria adia contribuição de empresas para o PIS/Pasep e COFINS; zerado o IPI de 25 produtos para tratar Covid-19; prorrogação de prazos de impostos para o Simples Nacional; plataforma Todos por Todos, que oferece a empresários e trabalhadores acesso a cursos de qualificação online gratuitos; mais de R\$ 313 milhões em compras públicas no combate à Covid-19, entre outras medidas
4 de abril de 2020	Medida provisória permite governo custear a folha de pagamento das pequenas e médias empresas. O impacto estimado da medida é de R\$ 40 bilhões; Receita liberou 7,7 milhões de máscaras descartáveis e 500 mil kits de testes rápidos de Covid-19
6 de abril de 2020	Entra no ar o site do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda para empregador comunicar acordos com trabalhador; Banco Mundial destaca como exemplo políticas brasileiras de comércio e redução tarifária; Receita Federal apoia repatriação de 700 brasileiros na Bolívia; Receita Federal doa insumos apreendidos para fábricas de álcool gel e derivados
7 de abril de 2020	Governo lança aplicativo "Auxílio Emergencial" para acesso a benefício de R\$ 600; publicado decreto que regulamenta o pagamento do auxílio emergencial; publicada Medida Provisória que transfere R\$21,5 bilhões do PIS-Pasep ao FGTS e libera saque de R\$ 1.045 por trabalhador; publicado decreto que amplia formas de doações ao governo federal; portaria permite antecipar um salário mínimo a segurados do INSS com direito a auxílio-doença, entre outras medidas.
8 de abril de 2020	Publicada resolução que zera imposto de importação de mais 41 produtos de combate à pandemia; aberto crédito de mais R\$ 2,6 bilhões para o Ministério da Saúde; publicada Medida Provisória sobre cancelamento de serviços, reservas e eventos de turismo e cultura; governo isenta 9 milhões de famílias de

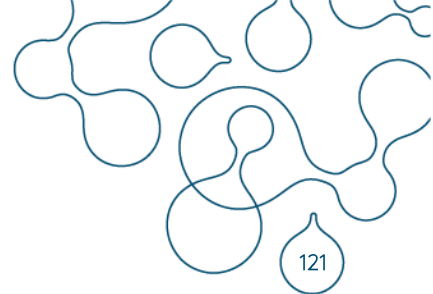


Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	baixa renda de pagar conta de luz por três meses, e repassa R\$ 900 milhões para Ministério de Minas de Energia cobrir a medida.
9 de abril de 2020	Pacote de R\$ 43 bilhões da Caixa incentiva setor imobiliário, financiamentos e renegociação, evitando 1,2 milhão de demissões; crédito especial e dívidas prorrogadas beneficiam produtores rurais; governo compra R\$ 703 milhões em insumos contra Covid-19; CPFs regularizados para recebimento de auxílio de R\$ 600; publicado decreto que zera PIS/Pasep e Cofins sobre sulfato de zinco usado no combate à Covid-19, entre outras medidas.
13 de abril de 2020	Plano de contingência de R\$ 4,7 bilhões para povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas e ciganos; fornecimento de 80 leitos em hospital de campanha em Boa Vista (RR); distribuição de cestas básicas para cerca de 154,4 mil famílias indígenas e 7,3 famílias quilombolas; realização de 1 milhão de acordos entre empregadores e trabalhadores no âmbito do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, entre outras medidas
14 de abril de 2020	Novo pacote de apoio a estados e municípios totaliza R\$127,3 bilhões, desse total, R\$49,9 bilhões são de medidas já anunciadas e em implementação pelo governo federal e R\$ 77, 4 bilhões representam novas iniciativas
15 de abril de 2020	Impacto econômico das medidas para o enfrentamento à pandemia da Covid-19 vai atingir 46,03% do PIB em 2020; total de empregos preservados por meio de acordos firmados pelo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda atingiu 1,7 milhão; publicada a Medida Provisória que vai permitir a órgãos e entidades públicas comprar produtos de saúde de forma conjunta com dispensa de licitação; autorizada a contratação temporária de 70 técnicos de enfermagem; Ministério da Economia vai agilizar os procedimentos para avaliação e autorização de projetos e programas do setor público que buscam financiamento externos
16 de abril de 2020	Publicada a Lei Complementar 172 que autoriza os estados, o Distrito Federal e os municípios a transferir saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores dos seus Fundos de Saúde provenientes de repasses do Ministério da Saúde para a realização de ações e serviços públicos de saúde; Medida Provisória destinou R\$ 2,5 bilhões para o Ministério da Cidadania para ações de enfrentamento à pandemia; INSS suspendeu exigências para o segurado especial rural pelo prazo de 120 dias; produtos destinados ao combate ao coronavírus enviados ao Brasil por remessa postal ou por encomenda aérea internacional terão alíquotas de Imposto de Importação zeradas até 30 de setembro deste ano; dentre outras medidas



Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
17 de abril de 2020	Ministério da Economia apresenta balanço das ações adotadas pela equipe econômica até o momento: Plano de Saúde Econômica. Ações de combate à pandemia já alcançaram um total de R\$ 1,169 trilhão, com um impacto fiscal de R\$ 307,9 bilhões e impacto primário de R\$ 285,4 bilhões; governo zerou o Imposto de Importação de mais 141 produtos necessários para o combate à Covid-19
20 de abril de 2020	Caixa Econômica Federal e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) anunciam uma linha de crédito no valor de R\$ 7,5 bilhões destinada a micro e pequenas empresas e aos microempreendedores individuais (MEIs); Governo anuncia que 18 milhões de brasileiros já foram beneficiados pelo auxílio emergencial de R\$ 600; governo revogou a Medida Provisória (MP) 905, que instituiu o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, e anunciou que editará uma nova MP definindo novas regras para essa contratação para vigorar durante a crise da Covid-19 no país; Receita Federal prorrogou para 30 de junho o prazo para que os municípios e o Distrito Federal enviem informações sobre o Valor da Terra Nua (VTN) dos terrenos situados em seus domínios; entre outras medidas
22 de Abril de 2020	PGFN suspende, por 90 dias, a rescisão de parcelamentos de contribuintes que venham a ficar em atraso nos pagamentos das parcelas a partir do mês de fevereiro de 2020; levantamento registrou 46,13% dos servidores do Poder Executivo Federal Civil em trabalho remoto e 285 casos da Covid-19 confirmados (dados de 13 a 17 de abril); governo anuncia criação do Pró-Brasil, programa de médio a longo prazo que prevê iniciativas para recuperar o emprego no país, estimular cadeias produtivas e impulsionar a infraestrutura; dentre outras medidas
23 de Abril de 2020	Dados extraídos pelo governo federal mostram que 3.511.599 empregos já haviam sido preservados, com valores a serem pagos totalizando R\$ 6.983.378.703,58 e acordos firmados por 569 mil empregadores (dados extraídos no dia 22/4 às 21h50); governo prorrogou até 3 de julho o prazo para órgãos e entidades da Administração Pública Federal atualizar suas Unidades Protocolizadoras (UP) no Portal de Gestão do Processo Eletrônico Nacional (PEN)
24 de abril de 2020	Publicada MP que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, de R\$ 25,7 bilhões; publicadas portarias garantindo repasses de recursos aos sistemas estaduais e municipais de saúde nas ações de combate ao novo coronavírus (Covid19); Ministério da Economia amplia prazos para a implantação do Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-Tr); INSS começou a pagar a primeira parcela do 13º de aposentados e pensionistas

Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
27 de Abril de 2020	Publicada a MP que suspende, até 30 de setembro, uma série de exigências previstas para a contratação de operações de crédito por empresas e pessoas físicas com instituições financeiras públicas; Medida Provisória assegurou novos R\$ 500 milhões para o Ministério da Cidadania; novo conjunto de portarias do Ministério da Saúde assegurou o repasse de mais recursos para estados e municípios em ações de combate à Covid-19
28 de Abril de 2020	Governo federal ultrapassou a marca de R\$ 1 bilhão no total de compras públicas de bens e serviços necessários para proteger os brasileiros do coronavírus; Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar amplia prazo de entrega das obrigações das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) relativas ao envio de documentos e informações.
29 de abril de 2020	Publicada MP que facilita acesso dos cidadãos ao pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal, permitindo que a Caixa e o Banco do Brasil tenham mais agilidade ao realizar o pagamento do benefício emergencial por meio de conta digital; Portaria do INSS autoriza a transferência do pagamento de benefícios para modalidade de conta corrente; outra Portaria do instituto autorizou as Agências da Previdência Social de Atendimento de Acordos Internacionais a realizarem a tramitação de documentos necessários à aplicação dos Acordos Internacionais de Previdência Social com os Organismos de Ligação dos países acordantes, por meio do e-mail institucional; outra Portaria do INSS autorizou a prorrogação automática por seis vezes na concessão dos benefícios de auxílio-doença enquanto perdurar o fechamento das Agências da Previdência Social (APS); dentre outras medidas.
30 de abril de 2020	Nesta quinta-feira (30) a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) reduziu a zero a alíquota do Imposto de Importação de uma série de produtos necessários ao combate à pandemia da Covid-19. O Conselho Monetário Nacional (CMN) flexibilizou regras relativas às operações de crédito rural para adaptá-las às medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19 e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) autorizou a criação de plataforma digital de intermediação de mão de obra, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (Sine).
1º de maio de 2020	A Secretaria Especial de Fazenda apresentou um balanço das medidas tomadas pelo Ministério da Economia para proteger o país dos efeitos do coronavírus. O esforço fiscal adicional no enfrentamento da Covid-19 já atingiu a marca de R\$ 349,4 bilhões.



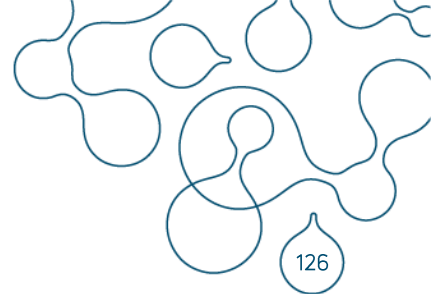
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
4 de maio de 2020	Foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda (4) a Medida Provisória nº 960, que prorroga por um ano o prazo para exportações por meio do regime especial de drawback (nesse regime, há suspensão ou eliminação de tributos sobre insumos importados para utilização em produto exportado). O Ministério da Economia realocou R\$ 58,4 milhões para ações de saúde no combate ao coronavírus no Amapá, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Tocantins. O Benefício Emergencial (BEm) começou a ser pago aos trabalhadores com carteira assinada. O processamento dos pagamentos será feito pelo Banco do Brasil (BB) e pela CAIXA e será pago por até três meses.
5 de maio de 2020	A Receita Federal ampliou o rol de produtos que terão despacho de importação realizado de maneira prioritária para auxiliar no combate à pandemia do coronavírus. A Resolução nº 2 da Coordenação-Geral de Financiamentos Externos (Cofix) foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (5), autorizando a doação de US\$ 50 mil pelo Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) para o município de Corumbá (MS). Já é possível aos empregados verificar na Carteira de Trabalho Digital as informações sobre o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), criado para enfrentar os efeitos econômicos da pandemia da covid-19.
6 de maio de 2020	A Lei nº 13.995, que assegurou a prestação de auxílio financeiro da União a santas casas e hospitais filantrópicos, foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (6). O auxílio emergencial é de até R\$ 2 bilhões. A Portaria nº 189 do Ministério da Economia foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira. Essa medida autoriza, em decorrência da pandemia de COVID-19, a realização de sorteio de processos para os conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) fora do ambiente de sessões presenciais de julgamento. Novas portarias do Ministério da Saúde foram publicadas em edição extra do Diário Oficial da União desta quarta-feira, garantindo repasses de recursos aos sistemas estaduais e municipais de saúde nas ações de combate ao novo coronavírus (Covid19).
7 de maio de 2020	A Emenda Constitucional nº 106/2020, que institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública decorrente da pandemia, foi promulgada nesta quinta-feira (7) pelo Congresso Nacional. A medida, originária da "PEC do Orçamento de Guerra" (PEC 10/2020), simplifica os gastos do governo federal para o combate à pandemia de coronavírus. O governo publicou no Diário Oficial da União desta quinta a Medida Provisória 961/2020, que flexibiliza as regras de licitações e contratos,

Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	para toda a administração pública, até 31 de dezembro deste ano, prazo do estado de calamidade pública relativo à pandemia do coronavírus. A Portaria nº 194 do Ministério da Economia ampliou a lista de produtos atendidos com redução de impostos nas importações realizadas pelo Regime de Tributação Simplificada. A lista inclui itens destinados ao combate aos efeitos do novo coronavírus, como remédios, gel antisséptico, desinfetante para dispositivos médicos e luvas de proteção, que terão imposto de importação zerado até o próximo mês de setembro. Foi publicada a Resolução nº 961 do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Codefat). Ao reconhecer situação de emergência pública foi estabelecida regra, excepcional e transitória, para os contratos de parcelamento que vierem a ser firmados até 31 de dezembro de 2020.
8 de maio de 2020	Nesta sexta-feira (8/5), o governo federal liberou R\$ 5 bilhões em financiamento para o setor do turismo. Os recursos serão utilizados para apoiar empresas do segmento que estão sofrendo em função da pandemia do novo coronavírus.
11 de maio de 2020	A Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia publicou a Portaria nº 25 nesta segunda-feira (11/5), com disposições sobre as importação de ventiladores pulmonares, monitores de sinais vitais, bombas de infusão, equipamentos de oximetria e capnógrafos, usados. Já a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital autorizou a contratação, por tempo determinado, de até 4.117 profissionais para atuar nas atividades de assistência e apoio à assistência à saúde nas seguintes unidades: Hospital Federal do Andaraí (HFA), Hospital Federal de Bonsucesso (HFB); Hospital Federal da Lagoa (HFL); Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE); Hospital Federal de Ipanema (HFI); Hospital Federal Cardoso Fontes (HFCF); Instituto Nacional de Cardiologia (INC); Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO); e Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA).
12 de maio de 2020	A Portaria nº 201 do Ministério da Economia foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (12/05). A medida prorroga, devido a pandemia do novo coronavírus, os prazos de vencimento de parcelas mensais relativas aos programas de parcelamento administrados pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicou a Portaria Conjunta nº 11 que suspende a migração dos benefícios pagos por intermédios de entidades conveniadas que realizam complementação. A medida vale até o retorno de todas as atividades presenciais nas agências da Previdência Social.

Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
13 de maio de 2020	Nesta quarta (13/5) a Receita Federal adotou mais uma medida no sentido de evitar aglomerações e reduzir a necessidade de deslocamento para as unidades de atendimento, contribuindo com o esforço governamental para diminuir a propagação do novo coronavírus. Com a publicação da Instrução Normativa RFB nº 1.951 no Diário Oficial da União, são revisadas as regras para recepção de documentos digitais, permitindo a autenticação por código de acesso para serviços prestados por Dossiê Digital de Atendimento (DDA). Hoje a Secretaria de Política Econômica (SPE) divulgou dois estudos que avaliam o impacto da pandemia do novo coronavírus sobre a economia do Brasil. Os dados apontam que os custos imediatos são de R\$ 20 bilhões por semana durante a paralisação. Com a situação acumulada até agora, projeta-se uma retração de 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020.
14 de maio de 2020	Foi publicada nesta quinta (14/5) a Medida Provisória nº 965 garantiu novos R\$ 408 milhões para o Ministério da Justiça e Segurança Pública realizar atividades de enfrentamento aos efeitos à pandemia do novo coronavírus. A Medida Provisória nº 965 garantiu novos R\$ 408 milhões para o Ministério da Justiça e Segurança Pública realizar atividades de enfrentamento aos efeitos à pandemia do novo coronavírus. São recursos de crédito extraordinário. A verba vai reforçar orçamentos de unidades como a Polícia Rodoviária Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai). Já a Medida Provisória nº 966 estabeleceu regras sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19.
13 de maio de 2020	Nesta quarta (13/5) a Receita Federal adotou mais uma medida no sentido de evitar aglomerações e reduzir a necessidade de deslocamento para as unidades de atendimento, contribuindo com o esforço governamental para diminuir a propagação do novo coronavírus. Com a publicação da Instrução Normativa RFB nº 1.951 no Diário Oficial da União, são revisadas as regras para recepção de documentos digitais, permitindo a autenticação por código de acesso para serviços prestados por Dossiê Digital de Atendimento (DDA). Hoje a Secretaria de Política Econômica (SPE) divulgou dois estudos que avaliam o impacto da pandemia do novo coronavírus sobre a economia do Brasil. Os dados apontam que os custos imediatos são de R\$ 20 bilhões por semana durante a paralisação. Com a situação acumulada até agora, projeta-se uma retração de 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020.
14 de maio de 2020	Foi publicada nesta quinta (14/5) a Medida Provisória nº 965 garantiu novos R\$ 408 milhões para o Ministério da Justiça e Segurança Pública realizar atividades de enfrentamento aos efeitos à pandemia do novo coronavírus. A Medida Provisória nº

Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	965 garantiu novos R\$ 408 milhões para o Ministério da Justiça e Segurança Pública realizar atividades de enfrentamento aos efeitos à pandemia do novo coronavírus. São recursos de crédito extraordinário. A verba vai reforçar orçamentos de unidades como a Polícia Rodoviária Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai). Já a Medida Provisória nº 966 estabeleceu regras sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19.
15 de maio de 2020	O Palácio do Planalto apresentou o balanço das ações dos primeiros 500 dias de governo, com destaque para diversas ações do Ministério da Economia, especialmente para o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) e garantia de recursos para pagamento do auxílio emergencial aos mais vulneráveis diante da pandemia do novo coronavírus. Foi sancionada nesta sexta (15), com 11 vetos, a Lei nº 13.998, que promove mudanças no pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 por mês para auxiliar a população vulnerável a enfrentar os efeitos da chegada da pandemia do novo coronavírus ao Brasil.
18 de maio de 2020	Mais 118 produtos utilizados no combate à pandemia tiveram o Imposto de Importação reduzido a zero; Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional estabelece regras sobre a prorrogação excepcional de prazos de pagamento de parcelas e de formalização de opção no âmbito do Simples Nacional; Portaria disciplina o atendimento virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil realizado por meio do Chat RFB
19 de maio de 2020	Redução a zero a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre o termômetro digital
20 de maio de 2020	Medida Provisória abre crédito extraordinário de R\$ 10 bilhões para o Ministério da Saúde; Ministério da Economia reabre prazo para o recebimento de doações para enfrentamento da situação de pandemia causada pela Covid-19; governo federal criou 130 novos serviços digitais desde o começo da pandemia de coronavírus no país; MP autoriza prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Supremo Tribunal Federal homologou em o acordo entre União e estados que prevê o encaminhamento ao Congresso Nacional de medidas legislativas que disciplinem um novo repasse de R\$ 58 bilhões pela União aos estados, no período de 2020 a 2037, pondo fim a impasse jurídico de décadas relacionado à Lei Kandir; Portaria abriu crédito suplementar de R\$ 424,6 milhões em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, de Minas e Energia, das Relações Exteriores, da Saúde, da Infraestrutura, e do Desenvolvimento Regional; Portaria ajusta o orçamento da União de forma a reforçar em cerca de R\$ 51,6 bilhões o total

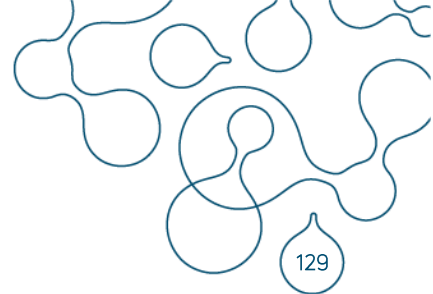
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	de recursos destinados ao programa de Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; entre outras medidas
21 de maio de 2020	Equipe econômica apresenta números atualizados do auxílio da União a estados e municípios devido a emergência de saúde; Portaria abre crédito suplementar de R\$ 137 milhões em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, da Saúde e do Desenvolvimento Regional
22 de maio de 2020	Atendimento remoto, nas agências da Previdência Social, aos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é prorrogada até 19 de junho; publicado Decreto que estabelece a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos
25 de maio de 2020	O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começa a pagar a segunda parcela do 13º de aposentados e pensionistas; no período de 46 dias (18/3 a 2/5), a Receita Federal liberou a entrada no país de 19 mil toneladas de produtos médico-hospitalares; Portal de Serviços do Governo Federal passa a realizar Operações de solicitação, alteração ou cancelamento de autorização sobre importação e exportação de produtos controlados considerados prioritários no enfrentamento à pandemia; entre outras medidas
26 de maio de 2020	Publicada Medida Provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 29 bilhões para os ministérios da Saúde e da Cidadania; autorizada a contratação de até 5.158 profissionais, a partir de maio de 2020, para atuar nas atividades de assistência e apoio à assistência à saúde no combate ao novo coronavírus; Receita Federal atualiza regras que disciplinam o despacho aduaneiro de importação; entre outras medidas
27 de maio de 2020	Publicada Lei que abre crédito suplementar de R\$ 776 milhões para o reforço das dotações orçamentárias do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Receita Federal altera horário de atendimento aos cidadãos no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí (SC)
28 de maio de 2020	Sancionada Lei que permitirá a concessão de ajuda federal de cerca de R\$ 60,15 bilhões a estados, municípios e Distrito Federal para fortalecimento das ações de combate ao novo coronavírus; publicada Medida Provisória flexibilizando a exigência feita às empresas que operam em Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de que 80% de sua receita bruta total seja obtida com exportações; autorizada a prorrogação de 3.592 contratos por tempo determinado de profissionais de saúde para exercício de atividades nos hospitais federais do Estado do Rio de Janeiro; Decreto isenta de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a operação de



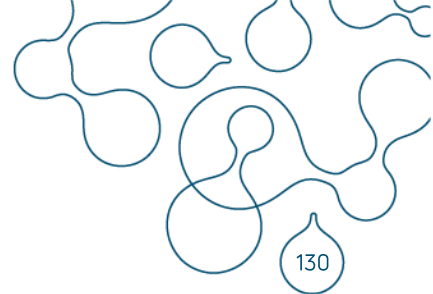
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	crédito da Conta Covid; Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) apresenta regras a respeito da ampliação do prazo de contratação de operações de crédito e o recolhimento das remunerações e reembolsos dos depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) pelas instituições financeiras, no período da pandemia do novo coronavírus; entre outras medidas
29 de maio de 2020	Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia divulga nota informativa com análise sobre a redução de 1,5% no crescimento econômico nos primeiros três meses deste ano comparado ao mesmo período de 2019; Receita Federal simplifica normas para apresentação de documentos ao órgão; Receita Federal simplifica exigências relativas a requisitos e procedimentos para o alfandegamento de locais e recintos; país passa a contar com auxílio de até US\$ 4,01 bilhões em recursos de bancos multilaterais e agências de desenvolvimento internacionais para o Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pela Covid-19; entre outras medidas
1º de junho de 2020	Governo federal lança nova versão do painel de transparência das contratações relacionadas ao enfrentamento da pandemia; prazo para apresentação da proposta de reformulação dos orçamentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para o quadriênio 2020-2023 ao Conselho Curador do FGTS é prorrogado até o mês de junho; Receita Federal prorrogou até 30 de junho as medidas temporárias adotadas por conta da pandemia do coronavírus (Covid-19) referentes às regras para o atendimento presencial e a diversos procedimentos administrativos e também à regra que flexibiliza a entrega de documentos; entre outras medidas
2 de junho de 2020	Governo institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito para facilitar, durante o período de calamidade, o acesso de pequenas e médias empresas (PMEs) a novos empréstimos; Resolução do Conselho Monetário Nacional amplia até dezembro de 2020 vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social; Portaria da Sepec/ME torna público edital de chamamento para selecionar empresa privada ou organização da sociedade civil que queira firmar parceria com o governo federal para o desenvolvimento de ações destinadas ao setor produtivo no enfrentamento da crise gerada pelo novo coronavírus; Alfândega da Receita Federal em Ponta Porã (MS) suspende até 26 de junho o atendimento presencial no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da cidade; dentre outras medidas

Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
3 de junho de 2020	Receita Federal em Foz do Iguaçu (PR) destina ao Ministério da Saúde 560 quilos de luvas multiuso e 135 quilos de máscaras de proteção para combate ao novo coronavírus
4 de junho de 2020	Portaria abre crédito suplementar de R\$ 84 milhões em favor da Presidência da República para recompor o orçamento que foi reduzido durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária 2020 no Congresso Nacional
5 de junho de 2020	Equipe econômica reforça que a proteção aos brasileiros mais vulneráveis diante dos impactos da pandemia do novo coronavírus permanece sendo a prioridade do governo; número de serviços transformados em digitais ultrapassou os 150 serviços, desde o começo da pandemia de coronavírus; resoluções da Cofix autorizam a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável de Ajuda Humanitária Covid-19 para os municípios de Joinville (SC); Vila Velha (ES), Salvador (BA) e Fortaleza (CE)
8 de junho de 2020	Ministério da Economia suspende, por dois meses o encerramento da fase probatória e dos prazos subsequentes a respeito da revisão de medidas antidumping aplicadas às importações brasileiras de acrilato de butila; Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho atualiza normas relativas ao processamento e pagamento do Benefício Emergencial; Portaria da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade prorrogou por três meses prazos para atendimento das obrigações relativas ao Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística e aos projetos de desenvolvimento e produção tecnológica
9 de junho de 2020	Receita Federal iniciará envio de comunicado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), com a informação do valor da receita bruta, com base nas declarações desses contribuintes ao fisco, para viabilizar a análise à linha de crédito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), junto às instituições financeiras; Governo estabelece novos procedimentos para o pagamento de multas provenientes de contratos administrativos aplicadas aos fornecedores do governo federal; PGFN prorroga até 30 de junho as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19), como suspensão de algumas medidas de cobrança administrativas
10 de junho de 2020	Lançamento do Fundo Garantidor de Operações (FGO), com recursos do Tesouro Nacional no valor de R\$ 15,9 bilhões, que irá avaliar empréstimos para micro e pequenas empresas no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe); Receita Federal suspende débitos automáticos das prestações dos parcelamentos com vencimentos em maio, junho e julho de 2020

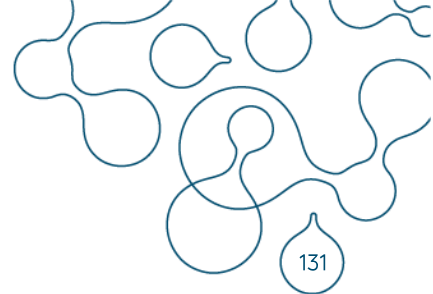
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
12 de junho de 2020	Receita Federal divulga Instrução Normativa a respeito do pagamento de juros sobre a restituição do Imposto de Renda Pessoa Física referente ao exercício de 2020; governo federal anunciou o recebimento de uma doação de 146.761 unidades de suplementos alimentares para auxiliar no combate à Covid-19; Instrução Normativa da Secretaria de Orçamento Federal estabelece orientações técnicas para a identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente de pandemia; Publicada Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19); entre outras medidas
17 de junho de 2020	CMN aprova resolução que define os procedimentos a serem adotados pelas instituições financeiras para implementação das medidas relacionadas a operações de crédito previstas na Lei Complementar nº 173, de 2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19); PGFN regulamenta a Transação Excepcional na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos da pandemia pelo novo coronavírus na capacidade de geração de resultados da pessoa jurídica e no comprometimento da renda das pessoas físicas; Portaria adia o prazo para pagamento da contribuição previdenciária patronal devida pelas empresas e pelo empregador doméstico, da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), que deveria ocorrer em junho de 2020, para novembro de 2020; Governo simplifica realização da prova de vida para mais de 700 mil aposentados e pensionistas da União
18 de junho de 2020	INSS prorroga, por mais 60 dias, as interrupções das rotinas de atualização e manutenção de benefícios administrados pelo instituto; Câmara de Comércio Exterior reduz, para zero por cento, a alíquota do Imposto de Importação, de produtos como filtros respiratórios, circuitos para anestesia e câmeras que medem a temperatura de pessoas em circulação em espaços públicos; Receita Federal publica Instrução Normativa que estabelece medidas para a redução dos impactos econômicos decorrentes da pandemia causada pela Covid-19 com relação aos beneficiários do Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof) e do Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped)
22 de junho de 2020	Portaria oficializa abertura das Agências da Previdência Social em 13 de julho, com retorno gradual do atendimento presencial; Portaria regulamenta a suspensão do pagamento de contribuições previdenciárias patronais e as prestações de



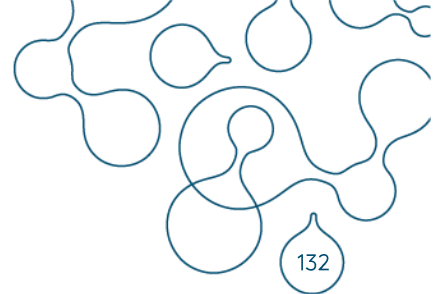
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	acordos de parcelamento, correspondentes aos meses de março a dezembro de 2020, por municípios que possuem Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS); Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior reduz, temporariamente, a 0% a alíquota do Imposto de Importação de mais produtos necessários a ajudar o país a enfrentar a pandemia do novo coronavírus, como alguns tipos de filtros respiratórios e circuitos para anestesia; Secretaria de Comércio Exterior estabelece regras para a tramitação das notificações e comunicações às partes interessadas no âmbito dos procedimentos especiais de verificação de origem não preferencial durante o período de pandemia; Portaria disciplina procedimentos relativos ao recurso de embargo e interdição em atividades essenciais
23 de junho de 2020	Conselho Curador do FGTS aprova a suspensão temporária do pagamento de financiamentos de empresas do setor de mobilidade urbana; Alfândega da Receita Federal no Porto de Vitória publica portaria permitindo a verificação física remota de mercadorias – na importação ou exportação – por meio de imagens; Portaria do INSS estabelece novos critérios relativos à pontuação para aferição da produtividade na análise dos processos de reconhecimento de direitos, compensação previdenciária e apuração de indícios de irregularidade no âmbito do Instituto; INSS publica portaria que traz orientações quanto aos pagamentos das antecipações para os requerentes do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do benefício de auxílio-doença, estabelecidas por lei que define medidas excepcionais de proteção social durante o período de enfrentamento da pandemia
24 de junho de 2020	Ministério da Economia regulamenta a realização de audiências virtuais do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), de forma a garantir o andamento dos projetos durante a pandemia
25 de junho de 2020	A Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP), do Ministério da Economia, divulga orientações a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal com recomendações sobre a execução das atividades no atual contexto da Covid-19; Portaria da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Economia, facilita a importação de produtos como ventiladores pulmonares, monitores de sinais vitais, bombas de infusão, equipamentos de oximetria, capnógrafos e macas para o transporte de pacientes; dentre outras medidas
26 de junho de 2020	Medida Provisória abre crédito extraordinário de R\$ 300 milhões para o Ministério da Defesa realizar ações de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus



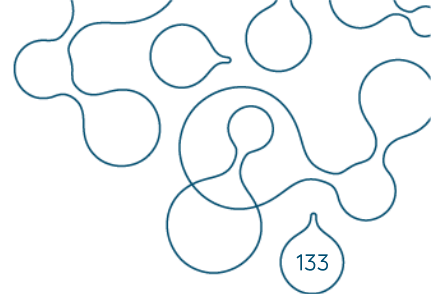
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
29 de junho de 2020	PGFN prorrogou, até 31 de julho de 2020, a suspensão temporária de atos de cobrança em decorrência da pandemia
30 de junho de 2020	Governo federal anunciou a prorrogação do auxílio emergencial por mais dois meses; Lei nº 14.017/2020 e a Medida Provisória nº 986 estabelecem ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública; Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda alcançou a marca de 12 milhões de acordos individuais e coletivos; Decreto nº 10.407 é publicado no Diário Oficial da União, regulamentando a Lei nº 13.993/2020, que dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à pandemia; Inmetro amplia prazos e condições especiais para a realização da avaliação da conformidade durante a pandemia; Portaria Receita Federal prorroga prazo de restrição ao atendimento presencial do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Receita em Cuiabá (MT); dentre outras
1º de julho de 2020	Decreto prorroga pagamento do auxílio emergencial; Medida Provisória abre crédito extraordinário de R\$ 101,6 bilhões, em favor do Ministério da Cidadania, para pagamento do Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, devido à pandemia da Covid-19; Coordenação-Geral de Financiamentos Externos autoriza que a Corporação Andina de Fomento (CAF) conceda contribuição financeira não reembolsável de ajuda humanitária Covid-19, de até US\$ 100 mil, para o município de São Bernardo do Campo (SP); Coordenação-Geral de Financiamentos Externos autoriza a preparação do Programa Global de Crédito Emergencial BID-BNDES de Financiamento às MPMEs para a Defesa do Setor Produtivo e o Emprego; Coordenação-Geral de Financiamentos Externos também autoriza a preparação do Programa Global de Crédito para a Defesa do Setor Produtivo e o Emprego no estado do Espírito Santo, com valor do empréstimo, a ser realizado pelo BID, de até US\$ 30 milhões; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional prorroga prazo de ingresso nas modalidades de transação extraordinária e de transação por adesão, também foi aberto prazo de adesão à transação excepcional na cobrança da Dívida Ativa da União; Portaria editada pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) esclarece pontos da lei que instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, como aqueles relativos à suspensão de pagamentos; Escola Nacional de Administração Pública (Enap) lança edital de seleção de pesquisas que gerem subsídios para o entendimento e enfrentamento à pandemia da Covid-19 pela Administração Pública.; dentre outras medidas



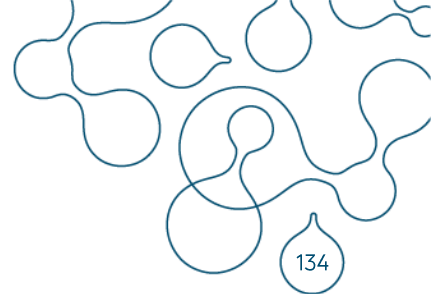
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
2 de julho de 2020	Balanço divulgado pela Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia mostra que as medidas adotadas pelo governo federal, para combater os efeitos econômicos e sociais da crise gerada pela pandemia da Covid-19, alcançaram R\$ 521,3 bilhões de impacto primário em 2020. O número representa um total de R\$ 508,5 bilhões de novas despesas e R\$ 12,8 bilhões de redução de receitas; Relatório Quadrimestral de Projeções da Dívida Pública mostra que, segundo o cenário de pandemia da Covid-19, a expectativa é que a dívida bruta do governo geral alcance 98,2% do PIB ao final de 2020, o que representa um aumento de 22,4% do PIB em relação ao fim de 2019; INSS está autorizado a pagar, até 31 de outubro, antecipações de auxílios-doença e do Benefício de Prestação Continuada (BPC); Portaria permite a postergação de até seis meses dos prazos previstos na NR-13 para a inspeção de segurança periódica de vasos sob pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento, visando evitar aglomeração de trabalhadores
3 de julho de 2020	Decreto prorroga pelo prazo de 90 dias a redução da alíquota do IOF incidente sobre operações de crédito, com isso, a redução passa a valer até 2 de dezembro deste ano; Portaria realoca parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do Ministério da Saúde, reforçando ações de combate à Covid-19, no montante de R\$ 272 milhões; Ceagesp prorroga prazos do plano de resposta à Covid-19, visando minimizar a exposição dos trabalhadores e visitantes do local ao novo coronavírus; Superintendência da Zona Franca de Manaus regulamenta procedimentos de enfrentamento à Covid-19, como a manutenção da suspensão das visitas, vistorias ordinárias e extraordinárias e inspeções técnicas; Receita reforça proteção de servidores com regras sobre trabalho remoto, adequando o cumprimento de dispositivos em decorrência da pandemia do novo coronavírus; Delegacia da Receita Federal (DRF) em Anápolis (GO) destina à Secretaria Municipal de Saúde do município equipamentos hospitalares que totalizam mais de R\$ 1,5 milhão em mercadorias apreendidas; Diante do fechamento das agências, o INSS criou, em São Paulo, o sistema de entrega de documentação que funciona como um drive thru para permitir que segurados entreguem cópias de documentos de forma rápida
6 de julho de 2020	Balanço do Ministério da Economia aponta redução de R\$ 199,6 milhões no gasto do governo federal com diárias, passagens e transporte de servidores no DF em março, abril e maio de 2020; Boletim da Receita Federal – Impactos da Covid-19 revela que as vendas no Brasil atingiram em junho o maior patamar deste ano, apresentando resultado 15,6% maior do que em maio e 10,3% superior ao de junho de 2019; Governo federal recebeu



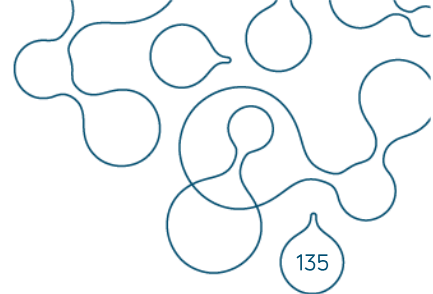
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	dos Emirados Árabes Unidos 10 toneladas de EPIs, incluindo máscaras, testes rápidos, luvas, sanitizantes roupas médicas, álcool, ventiladores mecânicos e alimentos hospitalares para o combate ao novo coronavírus; Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 estabelece procedimentos a serem adotados por órgãos e entidades do Executivo federal em relação às solicitações de transporte de equipamentos, medicamentos e insumos para o combate à Covid-19
7 de julho de 2020	Publicada lei que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e determina medidas complementares para o enfrentamento dos efeitos econômicos e sociais causados pela pandemia do coronavírus, visando preservar até 8,5 milhões de empregos e beneficiar cerca de 24,5 milhões trabalhadores com carteira assinada; Nota Informativa da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) analisa efeito das medidas do governo federal em suporte à renda e ao emprego durante a pandemia da Covid-19 e discute as ações a serem tomadas no período pós-pandemia para a retomada sustentável da economia
8 de julho de 2020	Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia divulga análise da abrangência, focalização e efeito distributivo do auxílio emergencial a partir de dados da Pnad-Covid-19, destacando que o benefício foi capaz de melhorar o padrão de vida de mais de 23 milhões de domicílios brasileiros; Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho/ME e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) adiou para 3 de agosto o retorno do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social que, no início, funcionarão parcialmente, com atendimento exclusivo aos segurados e beneficiários agendados pelos canais remotos (Meu INSS e Central 135). O atendimento exclusivo por meio de canais remotos foi prorrogado até o dia 31 de julho
9 de julho de 2020	Secretaria Especial da Receita Federal e Ministério da Cidadania firmaram convênio para a troca de informações e operacionalização de ações de caráter preventivo e repressivo relacionadas a fraudes no auxílio emergencial; Lojas francas localizadas em portos e aeroportos poderão doar à Receita Federal produtos perecíveis estocados com validade próxima a expirar, para que sejam direcionados a entidades sem fins lucrativos ou remetidos a órgãos da Administração Pública; Medida Provisória abre crédito extraordinário de R\$ 348 milhões aos ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania para ações de enfrentamento aos impactos da pandemia do novo coronavírus
10 de julho de 2020	Lançado o Painel de Informações sobre o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm),



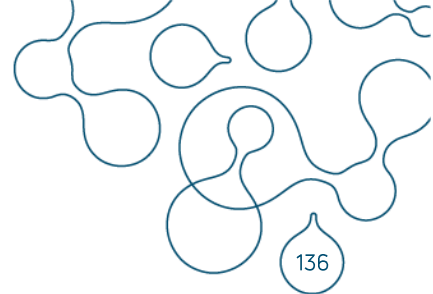
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	que traz os números de acordos realizados e dos empregados e empregadores alcançados, além de informações gerais sobre o benefício; Medida Provisória abre crédito extraordinário de R\$ 3 bilhões em favor de transferências a estados, Distrito Federal e municípios para ações relacionadas ao apoio emergencial do Setor Cultural devido à pandemia da Covid-19
13 de julho de 2020	Banco do Brasil credita recursos correspondentes à segunda parcela do auxílio financeiro, e os depósitos somam um total de R\$ 15,038 bilhões para os entes subnacionais, nas mesmas contas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Camex zera Imposto de Importação de medicamento para atrofia muscular espinhal e outros 37 produtos, incluindo itens compostos de medicamentos e seus insumos, destinados ao combate à Covid-19
14 de julho de 2020	Prorrogados prazos dos acordos de redução proporcional de jornada e de salário, além de suspensão temporária do contrato de trabalho do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm); Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia disciplina recontração no prazo de 90 dias após rescisão; Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional prorrogam por mais 30 dias o prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas, ambas relativas a créditos tributários federais e à dívida ativa da União; Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia apresenta dados atualizados sobre os impactos da Lei Complementar nº 173/2020 nas finanças de estados, municípios e Distrito Federal; Ministério da Economia suspende temporariamente – desde 11 de junho até o final deste ano – registro no Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv), por redirecionamento de esforços no combate aos efeitos do novo coronavírus
15 de julho de 2020	Receita Federal prorroga para o último dia útil de setembro a entrega da Escrituração Contábil Fiscal referente a 2020; Lei nº 14.025/2020, sancionada com veto presidencial, impediu que as contribuições ao Sistema S fossem normalizadas no mês de junho; Fundacentro prorroga até 30 de julho, por meio da Portaria nº 203, restrições a ações presenciais e reforço às medidas de proteção aos servidores que trabalham na instituição.
16 de julho de 2020	Equipe da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais do Ministério da Economia participa de reunião virtual dos vice-ministros de Finanças e vice-presidentes de Bancos Centrais do G20 para analisar os resultados das ações adotadas coletivamente contra os efeitos da Covid-19; Alfândega da



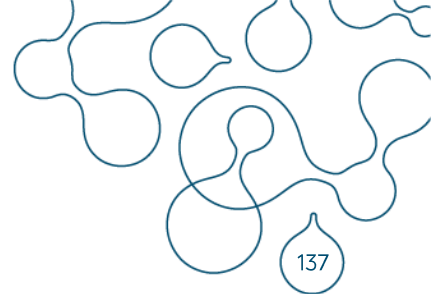
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	Receita Federal em Foz do Iguaçu destina à Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) 300 smartphones, que serão utilizados para aulas remotas da Universidade, cujas atividades presenciais estão suspensas a fim de garantir o distanciamento social recomendado pelas autoridades sanitárias; Medida Provisória abre crédito extraordinário de R\$ 160 milhões ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para realização de ações referentes ao “Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), devido à pandemia da Covid-19”; Resolução do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) concede redução temporária, a zero por cento, do Imposto de Importação de nova lista de medicamentos utilizados para auxiliar no combate ao novo coronavírus
17 de julho de 2020	Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) divulga estudo mostrando duas características da economia brasileira que podem prolongar a crise gerada pela Covid-19: falta de mobilidade dos trabalhadores e morosidade dos processos de falência
20 de julho de 2020	Superintendência Regional do Trabalho no Espírito Santo fiscaliza laboratórios sobre medidas de prevenção à Covid-19; Resolução do Conselho Nacional de Previdência Social recomenda a redução de 90 para 30 dias do período para aposentados e pensionistas realizarem desbloqueio e acesso a operações de crédito consignado; Conselho Monetário Nacional regulamenta o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas, que visa propiciar às microempresas e empresas de pequeno e médio porte melhores condições para a obtenção de crédito junto às instituições financeiras e também regulamenta o compartilhamento de alienação fiduciária de bens imóveis, de forma que as novas operações de crédito contratadas não tenham taxas de juros superiores aos da operação original e prazos superiores ao prazo remanescente da operação de crédito original
21 de julho de 2020	Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) coloca em prática as regras sobre operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas; Publicada Resolução do CMN que regulamentou o compartilhamento de alienação fiduciária de bens imóveis; Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) prorroga prazo de vigência de critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, dentro do plano de resposta aos impactos gerados pela Covid-19. Medidas de distanciamento social ficam estendidas até 30 de julho de 2020
23 de julho de 2020	Após anúncio em Reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)



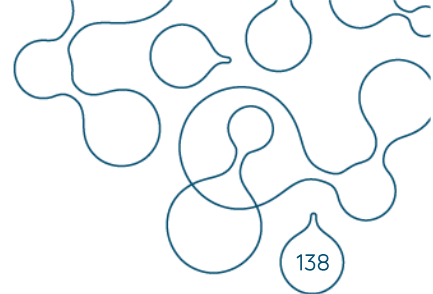
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	publica Instrução Normativa que regulamenta mudanças nos empréstimos consignados para aposentados e pensionistas e autoriza o desbloqueio para consignados em 30 dias após a concessão do benefício; Ministério da Economia participa da 10ª Reunião de Ministros de Comércio do Brics, que tratou de medidas de combate aos efeitos econômicos da Covid-19
24 de julho de 2020	Instrução Normativa estabelece que servidores públicos federais poderão ter seu afastamento para capacitação suspenso quando o programa for temporariamente descontinuado pela instituição de ensino durante o período de pandemia do novo coronavírus
27 de julho de 2020	Portaria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) autoriza os bancos a realizarem a comprovação de vida por meio de procurador ou representante legal, sem o prévio cadastramento junto ao Instituto quando se tratar de beneficiários com idade igual ou superior a 60 anos
28 de julho de 2020	Instrução Normativa define regras que permitem a realização de trabalho remoto a servidores com filho em idade escolar ou inferior, enquanto as aulas estiverem suspensas e caso não possuam cônjuge, companheiro ou familiar adulto na residência; Secretaria Especial de Fazenda, por meio de Portaria, reforça em R\$ 1,6 bilhão o caixa dos ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para a realização de ações de combate aos impactos da pandemia do novo coronavírus
29 de julho de 2020	INSS adia atendimento presencial nas Agências da Previdência Social para 24 de agosto. O atendimento exclusivo por meio de canais remotos fica prorrogado até 21 de agosto e continuará mesmo após a reabertura das agências; Plataforma Todos por Todos concentra 816 serviços gratuitos voltados à redução dos impactos da Covid-19 na vida do cidadão; Governo federal anuncia uso da Plataforma +Brasil para transferir recursos da Lei Aldir Blanc a estados, municípios e Distrito Federal, totalizando a liberação de R\$ 3 bilhões, com recursos oriundos, em sua maioria, do Fundo Nacional de Cultura
30 de julho de 2020	Conselho Monetário Nacional posterga prazo de vencimento das parcelas de operações de crédito rural de mutuários prejudicados pela pandemia da Covid-19. A cobrança de débitos de crédito rural de custeio e investimento, inclusive de agricultores familiares, se estende até 15 de dezembro de 2020
31 de julho de 2020	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) prorroga prazo de adesão às modalidades de transação extraordinária e de transação por adesão, relativas à cobrança administrativa da dívida ativa da União; PGFN prorroga até 31 de agosto, em decorrência da pandemia da Covid-19, a suspensão temporária dos seguintes atos de cobrança: atos de rescisão de parcelamento por inadimplência, envio de débitos para protesto



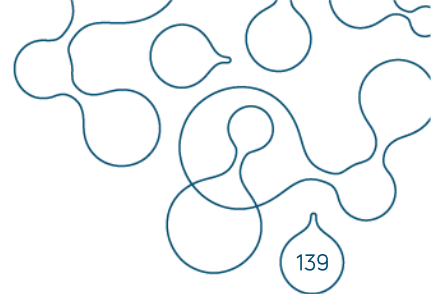
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	em cartório, prazo para manifestação de defesa nos procedimentos administrativos e prazo para oferta antecipada de garantia em execução fiscal e apresentação de pedido de revisão; Receita Federal prorroga até 31 de agosto as medidas adotadas por conta da pandemia da Covid-19 referentes às regras para o atendimento presencial e a diversos procedimentos administrativos, como a emissão eletrônica automatizada de aviso de cobrança e intimação para pagamento de tributos, a notificação de lançamento da Malha Fiscal da Pessoa Física e o procedimento de exclusão de contribuinte de parcelamento por inadimplência de parcelas; Secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, visita unidade da Fiocruz onde será processada a vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford para combater à Covid-19
3 de agosto de 2020	Receita Federal inaugura atendimento de serviços relacionados ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) pelo Telegram para agilizar o atendimento ao cidadão, de forma a evitar o deslocamento das pessoas às unidades presenciais e preservar a saúde dos servidores e cidadãos ao minimizar aglomerações e a propagação do novo coronavírus; Entram em vigor normativos que autorizam a utilização de novas tecnologias que simplificam a prova de vida para mais de 700 mil aposentados e pensionistas da União que recebem seus benefícios por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). As novas regras reduzem também a exposição dos beneficiários ao risco de contágio pelo novo coronavírus
4 de agosto de 2020	Prorrogados os prazos para apresentação de defesa e recurso nos processos administrativos de autos de infração trabalhista e de notificações de débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para depois da reabertura ao público das unidades descentralizadas da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia; Instrução Normativa posterga para o fim de agosto a retomada de ações relativas ao atendimento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), em decorrência da pandemia
5 de agosto de 2020	Ampliado de dois para cinco dias o prazo para que empregadores informem ao Ministério da Economia modificação de acordos do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) realizados com os trabalhadores. O BEm oferece medidas trabalhistas para enfrentar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, com duração definida até 31 de dezembro de 2020
6 de agosto de 2020	Publicada lei que autoriza a extinção de créditos tributários apurados na forma do Simples Nacional, mediante celebração de transação resolutiva de litígio, e prorroga o prazo para



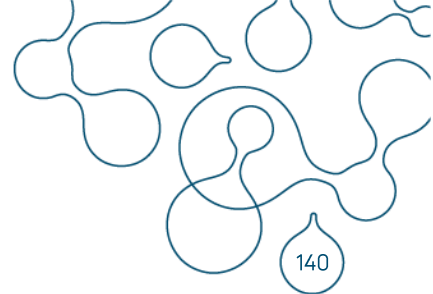
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	enquadramento no Simples Nacional em todo o território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade
7 de agosto de 2020	Portaria da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) fixa condições para transação excepcional de débitos do Simples Nacional, permitindo aos contribuintes afetados pela pandemia negociar seus débitos com benefícios – como entrada reduzida, descontos e prazos diferenciados. A modalidade estará disponível para adesão, no portal Regularize, até 29 de dezembro de 2020
10 de agosto de 2020	INSS estende a todo o país o serviço Exigência Expressa para a entrega de documentos por meio de urnas que serão depositadas na entrada das Agências da Previdência Social; Painel de Compras Covid-19 aponta que, desde 6 de fevereiro deste ano, mais de sete mil aquisições de insumos de saúde foram realizadas, representando R\$ 2,9 bilhões em itens como máscaras, álcool em gel e termômetros, além de serviços como os de manutenção de equipamentos médico-hospitalares e de engenharia em hospitais e em centros de atendimento a pessoas infectadas; Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional regulamenta o artigo 6º da Lei Complementar nº 173/2020, que trata dos requisitos para a reestruturação de contrato de dívida de ente subnacional - garantido pela União e contraído até 1º de março de 2020 - para fins de previsão da possibilidade da securitização do contrato da nova dívida, no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2; Portaria da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia autoriza a execução das atividades teóricas e práticas dos programas de aprendizagem profissional na modalidade a distância durante o estado de calamidade pública provocada pelo novo coronavírus
12 de agosto de 2020	Publicada a Lei nº 14.035/2020, que aprimora os procedimentos para aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento do novo coronavírus. A nova regra atualiza determinações da Lei Nacional da Quarentena, que, em fevereiro último, estabeleceu medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19 no âmbito das licitações e contratações com o Poder Público; Ministério da Economia eleva, temporariamente, o limite de valor para julgamentos de recursos em sessões não presenciais pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, durante vigência do estado de emergência em saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus. O limite fica estabelecido em R\$ 8 milhões, segundo Portaria nº 296/2020
13 de agosto de 2020	Ministério da Economia anuncia simplificação para abertura e funcionamento de pequenos negócios no Brasil, de modo que, a partir de 1º de setembro, Microempreendedores Individuais



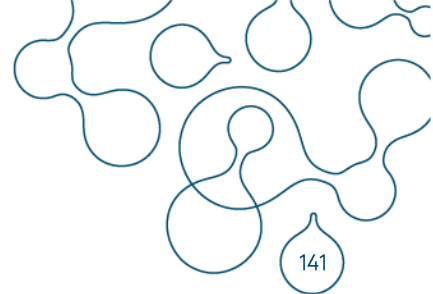
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	(MEIs) serão dispensados de atos públicos de liberação de atividades econômicas relativas à categoria - mais um reflexo da Lei de Liberdade Econômica, que visa tornar o ambiente de negócios no país mais simples e menos burocrático; Governo lança aplicativo e-Social Doméstico para simplificar a contratação de trabalhadores domésticos, possibilitando ao empregador gerenciar a folha de pagamento a partir de qualquer smartphone ou dispositivo móvel; Portaria nº 267, da Fundacentro, amplia para 31 de agosto o prazo de medidas adotadas para restringir o contato social e a segurança dos servidores e usuários de seus serviços
14 de agosto de 2020	Instrução Normativa da Receita Federal prorroga para o último dia útil de outubro o prazo para transmissão da e-Financeira referente ao primeiro semestre
17 de agosto de 2020	Ministério da Economia divulga Plano Nacional de Investimentos (PNI), que prevê ações, até 2022, para a retomada do ambiente de negócios e recuperação da economia pós-pandemia da Covid-19
18 de agosto de 2020	Nota informativa sobre os impactos fiscais das medidas de combate à pandemia da Covid-19 aponta que o esforço fiscal brasileiro no enfrentamento ao novo coronavírus já atingiu 7,3% do Produto Interno Bruto (PIB) projetado para 2020 - muito acima da média de 4,1% para 17 países em desenvolvimento e, também, acima da média de 30 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico/OCDE (6,3%); Decreto nº 10.464/2020 regulamenta a Lei nº 14.017/2020, que estabelece que a União entregará aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, em parcela única - ainda no exercício de 2020 - o valor de R\$ 3 bilhões para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural; Instrução Normativa da Secretaria de Comércio Exterior estabelece adaptações necessárias aos procedimentos das investigações de defesa comercial e das avaliações de interesse público conduzidas pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, em decorrência da pandemia do novo coronavírus
19 de agosto de 2020	Governo federal sanciona medidas provisórias para facilitar acesso ao crédito a empreendedores de todo o Brasil: a MP 944, que institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), e a MP 975, que institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); Lei nº 14.041/2020 trata da prestação de apoio financeiro pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública, permitindo a compensação de perdas nos Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE)
20 de agosto de 2020	Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia divulga a Conjuntura Macroeconômica e Arrecadação



Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	Bruta de Tributos Federais, mantendo a projeção de variação do PIB em -4,7% em 2020 e em 3,2% em 2021, e que mostra que medidas adotadas pelo governo contiveram aprofundamento da crise ocasionada pela pandemia do novo coronavírus; Balanço da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) mostra que, até julho deste ano, foram negociados 204 mil débitos da dívida ativa, num total de R\$ 18,8 bilhões; INSS inicia a realização de prova de vida por biometria facial, em projeto-piloto, atingindo um público de aproximadamente 500 mil pessoas que não fizeram a prova de vida até fevereiro deste ano; Publicada a Lei nº 14.042/2020 institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), que visa facilitar o acesso a crédito e preservar agentes econômicos em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19, para a proteção de empregos e renda; Publicada Lei nº 14.043/2020 que institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, destinado à realização de operações de crédito com a finalidade de pagamento de folha salarial de seus empregados ou de verbas trabalhistas
21 de agosto de 2020	Nova versão do Painel de Compras e Contratos COVID-19 aponta que o governo federal e os demais usuários do Sistema de Compras do governo federal (Comprasnet) já investiram mais de R\$ 3,2 bilhões em 8.010 aquisições de bens e serviços para serem utilizados durante a pandemia do novo coronavírus; Agências da Previdência Social serão abertas em 14 de setembro e o atendimento exclusivo por meio de canais remotos também foi prorrogado até o dia 11 de setembro, sendo realizado mesmo após a reabertura das agências; Lei nº 14.045/2020 cria linha de crédito para profissionais liberais que atuam como pessoa física, trazendo benefícios como taxa de juros de 5% ao ano, mais a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e prazo de 36 meses para pagar – dentro dos quais até oito meses poderão ser de carência com juros capitalizados
24 de agosto de 2020	Decreto prorroga em até 180 dias os prazos dos acordos do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), relacionados à redução proporcional de jornada e de salário e à suspensão temporária do contrato de trabalho; Portaria Conjunta da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) disciplina a operacionalização da antecipação de parcelas de salário mínimo mensal ao requerente do auxílio por incapacidade; Portaria Conjunta, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), prorroga os prazos de atendimento dos segurados e beneficiários do INSS durante a pandemia do novo coronavírus e disciplina o retorno gradual do

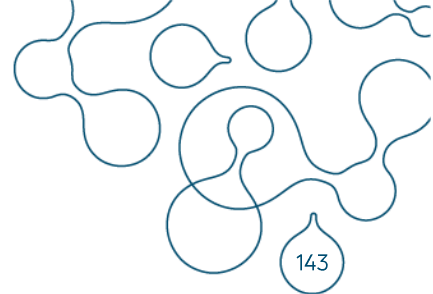


Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	atendimento presencial nas Agências da Previdência Social; Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, que conta com uma seção sobre os efeitos da pandemia da Covid-19, aponta que a arrecadação agregada de receitas tributárias dos estados e do DF caiu 4,2% no acumulado de janeiro a junho deste ano em comparação ao mesmo período do ano passado, enquanto a despesa empenhada com saúde aumentou, em média, 21,6% nessa mesma base de comparação. As medidas de auxílio da União, como suporte financeiro e suspensão de dívidas, somaram mais de R\$ 100 bilhões; Portaria da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital autoriza o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a contratar profissionais para atuação na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Covid-19)
25 de agosto de 2020	Resolução nº 873/2020, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), estabelece procedimentos relativos à concessão do seguro-desemprego durante o estado de calamidade causado pela pandemia do novo coronavírus; Resolução CMN nº 4.847/2020 estabelece regras sobre o Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhinhas), de modo a facilitar a concessão de crédito por meio das máquinas de cartão de crédito e débito, utilizando o histórico de recebimento para determinar o valor a ser concedido de empréstimo; Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) do Ministério da Economia aprovou, em sua 145ª reunião, o valor total de US\$ 959,4 milhões para quatro projetos financiados com recursos externos de bancos multilaterais de desenvolvimento. Os recursos serão utilizados em programas voltados para o combate aos efeitos econômicos da crise causada pela pandemia da Covid-19
26 de agosto de 2020	Resolução nº 23 da Coordenação-Geral de Financiamentos Externos (Cofix) autoriza obtenção de cooperação financeira não-reembolsável, para ações de investigação, educação e biotecnologias aplicadas à saúde (Emergência Sanitária Covid-19) pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Governo reabre prazo para receber doações de computadores e insumos de saúde para combate à pandemia. Inscrições ficam abertas até 1º de outubro. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá se habilitar para a doação, mediante inscrição via internet
27 de agosto de 2020	Durante o 32º Congresso Nacional da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), o Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia destacou as medidas já desenvolvidas em diálogo com o setor produtivo para ajudar as empresas que foram afetadas pela pandemia e as ações do governo federal para o futuro dos empresários no Brasil pós-pandemia

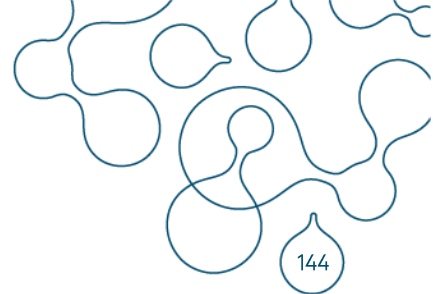


Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
28 de agosto de 2020	Portaria nº 19.809 autoriza o setor de hotelaria hospitalar a trabalhar aos domingos e feriados. Na publicação, foram relacionados serviços e atividades essenciais no país durante o estado de calamidade pública no país em decorrência da pandemia de Covid-19; Portaria nº 19.873, da Secretaria Especial de Fazenda, altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes da Medida Provisória nº 962/2020, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no valor de R\$ 11.482.000,00. A mudança reforça recursos em ações de combate aos efeitos da pandemia do novo coronavírus.
31 de agosto de 2020	Receita Federal prorroga até 30 de outubro regra que flexibiliza entrega de documentos em cópia simples para alguns serviços, por meio de e-mail ou envelopes; Resolução nº 1.341 recomenda que a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia encaminhe proposta legislativa para ampliar a margem de crédito consignado dos atuais 35% para 40%, sendo 35% para o empréstimo consignado e 5% para o cartão de crédito
1º de setembro de 2020	Ministro da Economia, Paulo Guedes, participou de videoconferência da Comissão Mista do Congresso Nacional sobre a Covid-19 para debater com parlamentares o desempenho do governo federal no enfrentamento dos impactos causados pela redução da atividade econômica durante a pandemia. Na ocasião, Guedes comentou o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do 2º trimestre, que, devido à crise causada pelo novo coronavírus, teve retração de 9,7%, em comparação aos três primeiros meses do ano, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) publicou o Edital de Transação nº 6, de 28 de agosto de 2020, e a Portaria nº 20.162, 28 de agosto de 2020, que prorrogam o prazo das modalidades de transação por adesão e de transação extraordinária, respectivamente; Medida Provisória nº 997 abre crédito extraordinário de R\$ 12 bilhões para atendimento da integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe – Nacional). Trata-se de crédito extraordinário para enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19; Resolução nº 25 da Coordenação-Geral de Financiamentos Externos (Cofiex) autoriza a preparação do programa “BRDE Programa Emergencial de Mitigação dos Efeitos Econômicos do Coronavírus”, o valor do empréstimo autorizado é de até US\$ 50 milhões; Balanço atualizado apontou que o governo brasileiro ultrapassou os 300 novos serviços digitalizados neste período da pandemia de coronavírus; dentre outras medidas

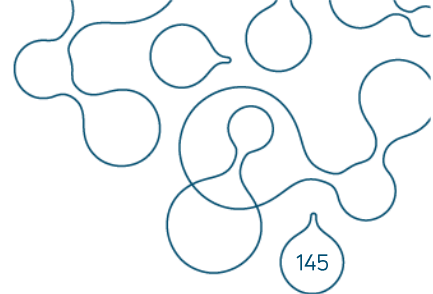
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
2 de setembro de 2020	Confaz aprova isenção de ICMS para itens de proteção – como álcool em gel, máscaras de proteção, protetores faciais e propilenoglicol, entre outros – doados para prevenir o contágio pelo novo coronavírus nos locais de votação nas eleições municipais. A decisão foi aprovada por todos os secretários de Fazenda das 27 unidades da Federação, formando uma parceria do Confaz com o TSE para a realização das eleições em máxima condição de segurança para eleitores, mesários e demais equipes envolvidas; Bolsa de Qualificação Profissional – uma das modalidades de benefício do programa seguro-desemprego, concedida ao empregado, quando o contrato de trabalho é suspenso, por período de dois a cinco meses, para participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador – passa a poder ser requerida on-line. A possibilidade de uso da Bolsa de Qualificação Profissional para trabalhadores com contrato de trabalho suspenso é medida alternativa à demissão do trabalhador, em momentos de retração da atividade econômica, como na pandemia da Covid-19
3 de setembro de 2020	Medida Provisória nº 1.000/2020 institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, garantindo até quatro parcelas mensais de R\$ 300 aos brasileiros mais desassistidos neste momento de pandemia; Medida Provisória nº 999/2020 abre crédito extraordinário de R\$ 67,6 bilhões, em favor do Ministério da Cidadania, concedendo autorização para a contratação de operação de crédito e garantindo recursos para o pagamento da prorrogação do auxílio emergencial; Portaria RFB nº 4.287 da Receita Federal suspende até 30 de setembro a exclusão de parcelamentos por motivo de inadimplência; Portaria Conjunta nº 53, da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia e do INSS, autoriza o processo de confirmação da concessão do benefício por incapacidade temporária requerido, com base na Lei nº 13.982/2020, em razão da emergência de saúde pública da Covid-19; dentre outras medidas
4 de setembro de 2020	Portaria nº 20.407/2020 da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional prorroga até 30 de setembro a suspensão temporária de medidas de cobrança administrativa da dívida ativa da União, com o objetivo de dar mais fôlego financeiro na recuperação do país diante os impactos da crise gerada pela pandemia do novo coronavírus
8 de setembro de 2020	Conselho Curador do FGTS aprova suspensão de pagamentos de financiamentos do setor de habitação popular, visando diminuir os efeitos da pandemia do novo coronavírus. A suspensão não implicará perdas para o FGTS, é válida para pagamentos realizados entre setembro e dezembro de 2020 e



Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	fica limitada a R\$ 3 bilhões. O valor será restituído ao Fundo a partir de janeiro de 2021
9 de setembro de 2020	Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex) zera alíquota do imposto de importação para o arroz em casca e beneficiado até 31 de dezembro deste ano. A medida contribuirá para a regulação de preços e preservação da renda das famílias durante a pandemia. A redução temporária está restrita à quota de 400 mil toneladas, incidente nos produtos arroz com casca não parboilizado e arroz semibranqueado ou branqueado, não parboilizado, da Nomenclatura Comum do Mercosul
10 de setembro de 2020	Ministério da Economia publica Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Federal Direta, Autárquica e Fundacional, instrumento norteador e auxiliar no cumprimento da Portaria Conjunta nº 38/2020 que adequa os espaços de trabalho ao cenário de enfrentamento ao novo coronavírus, determina atualização cadastral das informações referentes à ocupação dos imóveis utilizados pelos entes do Executivo Federal e contribui para a racionalização dos espaços e redução dos custos com imóveis utilizados no serviço público; Assistente virtual do INSS, chat humanizado conhecido como Helô, aumenta capacidade de atendimento e quantidade de serviços prestados, com a possibilidade de atendimento direto por um servidor; Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior decide pela redução temporária de Imposto de Importação de arroz para até 400 mil toneladas de arroz, de forma a assegurar o abastecimento interno, e também determina a redução temporária da alíquota do Imposto de Importação de itens como acrílico e modacrílico, insumos para equipamentos de proteção contra a exposição ao novo coronavírus
11 de setembro de 2020	Banco do Brasil credita, nas mesmas contas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), recursos correspondentes à quarta e última parcela do auxílio financeiro, o que representa o repasse de mais R\$ 15,037 bilhões para os entes subnacionais; Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Camex aprova nova cota, de 187,5 milhões de litros, para a importação de etanol dos Estados Unidos, com alíquota de 0%. Uma vez utilizada a cota, a tarifa passa a ser de 20%. A nova cota terá validade de 90 dias, a partir do dia seguinte à data de publicação no Diário Oficial da União; INSS publica Portaria sobre o retorno gradual das atividades presenciais e adoção das medidas de prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão do novo coronavírus; Lei nº 14.055/2020 abre crédito extraordinário de R\$ 5,566 bilhões em favor do Ministério da Saúde, sendo a

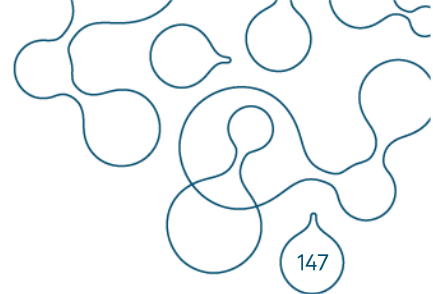


Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	maior parte dos recursos aplicada em ações de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Já a Lei nº 14.056/2020 abre outra parcela de R\$ 10 bilhões de crédito extraordinário ao Ministério da Saúde, em volume de recursos totalmente destinado a medidas de combate ao novo coronavírus; Lei nº 14.054/2020 abre crédito extraordinário de R\$ 418,8 milhões em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e das Relações Exteriores, destinado a ações de enfrentamento ao novo coronavírus; Secretaria de Comércio Exterior publica Portaria que estabelece regras sobre cotas para a compra de arroz do exterior, com redução a zero do Imposto de Importação, ajudando a manter o poder de compra das famílias diante da crise gerada pela pandemia da Covid-19. A cota estabelecida é de 400 mil toneladas, com vigência até 31 de dezembro
14 de setembro de 2020	INSS inicia reabertura gradual e segura das agências com atendimentos presenciais, somente com hora marcada, ainda sem disponibilizar o serviço de perícia médica; A assistente virtual do Meu INSS, conhecida como Helô, ultrapassou a marca de 3,6 milhões de atendimentos realizados desde maio, sendo que uma média diária de 21,9 mil cidadãos esclareceu dúvidas ou consultou processos sobre seus requerimentos, busca de informações sobre atendimento nas agências, serviços, resultado de perícias médicas e auxílio-doença; Lei nº 14.057/2020 disciplina acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública, dispondo sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19; Portaria nº 52/2020 da Secretaria de Comércio Exterior estabelece novos critérios para alocação de cota para importação de braçadeiras para aparelhos de medição da pressão arterial. A decisão será aplicada, com alíquota de 2% de Imposto de Importação, conforme cotas estabelecidas pela nova regulamentação. Já a Portaria nº 51/2020 estabelece critérios para alocação de cotas de importação para produtos como acrílicos e modacrílicos
15 de setembro de 2020	Ministério da Economia divulga lista dos setores mais afetados pela pandemia da Covid-19 no Brasil para orientar instituições financeiras, com base na variação do faturamento do setor, segundo dados da Receita Federal. Foi considerada ainda a relevância do setor na economia, tanto por valor agregado, quanto por pessoal ocupado; Ministro da Economia destaca a importância da transformação digital na ajuda ao enfrentamento à pandemia do novo coronavírus e o fato de o isolamento social ter aumentado o uso de ferramentas digitais; Secretaria de Política Econômica divulga Boletim Macroeconômico



Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	de setembro de 2020, que traz projeções para as principais variáveis macroeconômicas, como PIB e inflação, em análises atualizadas ao cenário dos impactos da pandemia do novo coronavírus. Os indicadores demonstram que o país deverá apresentar uma forte retomada da atividade econômica a partir do terceiro trimestre; INSS inicia inspeção em mais de 100 agências para viabilizar retorno do serviço de perícia médica; Resolução GECEX nº 88/2020 coloca em prática a implantação de nova cota, de 187,5 milhões de litros, para a importação de etanol dos Estados Unidos com alíquota de 0%; dentre outras medidas
16 de setembro de 2020	INSS reforça o envio de informes aos segurados sobre a reabertura gradual das agências para atendimento presencial, visando informar o cidadão sobre as novas medidas implantadas nesse período de quarentena, de forma que ele obtenha melhor atendimento e somente se dirija a uma agência quando realmente necessário e após realizar agendamento pela Central 135 ou pelo Meu INSS; Receita Federal informa que requerimento de adesão à transação tributária no contencioso administrativo de pequeno valor pode ser solicitado pelo Portal e-CAC, ao qual o contribuinte poderá ter acesso por meio do serviço ‘Pagamentos e Parcelamentos’. O contribuinte que fizer a adesão poderá obter redução de até 50% do valor dos débitos, que poderão ser pagos em até 60 meses
17 de setembro de 2020	Receita Federal em Varginha (MG) realiza nova entrega de bebidas alcoólicas e perfumes ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (Ifsuldeminas) para serem transformados em álcool em gel 70% e doados a entidades beneficentes de diversos estados para prevenção e combate à transmissão pelo novo coronavírus; resoluções do Comitê Executivo de Gestão (Gecex), da Câmara de Comércio Exterior (Camex), prorrogam para 30 de outubro a redução temporária para zero das alíquotas do imposto de importação de produtos utilizados na prevenção e no combate à Covid-19; portaria do INSS estabelece orientações quanto aos pagamentos das antecipações para os requerentes do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do benefício de auxílio-doença
18 de setembro de 2020	Lei estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal e determina que o beneficiário poderá receber os benefícios na instituição financeira em que possuir conta de poupança ou conta de depósito à vista, exceto conta-salário; publicada Portaria da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia reforça orçamento do Ministério da Defesa em quase R\$ 15 milhões para ações de combate à Covid-19

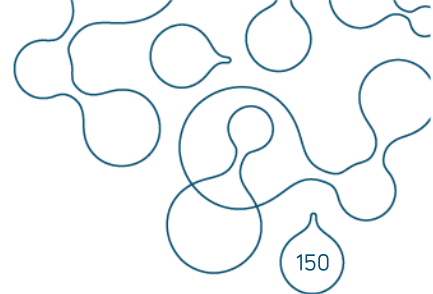
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
22 de setembro de 2020	Receita Federal publica Instrução Normativa que estabelece, temporariamente, procedimentos e prazos para formalização dos pedidos de aplicação e de extinção da aplicação dos regimes aduaneiros especiais em áreas especiais durante o estado de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do novo coronavírus; nova portaria do INSS determina critérios para a prorrogação das interrupções das rotinas de atualização e manutenção de benefícios administrados pelo Instituto; INSS publica portaria que determina regras para a remarcação de atendimento de perícia médica por ocasião do retorno gradual do atendimento presencial devido à pandemia do novo coronavírus
23 de setembro de 2020	INSS contratará mais uma central dedicada aos segurados pelo telefone 135, o que aumentará em 30% a capacidade de atendimento por meio do canal. O Instituto contratou uma plataforma centralizada de comutação para as centrais que atendem o telefone 135, para otimizar o tempo de espera, tornando o atendimento mais rápido e eficiente
24 de setembro de 2020	Sancionada lei que permite a prorrogação excepcional, por um ano, dos prazos para cumprimento dos regimes de drawback suspensão e isenção, os quais conferem maior competitividade aos exportadores brasileiros ao desonerar de tributos as importações e aquisições locais de insumos utilizados na produção de bens destinados ao mercado externo; Publicada Medida Provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 10 bilhões em favor de "Operações Oficiais de Crédito", de forma a lastrear o BNDES para a concessão de empréstimos no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac – Maquininhas)
25 de setembro de 2020	Balanço aponta que governo federal economizou cerca de R\$ 1 bilhão com o trabalho remoto de servidores públicos durante a pandemia do novo coronavírus, considerando a redução de R\$ 859 milhões nos gastos de custeio e a diminuição de R\$ 161 milhões nos pagamentos de auxílios para os servidores, entre os meses de abril e agosto de 2020; Portaria do Ministério da Economia é editada para estender o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) para além de empresas, beneficiando agentes econômicos de outros tipos jurídicos, como associações, fundações e cooperativas, com exceção das de crédito; Resolução do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) reconhece e apoia o processo de retorno gradual e seguro do atendimento nas Agências da Previdência Social, e determina que o retorno observe os requisitos necessários para a proteção sanitária dos segurados e beneficiários, dos servidores do INSS e da Perícia Médica Federal
28 de setembro de 2020	Instrução normativa prorroga para até 31 de outubro a suspensão da Prova de Vida de servidores aposentados,



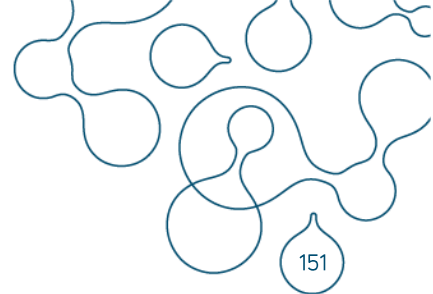
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	pensionistas e anistiados, visando reduzir a possibilidade de contágio pelo coronavírus; Governo federal libera a primeira parcela de R\$ 5 bilhões do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac-Maquinhinhas) na modalidade de garantia de recebíveis, com o objetivo de facilitar o acesso a crédito aos microempreendedores individuais (MEI) e às microempresas e empresas de pequeno porte, que são responsáveis por parcela significativa da geração de emprego no país; Balanço aponta que acordos de transação junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional já viabilizaram renegociações no valor total de R\$ 28 bilhões, sendo, somente no mês de agosto, 77,4% por meio da modalidade Transação Excepcional, por meio da qual foram renegociados R\$ 5,1 bilhões; Estudo da Secretaria Especial de Fazenda aponta que o impacto fiscal das medidas de combate aos efeitos da pandemia da Covid-19 deve atingir R\$ 607,2 bilhões em 2020, sendo R\$ 20,6 bilhões relativos a reduções de receita e R\$ 586,6 bilhões a aumentos de despesa; Resolução do Conselho Monetário Nacional atualiza regras para agilizar a concessão de microcrédito, permitindo que o processo para orientação dos pequenos empreendedores e todas as demais etapas sejam realizados de forma 100% digital; dentre outras medidas
29 de setembro de 2020	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e INSS estabelecem, em portaria conjunta, que a antecipação do auxílio por incapacidade temporária, antigo auxílio-doença, continuará em vigor para todas as localidades do país, permitindo que o segurado opte pelo agendamento da perícia médica ou pela antecipação do benefício
1º de outubro de 2020	Portaria da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional estabelece condições para Transação Excepcional de débitos inscritos em dívida ativa da União referentes a operações de crédito rural, do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147- BR. A modalidade está disponível para adesão até 29 de dezembro de 2020; Medida provisória conjunta fixa regras sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas para controlar o trânsito de pessoas e mercadorias que se dirijam a essas áreas com o objetivo de evitar o contágio e a disseminação da Covid-19; Publicada lei que autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) durante o estado de calamidade pública; Fundacentro prorroga para até 15 de outubro as restrições de atendimento e trabalho presencial, devido à persistência da pandemia do novo coronavírus

Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
2 de outubro de 2020	Medida Provisória amplia em 5% a possibilidade de beneficiários do INSS contratarem empréstimo consignado para contratos firmados até 31 de dezembro de 2020, visando possibilitar que mesmo os que já tinham atingido o limite de 30% de contratação de empréstimo possam ter mais 5% de margem para realizar novas contratações; Governo federal prorroga, por mais 90 dias, redução da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre operações de crédito; Decreto prorroga até 31 de dezembro alíquota zero de IPI para produtos médico-hospitalares; Lei abre crédito extraordinário de R\$ 4,489 bilhões para o Ministério da Saúde para intensificar as ações de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus; Lei abre crédito extraordinário de R\$ 20 bilhões em favor de "Encargos Financeiros da União", recurso que será utilizado na integralização de cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas para o Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Nacional (Crédito Extraordinário - Covid-19); Portaria da Secretaria Especial de Fazenda altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito dos Ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, respectivamente, no valor de R\$ 12,3 milhões, de forma a reforçar ações de combate ao novo coronavírus
5 de outubro de 2020	Medida Provisória abre crédito extraordinário de R\$ 98,2 milhões em favor do Ministério da Economia para reforço das ações de enfrentamento à Covid-19.
7 de outubro de 2020	Portaria reforça o orçamento do Ministério da Saúde em R\$ 8,4 milhões para a execução de ações de enfrentamento à Covid-19, alterando parcialmente grupos de natureza de despesa constantes da Medida Provisória nº 989
8 de outubro de 2020	Programa da Retomada Fiscal foi tema de live (transmissão ao vivo pela internet) promovida pelo Ministério da Economia e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
14 de outubro de 2020	Decreto prorroga por mais 60 dias os prazos para celebração de acordo de redução proporcional da jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho; INSS esclarece que os benefícios que dependem da exigência de prova de vida – suspensa para beneficiários que precisavam fazê-la no período de março ao fim de outubro – continuam a ser pagos neste mês, sendo possível nova prorrogação do prazo enquanto durar o estado de emergência da pandemia da Covid-19
15 de outubro de 2020	Portaria do INSS esclarece que aposentados e pensionistas residentes no Brasil e no exterior, que não fizeram a prova de vida entre março e outubro deste ano, não terão seus benefícios bloqueados; Lei autoriza a prorrogação de contratos de

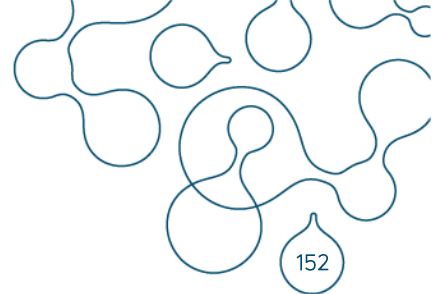
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	profissionais que atuam em hospitais federais do estado do Rio de Janeiro por tempo determinado pelos ministérios da Saúde e da Educação para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público; Lei dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo durante a pandemia do novo coronavírus, autorizando que órgãos do setor empreguem recursos advindos das loterias para quitação de débitos de natureza fiscal, administrativa, trabalhista, cível ou previdenciária
16 de outubro de 2020	Portaria da Fundacentro prorroga até 30 de outubro as medidas de restrição de contato social, visando à preservação da saúde de seus trabalhadores e do público atendido durante a pandemia do novo coronavírus
19 de outubro de 2020	Portaria do INSS dispensa, excepcionalmente, o envio do comprovante de remessa dos documentos originais para a prova de vida durante a pandemia do novo coronavírus
21 de outubro de 2020	Resolução do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex) prorroga, até 31 de dezembro de 2020, a vigência da tarifa zero de importação sobre itens essenciais ao combate à Covid-19, uma ampla lista de 479 medicamentos, equipamentos hospitalares, itens de higiene pessoal e outros insumos
22 de outubro de 2020	INSS prorroga a rotina de suspensão de benefícios por impossibilidade de execução do Programa de Reabilitação Profissional e, por isso, não suspenderá os pagamentos de benefícios referentes a novembro e dezembro deste ano aos beneficiários impossibilitados de participar do Programa; Instrução Normativa da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia determina a suspensão, até 30 de novembro de 2020, da exigência de cadastramento anual de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis
23 de outubro de 2020	Receita Federal publica Instrução Normativa que estende até 31 de dezembro a entrega de cópias simples de documentos, em formato digital ou físico, sem que seja obrigatória a apresentação do documento original por conta do estado de emergência de saúde decorrente da pandemia; a assistente virtual do Meu INSS, conhecida como "Helô", alcança a marca de 5,9 milhões de atendimentos relacionados a esclarecimentos de dúvidas ou consultas de processos sobre requerimentos, informações sobre atendimento nas agências, serviços, resultados de perícias médicas e auxílio-doença, entre outros, dentro da estratégia de redução do atendimento presencial buscando minimizar os riscos de exposição da população ao novo coronavírus; Lei regulamenta a conta de poupança social digital, usada pela Caixa para o pagamento de benefícios sociais, como o auxílio emergencial



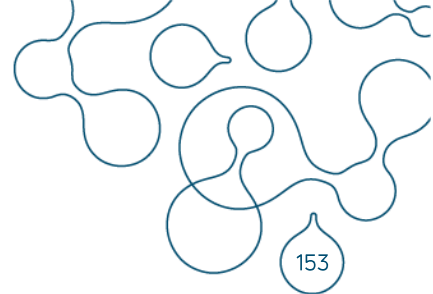
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
27 de outubro de 2020	Medida Provisória abre crédito extraordinário de R\$ 228 milhões em favor do Ministério da Cidadania para ações de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus; Portaria remaneja recursos no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no valor de R\$ 1.284.696,00, para reforço às ações de combate aos efeitos da pandemia da Covid-19
29 de outubro de 2020	Ministro da Economia participa de audiência na Comissão Mista do Congresso Nacional sobre a Covid-19 e apresenta dados que comprovam a recuperação em V da economia; Novo Caged mostra que Brasil gerou 313 mil novos empregos com carteira assinada em setembro e 697 mil novos postos de trabalho formais no acumulado do terceiro trimestre, comprovando a retomada da atividade econômica e a eficácia das medidas adotadas para o combate à pandemia; Decreto prorroga para 30 de novembro o prazo para concessão da antecipação de parcelas de salário mínimo mensal ao requerente do auxílio por incapacidade temporária e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)
30 de outubro de 2020	Medidas adotadas pelo governo federal no combate aos efeitos econômicos e sociais da crise gerada pela Covid-19 já alcançaram R\$ 615 bilhões de impacto primário em 2020, sendo R\$ 587,5 bilhões em novas despesas e R\$ 27,5 bilhões em redução de receitas; Ministério da Economia anuncia que o abono salarial de declarações apresentadas por empresas fora do prazo será pago em dezembro, no segundo lote de pagamento, que inclui trabalhadores que ficaram de fora do primeiro por falta do envio de informações pelos empregadores; Receita Federal, Polícia Federal, Controladoria-Geral da União e Ministério Público Federal deflagraram a Operação Vale Tudo, nos estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco, para combater organização criminosa suspeita de desvio de recursos públicos destinados prioritariamente ao combate à Covid-19
03 de novembro de 2020	Portaria autoriza a prorrogação do período das antecipações pelo INSS do benefício por incapacidade temporária (auxílio-doença) até 30 de novembro de 2020, de modo a beneficiar um número maior de trabalhadores que estão em situação de incapacidade temporária; Instrução Normativa estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (Sipep) para o retorno gradual e seguro ao trabalho presencial, tais como a não ultrapassagem de 50% do limite da capacidade física de cada ambiente de trabalho e o respeito ao distanciamento mínimo de um metro. Os critérios de retorno às atividades serão definidos pela autoridade máxima de cada órgão ou entidade ou determinados por chefes de unidades administrativas



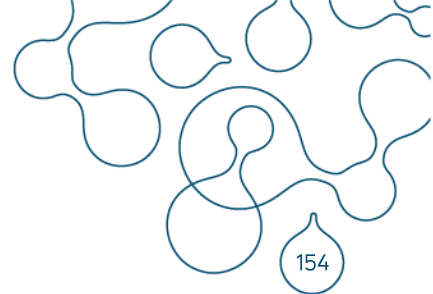
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança de nível 6 ou superior; Fundacentro posterga para até 11 de novembro as medidas de restrição ao contato social para evitar a exposição do público e de funcionários ao risco de contágio pelo novo coronavírus
04 de novembro de 2020	Caixa atinge 100 milhões de contas poupanças sociais digitais, utilizadas pra o pagamento do Auxílio Emergencial, do Auxílio Emergencial Extensão, do Saque Emergencial do FGTS e do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) – o que representa a maior ação de bancarização da população brasileira em toda a história.
05 de novembro de 2020	Pesquisa “Retorno seguro ao trabalho presencial” mostra que quando o trabalho presencial for retomado, 57% dos servidores prefere voltar às atividades em turnos ou dias alternado e apenas 4,8% espera que todos os profissionais voltem ao mesmo tempo. A pesquisa contemplou 42.793 servidores públicos e foi realizada entre os meses de agosto e setembro; Portaria autoriza a regularização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com status de suspensos ou cessados por não inclusão do beneficiário no Cadastro Único (CadÚnico). Para o desbloqueio do crédito ou reativação do benefício, o interessado deverá solicitar o serviço por meio do aplicativo ou site do Meu INSS; Resolução do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço posterga a determinação ao Agente Operador de elaborar o Cálculo Atuarial do FGTS em 2020 para o exercício de 2021, levando em conta que “as incertezas macroeconômicas decorrentes dos impactos causados pela pandemia da Covid-19 nos cenários de curto, médio e longo prazos tornam inoportuna a contratação em 2020”
09 de novembro de 2020	Ministério da Economia anuncia que os atendimentos da experiência-piloto de realização de Perícias Médicas com Uso da Telemedicina (Pmut) ocorrerão no período de 16 de novembro de 2020 a 31 de janeiro de 2021, visando garantir mais segurança ao ato dos peritos médicos federais, em cumprimento à decisão do Tribunal de Contas da União (TCU)
10 de novembro de 2020	No evento virtual “BloombergEmerging + FrontierForum 2020 Digital Series: 3rd edition”, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirma que o Brasil está em consistente processo de recuperação econômica após a fase crítica dos impactos da chegada da pandemia do novo coronavírus e enfatiza que o desafio agora é transformar uma recuperação cíclica da economia baseada no consumo em um crescimento sustentado baseado em investimentos
12 de novembro de 2020	O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) receberá recursos do Instituto de Metrologia Alemão (PTB) para pesquisas na área de combate à Covid-19, com o



Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	objetivo de avaliar o impacto de mutações conhecidas no genoma Sars-CoV-2 sobre o desempenho dos ensaios RT-qPCR
13 de novembro de 2020	Portaria do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) regulamenta o programa de gestão, na modalidade de teletrabalho, que possibilitará a diminuição do tempo de tramitação dos recursos, ganho de produtividade dos servidores em teletrabalho, redução de custos e racionalização do espaço físico do órgão, ampliação da cultura de gestão estratégica orientada a resultados, melhoria na qualidade de vida dos participantes, além de atração e retenção de mão de obra especializada; Portaria do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) altera os prazos para uso do Selo de Identificação da Conformidade compulsório referente aos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos para Festas, em decorrência da pandemia do novo coronavírus. Os artigos ainda fabricados ou importados que tenham o citado selo serão considerados regulares no mercado por prazo indeterminado; Banco Central anuncia o aumento das possibilidades de uso do Pix para incluir contas até então não abrangidas pelas regras do pagamento instantâneo, como aquelas de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), de modo a reduzir a burocracia e diminuir a necessidade de contato social e a consequente exposição ao novo coronavírus
16 de novembro de 2020	Portaria do Inmetro estabelece medidas para proteger o setor produtivo e a sociedade e prevenir o risco de solução de continuidade nas atividades e prestação dos serviços delegados de metrologia legal e avaliação da conformidade, no âmbito da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade; Fundacentro posterga para até o dia 27 de novembro a volta de serviços presenciais na instituição, devido à necessidade de restringir o contato social e garantir a segurança dos servidores e usuários dos serviços da Fundação; INSS assume compromisso com o Ministério Público Federal de reduzir os prazos de análises e de concessões de benefícios previdenciários e assistenciais – conforme a espécie e o grau de complexidade do benefício: 45 dias para finalizar a análise de solicitações do auxílio-doença, 60 dias para pensão por morte e 30 dias para salário-maternidade. Os prazos começam a valer seis meses depois da homologação do acordo judicial pelo STF. Já os prazos para realização da perícia médica e da avaliação social permanecerão suspensos enquanto perdurarem os efeitos da Covid-19
17 de novembro de 2020	Boletim Macroeconômico de novembro atualiza projeções sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos, revisando para 4,5% a estimativa de queda do PIB real este ano,

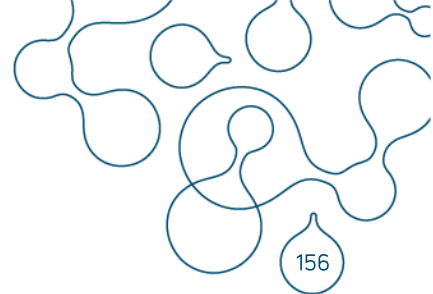


Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	com crescimento de 3,2% em 2021. Para 2020, reduz a estimativa de queda prevista nos boletins de setembro, julho e maio, que previam uma redução de 4,7% do PIB. A melhora na projeção deve-se aos bons resultados apresentados pela indústria e pelo comércio e à expectativa da aceleração da retomada do setor de serviços
18 de novembro de 2020	Lei abre crédito especial de R\$ 8,58 milhões ao Ministério da Saúde para doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização; Lei abre crédito suplementar de R\$ 3,181 milhões em favor dos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Regional e da Cidadania, sendo, no caso do Ministério da Saúde, quase R\$ 600 mil destinados a ações de apoio à atenção básica em Alagoas e Pernambuco; Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia libera operação de crédito externo, no valor de até US\$ 45,197 milhões, a ser celebrada entre o estado da Paraíba e o BID para o financiamento parcial do Projeto de Aprimoramento do Modelo de Atenção na Rede de Saúde do estado da Paraíba
20 de novembro de 2020	Painel de Compras Covid-19 do Ministério da Economia mostra que o governo federal já realizou mais de 5,3 mil processos de compras de medicamentos e insumos para reforçar o combate à pandemia do novo coronavírus, com aquisições de mais de R\$ 4,8 bilhões em itens como máscaras, álcool em gel e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), além de contratação de serviços como produção de vacina e manutenção de equipamentos médico-hospitalares
30 de novembro de 2020	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) altera os prazos de adequação ao Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis, sendo que as exigências que passariam a ser cobradas a partir de 12 meses após a publicação de portaria de junho do ano passado terão agora prazo de 30 meses para serem implantadas; Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) prorroga por mais duas competências (novembro e dezembro) a interrupção do bloqueio dos créditos dos benefícios por falta de realização da comprovação de vida; Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) prorroga para até 15 de dezembro as medidas de restrição ao contato social para garantir a segurança de servidores e usuários diante da pandemia do novo coronavírus
2 de dezembro de 2020	Decreto reincorpora a concessão tarifária outorgada pelo Brasil – no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), da Organização Mundial do Comércio (OMC) – de uma quota global mínima de 750 mil toneladas métricas anuais de trigo, com alíquota zero do imposto de importação, visando diversificar os fornecedores do produto para o Brasil e reduzir os custos logísticos e de transporte para as importações

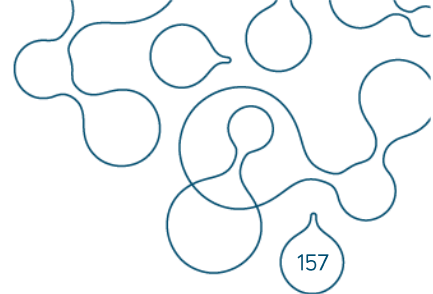


Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	com destino ao Norte e Nordeste do país; Fazenda altera parcialmente grupos de natureza de despesas referentes a recursos para reforço às verbas destinadas a ações de enfrentamento do novo coronavírus
3 de dezembro de 2020	Desde o início da pandemia da Covid-19, pelo menos 1.219 pessoas com deficiência que foram demitidas já estão reintegradas às atividades laborais, devido à atuação de auditores fiscais do Trabalho em todo o país, fato que vai ao encontro do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que proíbe o desligamento de trabalhador com deficiência durante a pandemia
4 de dezembro de 2020	Pesquisa sobre os desafios de servidores públicos federais durante trabalho remoto devido à pandemia registra mais de 36 mil respostas e mostra que os profissionais mais afetados com queda de produtividade são os que têm filhos menores de cinco anos; Lei abre crédito extraordinário de R\$ 1,994 bilhão em favor do Ministério da Saúde para ações de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus; Caixa abre 755 agências no dia 5 de dezembro para atendimento a sete milhões de beneficiários do Auxílio Emergencial e do Auxílio Emergencial Extensão nascidos em novembro e dezembro dos Ciclos 3 e 4. Desde então, os pagamentos do Auxílio Emergencial alcançaram a marca de R\$ 270,2 bilhões, repassados para 67,9 milhões de brasileiros, registrando 465,5 milhões de pagamentos
8 de dezembro de 2020	O ministro da Economia, Paulo Guedes, participa do seminário “Diálogo entre os Poderes pela retomada econômica do Brasil”, promovido pelo Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados (IEJA), e apresenta dados sobre as ações de enfrentamento aos impactos da pandemia do novo coronavírus e os desafios para a retomada da atividade em 2021. Segundo Guedes, o equilíbrio e a parceria entre os três Poderes permitiram que o Brasil construísse, este ano, mecanismos para evitar o colapso da economia e que garantissem apoio à população desassistida na fase mais crítica de enfrentamento à pandemia.
09 de dezembro de 2020	A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) divulga a Nota Técnica com o tema “Auxílio Emergencial: análise relativa à redução gradativa da dependência do Programa”. A Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME) publicou a portaria nº 24.471/2020, que autoriza a execução das atividades teóricas e práticas dos programas de aprendizagem profissional na modalidade à distância até 30 de junho de 2021.

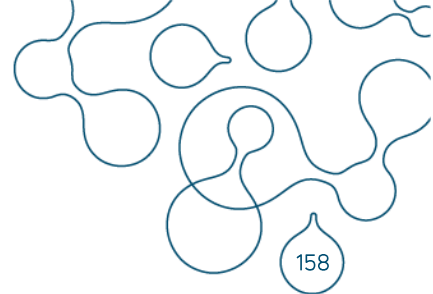
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
10 de dezembro de 2020	Retomada econômica pós-pandemia foi tema central do terceiro dia de evento do especial de 44 anos da Lei 6.385/76, promovido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
11 de dezembro de 2020	O ministro da Economia, Paulo Guedes, participa de audiência pública da Comissão Mista do Congresso e apresenta dados atualizados sobre as medidas de enfrentamento aos impactos da pandemia do novo coronavírus. O esforço do governo federal atingiu R\$ 599,5 bilhões, sendo R\$ 353,8 destinados a salvar vidas (vulneráveis e saúde), R\$ 140,2 bilhões à preservação de empregos (empresas e trabalhadores) e R\$ 105,5 dedicados aos entes subnacionais. Publicado o Decreto nº 10.572/2020, zerando a alíquota adicional de alíquota adicional de 0,38% do IOF nas operações de crédito contratadas entre 15 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020. A medida facilita o acesso ao crédito, fortalecendo a saúde econômica de famílias e empresas diante os impactos da pandemia do novo coronavírus.
14 de dezembro de 2020	A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abre a oitava edição da Conferência de Ciências Comportamentais e Educação do Investidor. A programação do evento, este ano, inclui debates sobre o comportamento do investidor durante a pandemia.
16 de dezembro de 2020	Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) prorroga para até 31 de dezembro as medidas de restrição ao contato social visando preservar a saúde de servidores e usuários diante da pandemia do novo coronavírus.
17 de dezembro de 2020	Medida Provisória abre crédito extraordinário de R\$ 20 bilhões em favor do Ministério da Saúde para a vacinação da população contra a Covid-19, cobrindo despesas com a compra das doses de vacina, seringas, agulhas, logística, comunicação e todas as despesas necessárias; Secretaria Especial de Previdência e Trabalho esclarece as regras aplicáveis, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, à análise do nexo entre o trabalho e a Covid-19 para fins de concessão de benefícios quando o segurado for submetido a uma avaliação da Perícia Médica Federal
18 de dezembro de 2020	Ministério da Economia abre crédito suplementar de R\$ 1,366 bilhão em favor do Ministério da Cidadania para reforçar as operações ligadas a Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e à Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez, além de transferência de renda diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza
21 de dezembro de 2020	Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) apresenta a análise Conjuntura Macroeconômica e Arrecadação Bruta de Tributos Federais, que demonstra que, de acordo com indicadores pela ótica da oferta, a indústria registrou alta de 14,8%, o setor de serviços avançou 6,3% e o



Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	setor agropecuário recuou 0,5%; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) consolida três atos normativos referentes à regulamentação para equipamentos usados para fins médicos, odontológicos, laboratorial ou fisioterápico utilizados direta ou indiretamente para diagnósticos, tratamentos, reabilitação e monitoração em seres humanos sob regime de vigilância sanitária; Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) prorroga para até 4 de janeiro de 2021 a vigência da medida de quarentena, adotada em virtude da pandemia do novo coronavírus
22 de dezembro de 2020	Secretaria Especial de Fazenda autoriza as seguintes operações de crédito externo: entre a República Federativa do Brasil e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), de até 200 milhões de euros, que será executado pelo Ministério da Cidadania; de até US\$ 350 milhões, com recursos da Corporação Andina de Fomento (CAF), a ser executado pelo Ministério da Economia; de até US\$ 1 bilhão com o New Development Bank (NDB), de interesse do Ministério da Cidadania; e de até US\$ 1 bilhão com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB). Todos os recursos serão destinados ao Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pela Covid-19 no Brasil
23 de dezembro de 2020	Balanço da Secretaria Especial de Fazenda mostra que o impacto fiscal das medidas de combate à pandemia atinge R\$ 620,5 bilhões, distribuídas da seguinte forma: R\$ 374,2 bilhões (60,3%) destinados aos vulneráveis e à saúde, R\$ 140,8 bilhões (22,7%) aos empregos (empresas e trabalhadores) e R\$ 105,5 bilhões (17%) aos entes nacionais. O enfrentamento ao coronavírus impactará o resultado primário em 8,5% do PIB (R\$ 588,9 bilhões) em 2020 e em 0,4% em 2021; Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que novembro registrou o melhor resultado da série histórica, com 414.556 novos postos de trabalho com carteira assinada e, pela primeira vez após o início da pandemia da Covid-19, o saldo acumulado do ano ficou positivo, já que de janeiro a novembro de 2020 foram criadas 227.025 novas vagas, resultado que consolida a retomada em V da economia brasileira; Secretaria Especial de Previdência e Trabalho prorroga até 31 de junho de 2022 a validade das Credenciais dos Agentes de Higiene e Segurança no Trabalho; Ministério das Comunicações reduz tributos sobre as antenas de banda larga via satélite de pequeno porte (VSAT, sigla em inglês) visando incentivar a diversificação dos meios de acesso à conexão de alta velocidade e ampliar o acesso à internet em áreas rurais. A medida trará, até 2030, um saldo positivo de R\$



Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	4,4 bilhões ao país, na diferença entre a desoneração e o retorno dos investimentos
24 de dezembro de 2020	Nova Lei de Falências atualiza a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária, de forma a melhorar os resultados de recuperações judiciais no país, ajudando o Brasil a retomar o crescimento após a fase crítica dos impactos gerados pela pandemia da Covid-19; Ministério da Economia abre crédito suplementar de R\$ 35 milhões em favor do Ministério da Saúde para reforçar as ações de apoio financeiro para aquisição e distribuição de medicamentos do componente especializado da assistência farmacêutica, dentro do programa de assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde (SUS); Ampliada, para até 31 de março de 2021, a suspensão da necessidade de apresentação de documento original para autenticação de cópias simples apresentadas à Receita Federal
28 de dezembro de 2020	Coordenação-Geral de Tributação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil estabelece critérios sobre incidência de contribuição previdenciária em caso de afastamento de empregado gerado por contaminação pelo novo coronavírus, sendo que as empresas podem deduzir do repasse das contribuições à previdência social o salário integral, até o limite máximo do salário de contribuição, pago proporcionalmente ao período de até 15 dias de afastamento do empregado, durante o período de três meses, contados a partir de 2 de abril de 2020, desde que tenha sido concedido benefício de auxílio-doença ao empregado
29 de dezembro de 2020	Câmara de Comércio Exterior (Camex) prorroga a vigência da redução a zero da alíquota do Imposto de Importação para remédios e insumos considerados essenciais ao enfrentamento da pandemia da Covid-19; Encerrado o prazo para que os contribuintes inscritos na Dívida Ativa da União possam aderir aos quatro tipos de acordos de transação disponibilizados pela Procuradoria devido à crise econômica causada pela pandemia da Covid-19; Governo federal completa 515 serviços transformados em digitais durante a pandemia da Covid-19, tais como o Seguro Desemprego do Empregado Doméstico e a prova de vida dos aposentados do INSS por reconhecimento facial, além de outros lançados exclusivamente na forma online, como o Auxílio Emergencial e o PIX; Lei estabelece aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a concessão de garantias no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). As empresas beneficiadas assumem o compromisso de preservar o número de funcionários e utilizam os recursos para financiar a atividade empresarial, como investimentos e capital de giro. Também foi

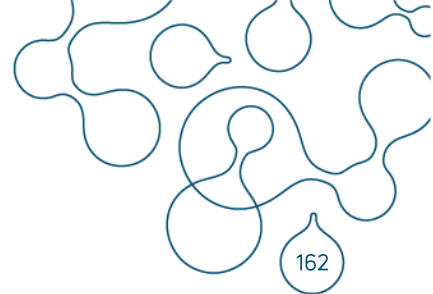


Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	publicada MP que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 10,1 bilhões, em favor de encargos financeiros da União, para viabilizar a integralização de cotas no FGO, para atendimento ao Pronampe. Além disso, foi editada portaria que prorroga até 31 de dezembro o prazo para formalização das operações de crédito do programa junto às instituições financeiras; Lei Complementar permitirá o repasse total de R\$ 58 bilhões, até 2037, para estados e municípios, para compensar as perdas da Lei Kandir, sendo 75% destinados aos estados e 25% aos municípios; MP garante prazo maior para execução das ações emergenciais destinadas ao setor cultural e os recursos que não tenham sido objeto de programação publicada no prazo de 60 dias, contados da data da descentralização, deverão ser automaticamente revertidos ao fundo estadual de cultura do estado onde o município se localiza ou, na falta deste, ao órgão ou entidade estadual responsável pela gestão dessa verba. Para liquidação e pagamento dos recursos no exercício financeiro de 2021, serão considerados apenas os recursos que tenham sido empenhados e inscritos em restos a pagar pelo ente responsável no exercício 2020.
30 de dezembro de 2020	Ministério da Economia altera grupo de natureza de despesa de dotação orçamentária, no âmbito do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 110 milhões, reforçando a aplicação de recursos destinados a ações de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus; Balanço sobre os resultados do teletrabalho nos órgãos da Administração Pública Federal mostram que a economia do governo federal com o trabalho remoto chegou a R\$ 1,488 bilhão, considerando o período entre janeiro e novembro deste ano. Foram R\$ 1,237 bilhão a menos nos gastos em cinco despesas de custeio – diárias, passagens e despesas com locomoção, serviços de energia elétrica, serviços de água e esgoto e cópias e reprodução de documentos
31 de dezembro de 2020	Termina a vigência do “Orçamento de Guerra”, previsto para vigorar no período de calamidade pública em razão da pandemia do novo coronavírus. A emenda deu fôlego ao governo diante da necessidade de ampliação dos gastos para combater os efeitos da pandemia do novo coronavírus e também criou um regime extraordinário fiscal e autorizou o Banco Central a comprar títulos de empresas privadas no mercado secundário; Balanço revela que mais de 500 mil empresas foram beneficiadas durante o ano pelo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que deu suporte de garantias para as pequenas empresas conseguirem pegar empréstimos no sistema financeiro durante a pandemia da Covid-19. Ao todo, nas três fases do Pronampe, foram liberados mais de R\$ 37,5 bilhões pelo Fundo Garantidor

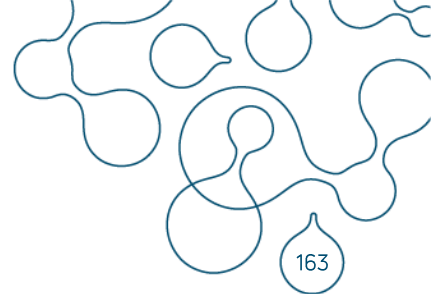
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	de Operações (FGO), com recursos do Tesouro Nacional; Receita Federal altera regras antigas e moderniza o despacho aduaneiro de importação, facilitando o despacho aduaneiro de importação de produtos enquanto perdurar o estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
4 de janeiro de 2021	Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) prorroga, para até 15 de janeiro de 2021, as medidas de restrição a atividades presenciais como forma de garantir a segurança dos servidores e usuários dos serviços da Instituição
5 de janeiro de 2021	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) disponibiliza 10 novos serviços totalmente digitais que reduzem a necessidade de atendimento presencial e o risco de exposição ao novo coronavírus. Tais serviços, como a obtenção de informações sobre barreiras técnicas ao comércio, podem ser solicitados e acompanhados pelo Portal de Serviços do Inmetro, na plataforma Gov.br
6 de janeiro de 2021	Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) reduz a 0% o imposto de importação para mais cinco produtos, como seringas e agulhas, elevando para 303 o número de produtos com tarifa zerada até 30 de junho de 2021; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulga os resultados dos microdados da Pnad Covid-19 de novembro, que revelam que os rendimentos médios habitualmente recebidos foram de R\$ 2.333, enquanto os efetivamente recebidos foram de R\$ 2.185, ou seja, 93,7% dos rendimentos habituais – valor 0,9 pontos percentuais acima do mês anterior
7 de janeiro de 2021	Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) suspende o direito antidumping vigente em desfavor das importações brasileiras de seringas descartáveis originárias da China, com validade até o dia 30 de junho de 2021; Decreto reabre crédito extraordinário de R\$ 19,911 bilhões em favor do Ministério da Saúde para assegurar recursos para financiar a aquisição das doses necessárias para a cobertura vacinal da população nacional
15 de janeiro de 2021	Camex amplia reduções tarifárias e suspende antidumping para intensificar combate à Covid-19; Portaria amplia o alcance do trabalho remoto realizado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) ao elevar para R\$ 12 milhões o limite de valor para julgamentos de recursos em sessões não presenciais, medida válida até 31 de março de 2021. A decisão também autoriza a realização de julgamento de representação de nulidade em sessão virtual; Decreto reabre crédito extraordinário de R\$ 1,682 bilhão em favor do Ministério da Saúde, considerando o saldo acumulado até 31 de dezembro de 2021 referente aos R\$ 2,513 bilhões garantidos por MP que assegurou recursos para financiar a aquisição das doses

Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	necessárias para vacinação; Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) estende suas medidas de quarentena até 7 de fevereiro de 2021
18 de janeiro de 2021	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) regulamenta a realização de reunião de julgamento não presencial – incluindo aqueles cujos processos tenham valor original de até R\$ 12 milhões – por videoconferência ou tecnologia similar, além de sessão extraordinária, por meio de videoconferência, reduzindo a necessidade de contato social e o risco de exposição ao novo coronavírus; Inmetro lança cartilha de alerta para compra de materiais escolares em plataformas digitais, contendo as características que devem ser cumpridas pelos itens da lista escolar e os requisitos mínimos de segurança tanto para compras presenciais como on-line
19 de janeiro de 2021	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) suspende as missões das Unidades Móveis Flutuantes (PREVBarcos) Manaus Flutuante 1 e 2 devido ao agravamento da pandemia da Covid-19 no estado do Amazonas. Estudo a ser realizado em 5 de fevereiro irá apurar a viabilidade do retorno das atividades
20 de janeiro de 2021	Câmara de Comércio Exterior (Camex) zera o Imposto de Importação de pneus para veículos de carga, tendo em vista a participação do Transportador Rodoviário de Cargas (TRC) na matriz de transportes do país e as dificuldades do setor decorrentes da pandemia da Covid-19. Informações indicam que a demanda adicional à oferta, o aumento dos preços das commodities no mercado internacional e a variação cambial no país têm pressionado fortemente os preços dos pneus no mercado nacional; Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) prorroga a interrupção do bloqueio dos créditos dos benefícios por falta de realização da comprovação de vida até o final de março de 2021, contemplando aposentados e pensionistas, residentes no Brasil e no exterior, que não fizeram a prova de vida entre março de 2020 e fevereiro de 2021;
25 de janeiro de 2021	Receita Federal divulga arrecadação federal de 2020, que atingiu R\$ 1,479 trilhão no ano passado e comprovou a recuperação da economia diante das medidas de estímulo e preservação das atividades adotadas pelo governo no enfrentamento à Covid-19; Portaria disciplina atividades relacionadas à verificação física, à conferência de trânsito e ao acompanhamento fiscal, a título provisório, desenvolvidas pelas equipes aduaneiras das Alfândegas do Porto de Manaus e do Aeroporto Eduardo Gomes, tendo em vista o aumento de casos de contaminação.
26 de janeiro de 2021	O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante participação virtual na Conferência 2021 de Investimentos da América Latina, promovida pelo Banco CreditSuisse, na manhã desta terça-feira (26/1), destacou que o governo federal agiu segundo um

Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	protocolo de enfrentamento da crise provocada pela pandemia da Covid-19, em que foram repassados recursos para estados e municípios
27 de janeiro de 2021	Estendida até 31 de março a suspensão da prova de vida anual de servidores federais aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis, buscando evitar a exposição dos beneficiários – a maioria em grupo de risco – à possibilidade de contágio pela Covid-19
28 de janeiro de 2021	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia divulga resultado consolidado do Caged 2020, que aponta a criação de 142.690 empregos com carteira assinada no ano, comprovando a eficácia das ações adotadas pelo governo para preservar empregos, renda e empresas frente aos impactos da pandemia do novo coronavírus. Dados mostram que o Benefício Emergencial de Preservação da Renda e do Emprego (BEm) permitiu a celebração de 20.119.302 acordos entre 9.849.115 empregados e 1.464.517 empregadores no Brasil
29 de janeiro de 2021	Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia divulga análise que mostra que as medidas adotadas pelo Brasil – resposta conjunta do governo federal e do Congresso Nacional – para mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19 reverteram as expectativas de queda para o PIB em 2020 para níveis menos críticos. O país destinou cerca de 8,5% do PIB em medidas fiscais direcionadas ao combate à pandemia – percentual que supera a média dos valores destinados pelos países em desenvolvimento e da América Latina e ultrapassa a média dos países avançados selecionados
1º de fevereiro de 2021	INSS anuncia o fechamento, a partir do dia 1º de fevereiro, das agências previdenciárias de Santarém, Monte Alegre e Alenquer, municípios paraenses classificados com “bandeira preta” por causa da pandemia da Covid-19; Medida Provisória estabelece barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas, com a finalidade de controlar o trânsito de pessoas e mercadorias nessas áreas visando evitar o contágio e a disseminação da Covid-19; Ipea divulga estudo sobre a evolução da pandemia nas faixas de fronteira do Brasil, destacando a ascendência na curva de contágio da Covid-19 nas faixas de fronteira terrestre e litorânea durante os últimos oito meses; Divulgado Indicador Ipea Mensal de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) de novembro, que mostra crescimento de 3,1% em relação a outubro, representando a quinta alta consecutiva nos investimentos. Na comparação com novembro de 2019, houve um avanço de 3,6%
02 de fevereiro de 2021	Fundacentro prorroga medidas de restrição ao atendimento presencial até 28 de fevereiro, levando em consideração a persistência da pandemia causada pela Covid-19 e a

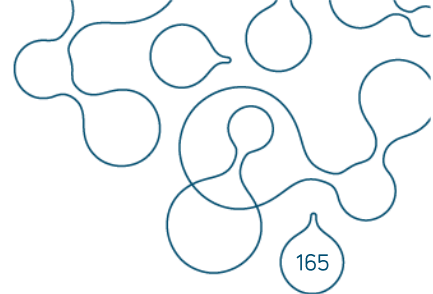


Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	necessidade de garantir a segurança dos servidores e daqueles que utilizam os serviços da instituição; Estudo do Ipea aponta que a modalidade home office concentrou 17,4% do total de rendimentos do trabalho em novembro; IBGE anuncia que a produção industrial avançou 0,9% em dezembro e fechou 2020 com queda de 4,5%. Após oito meses de alta, o setor acumulou crescimento de 41,8%, eliminando a perda de 27,1% registrada entre março e abril, que havia levado a produção ao nível mais baixo da série
03 de fevereiro de 2021	INSS anuncia continuidade do fechamento das agências da Previdência Social no estado do Amazonas até 7 de fevereiro, em cumprimento à decisão judicial que atendeu ao Mandado de Segurança Coletivo, impetrado pela Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social, suspendendo ainda o atendimento presencial por parte dos peritos; Secretaria de Orçamento Federal (SOF) da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia estabelece procedimentos para o teletrabalho, em consonância com as diretrizes gerais da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, de forma a reduzir a possibilidade de exposição dos servidores ao coronavírus; Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia prorroga para o início de agosto o prazo para início de vigência de Normas Regulamentadoras que entrariam em vigor ainda durante o primeiro trimestre deste ano; Ipea divulga Indicador de Consumo Aparente de Bens Industriais, com crescimento de 3,6% em dezembro em relação a novembro, sendo esse resultado a oitava variação positiva seguida na margem
04 de fevereiro de 2021	Enap promove seminário para debater a capacidade política de governos diante de pandemias, demonstrando que a pandemia da Covid-19 representa um teste de resistência para o atual desenho dos arranjos político-institucionais e de políticas públicas em governos de todo o mundo
05 de fevereiro de 2021	Codefat antecipa a data de pagamento do abono salarial, de forma que os trabalhadores cujo pagamento do abono estava previsto para o mês de março estarão autorizados a efetuar o saque a partir de 9 e 11 de fevereiro de 2021; Estão suspensas temporariamente as atividades do atendimento presencial no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco (AC), IRF Cruzeiro do Sul (AC) e IRF Epitaciolândia (AC), devido à classificação do Nível de Risco de Emergência (cor vermelha) de todas as regionais de saúde do estado. Serviços e orientações serão prestados aos contribuintes por meio do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC), Fale Conosco RFB, Chat RFB, e-mails e atendimento telefônico; Secretaria de Orçamento Federal



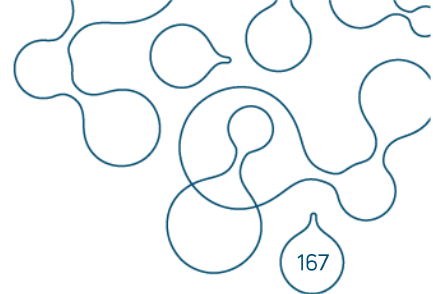
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	estabelece ajustes para viabilizar a antecipação de pagamentos de benefícios do abono salarial, mediante recursos alocados na ação "seguro desemprego"
08 de fevereiro de 2021	Alfândega da Receita Federal no Aeroporto do Galeão (RJ) acelera procedimentos para recebimento e liberação de insumos oriundos da China para a produção de 2,8 milhões de doses da vacina contra a Covid-19 pela Fiocruz, registrando e analisando a Declaração de Importação antes mesmo da chegada da carga
10 de fevereiro de 2021	Estudo "Comportamento do Mercado de Trabalho Brasileiro em Duas Recessões: Análise do Período 2015-2016 e da Pandemia da Covid-19", realizado pelo Ipea, mostra que, na primeira recessão, a indústria manufatureira e a construção foram os mais impactados, enquanto na pandemia os segmentos de serviços, como meios de hospedagem, alimentação e trabalho doméstico, foram os mais atingidos. Houve 30% de contração do emprego no segmento de alojamento e alimentação, ao se comparar o terceiro trimestre de 2020 com igual período de 2019. Já em 2016, a maior contração registrada foi de 10% no emprego da indústria; INSS retoma missões dos PRevBarcos Manaus Flutuante 1 e 2 no Amazonas, que haviam sido suspensas devido ao agravamento da pandemia no estado. Para isso, organizou um protocolo de proteção e afastamento de servidores e segurados para evitar o contágio pelo novo coronavírus, com a instalação de anteparos de acrílico nos guichês de atendimento e nas mesas dos peritos médicos e a distribuição de equipamentos de proteção individual, como máscaras, aventais e luvas descartáveis aos servidores; Nota Informativa "Brasil tem criação líquida de empregos formais em 2020 e recuperação do emprego no setor informal", da Secretaria de Política Econômica/ME, aponta que, em meio à pandemia da Covid-19, o governo brasileiro assegurou condições para o bom funcionamento dos mercados, preservando empregos e renda e criando condições para que a retomada econômica prosseguisse de forma sustentável; Ceagesp fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas e prorroga até 7 de março os efeitos de medidas de restrição ao contato social para minimizar o risco de exposição ao coronavírus
11 de fevereiro de 2021	Governo edita MP que facilita acesso ao crédito a empresas e pessoas físicas, suspendendo até 30 de junho uma série de exigências previstas em lei para contratação de operações de crédito com instituições financeiras e privadas, visando minimizar as dificuldades dos impactos econômicos produzidos pela pandemia; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional estabelece condições para transação por adesão para tributos federais vencidos no período de março a dezembro de 2020 e

Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	não pagos em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19 – modalidade disponível para adesão somente a partir de 1º de março. Para haver negociação, o débito deve estar inscrito em Dívida Ativa da União até 31 de maio de 2021 e, como condição para a adesão, a PGFN avaliará a capacidade de pagamento do contribuinte
12 de fevereiro de 2021	Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda referente a janeiro mostra que a taxa de inflação para as famílias de renda mais baixa (cujo rendimento familiar mensal é menor que R\$ 1.650,50) recuou 1,58%, em dezembro, para 0,21% no primeiro mês de 2021, o que comprova a eficácia das ações adotadas pelo governo para reverter as altas de preços registradas durante os períodos mais críticos da pandemia do novo coronavírus.
18 de fevereiro de 2021	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia registra mais de 270 milhões de acessos à Carteira de Trabalho e Previdência Digital, em 2020, o que contribuiu para que empresas e trabalhadores evitassem o contato social durante a pandemia do novo coronavírus
19 de fevereiro de 2021	Portaria suspende temporariamente o atendimento presencial no Posto de Atendimento da Receita Federal do Brasil em Eunápolis visando diminuir o risco de contágio da Covid-19 e prorroga automaticamente os prazos das intimações a vencer
22 de fevereiro de 2021	Ministério da Economia define regramento para a autenticação automática digital de livros empresariais, de forma a simplificar e automatizar o processo nas 27 juntas comerciais do país. Medida entre em vigor em 22 de julho
23 de fevereiro de 2021	Camex reduz Imposto de Importação para mais 25 produtos, de modo a desonerar impostos sobre bens que não são produzidos no Mercosul, garantir o abastecimento normal e fluido de mercadorias no Bloco, facilitar o enfrentamento da pandemia e aperfeiçoar a mensuração do comércio por meio da criação de códigos específicos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM); INSS inicia nova etapa e expansão da prova de vida por biometria facial e, com isso, permite que 5,3 milhões de beneficiários de todo o país possam realizar o procedimento sem sair de casa; Secretaria Especial da Receita Federal prorroga, até 31 de dezembro de 2021, o prazo de vigência do regime de admissão temporária, mediante registro de declaração aduaneira, para uma série de itens
24 de fevereiro de 2021	INSS anuncia que não suspenderá os pagamentos de benefícios referentes aos meses de março e abril aos segurados sem reabilitação profissional e, dessa forma, garante que não haverá bloqueio de pagamentos até maio de 2021; Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia reabre, em favor dos Ministérios da Economia e da Cidadania, créditos

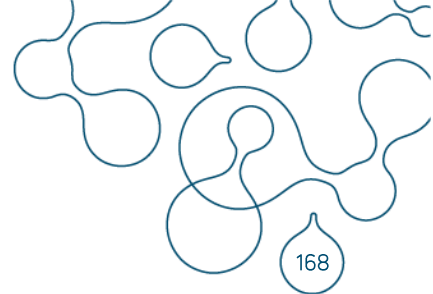


Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	extraordinários, até o limite do saldo apurado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 113,94 milhões
25 de fevereiro de 2021	Unidades móveis flutuantes do INSS no Pará, os PREVBarcos, retomam o atendimento às comunidades ribeirinhas de quatro municípios do estado, cumprindo o protocolo de segurança e higiene em prevenção ao novo coronavírus; Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia divulga a Conjuntura Macroeconômica e Arrecadação Bruta de Tributos Federais, que consolida indicadores econômicos que mostram a recuperação consistente da economia, assim como um acerto das medidas governamentais adotadas para mitigar os efeitos adversos provocados pela pandemia da Covid-19; Governo federal abre crédito extraordinário de R\$ 2,861 bilhões em favor do Ministério da Saúde para reforço às ações de combate ao novo coronavírus; Medida Provisória amplia a oferta de oxigênio medicinal empregado em medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública relacionadas à Covid-19
26 de fevereiro de 2021	INSS prorroga por mais 60 dias a interrupção de bloqueio de pagamento de benefícios por falta da prova de vida e assegura que os aposentados e pensionistas que não fizeram prova de vida entre março de 2020 e abril de 2021 não tenham seus benefícios bloqueados; Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre bens de capital, de informática, telecomunicações e autopeças, atualizando a lista de itens incluídos na condição de ex-tarifários
1º de março de 2021	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional reabre os prazos para ingresso no Programa de Retomada Fiscal, por meio do qual poderão ser negociados os débitos inscritos em Dívida Ativa da União até 31 de agosto de 2021; Conselho Monetário Nacional (CMN) prorroga medidas de caráter emergencial aplicáveis aos procedimentos relativos à concessão, ao controle e à fiscalização das operações de crédito rural, de modo a facilitar a apresentação de documentação necessária para garantir acesso ao crédito rural e permitir acesso demais atividades agropecuárias a esse tipo de empréstimo. O CMN também amplia o prazo de reembolso de operações contratadas no âmbito da linha de crédito de industrialização para Agroindústria Familiar, concede prazo adicional de reembolso do crédito de custeio pecuário para retenção de matrizes bovinas de leite e autoriza a contratação de Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP), ao amparo de Recursos Obrigatórios, para o beneficiamento e industrialização de leite; Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME) e a KPMG LTDA firmam acordo de cooperação para a elaboração

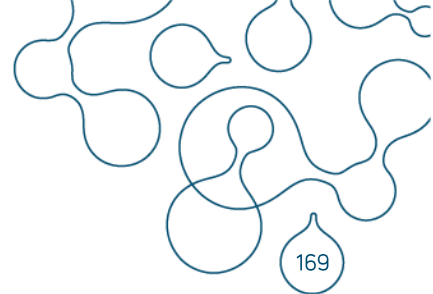
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	do "Guia de Retomada Econômica do Turismo", visando identificar e priorizar projetos para a sustentação, retomada econômica e crescimento do setor, diante da crise causada pela pandemia da Covid-19; dentre outras medidas
2 de março de 2021	Lei autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (CovaxFacility) e estabelece diretrizes para a imunização da população
4 de março de 2021	Lei autoriza abertura de crédito extraordinário de R\$ 2,513 bilhões em favor do Ministério da Saúde para intensificar as ações de combate à Covid-19; Escola Nacional de Administração Pública (Enap) abre inscrições para o webinar "Cidades Inteligentes", que discutirá como os centros urbanos estão enfrentando a pandemia do novo coronavírus
8 de março de 2021	Bancos são autorizados a estender o prazo de carência das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) de oito para 11 meses. As empresas que desejarem prorrogar a carência devem procurar as instituições financeiras com as quais foram firmados os contratos de crédito; Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) prorroga a adoção de medidas de prevenção à disseminação da Covid-19, tais como a manutenção de 60% do corpo de funcionários administrativos em trabalho remoto durante a Fase Vermelha do Plano São Paulo de combate ao novo coronavírus
10 de março de 2021	Lei prorroga para 31 de dezembro de 2021 a suspensão de metas quantitativas e qualitativas acertadas pelos prestadores de serviços de saúde com o Sistema Único de Saúde (SUS). A norma reabre o prazo para que entidades filantrópicas da área de saúde apresentem declaração do gestor local de que prestam o serviço para obter a renovação do certificado; Lei dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado, autorizando estados, municípios e o setor privado a comprarem vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil dado pela Anvisa
11 de março de 2021	Balanço de 800 dias de Governo traz diversas ações do Ministério da Economia, entre elas o apoio ao combate à pandemia do novo coronavírus – como a garantia de crédito extraordinário de R\$ 20 bilhões para assegurar a vacinação da população brasileira contra a Covid-19 – e as medidas contra o desemprego, de estímulo ao crescimento e de modernização da gestão pública
12 de março de 2021	Conselho Nacional de Política Fazendária aprova a prorrogação de 228 convênios ICMS que autorizam a concessão de benefícios fiscais que iriam vencer no final deste mês de março; Receita Federal divulga "perguntas e respostas" sobre



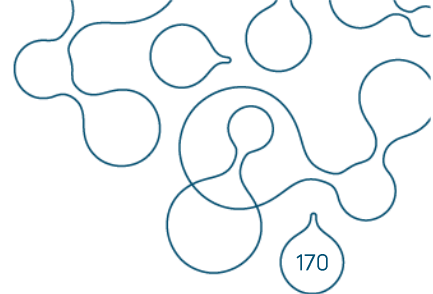
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	declaração do Auxílio Emergencial e do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) para ajudar o contribuinte no preenchimento da Declaração do Imposto de Renda; Publicadas as regras que disciplinam as sessões virtuais no âmbito das Delegacias de Julgamento da Receita Federal
15 de março de 2021	Programa de Retomada Fiscal abre até 30 de setembro o período para adesão a negociações com benefícios como possibilidade de descontos, entrada facilitada e prazo ampliado para pagamento. Podem ser negociados os débitos inscritos em Dívida Ativa da União até 31 de agosto de 2021; Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia divulga Nota Informativa “Análise dos dados de 2020: Três diferenças importantes com crises passadas e implicações para o crescimento em 2021”, apontando que, durante a crise causada pela pandemia da Covid-19, a taxa de poupança aumentou, o crédito subiu de maneira robusta e houve ajuste no mercado de trabalho, principalmente no setor informal; Promulgada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 186/19, a PEC do Novo Marco Fiscal, com regras que estabelecem compromisso com o equilíbrio das finanças do país, por meio do controle da velocidade de crescimento da despesa e preservação do espaço no orçamento para investimentos e outras despesas de capital, além de abrir caminho para a retomada do pagamento do Auxílio Emergencial
16 de março de 2021	Ministério da Economia suspende até 31 de maio a realização de prova de vida anual de servidores federais aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis, visando reduzir a disseminação da Covid-19 entre os beneficiários; Receita Federal reforça a oferta de diversos canais de atendimento pela internet para evitar o deslocamento de seus usuários às unidades presenciais; Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caruaru (PE) e a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife definem que, entre 15 de março e 1º de abril de 2021, o atendimento ao contribuinte será prestado exclusivamente de forma virtual pelos canais de atendimento
17 de março de 2021	Ministério da Economia reativa Comitê de Monitoramento do Setor Produtivo, que viabilizou a oferta de mais de R\$ 136 bilhões em volume de crédito para micro, pequenas e médias empresas para pagamento das folhas salariais, manutenção das atividades e preservação dos empregos; Escola Nacional de Administração Pública realiza o webinar “Como as Cidades Inteligentes estão enfrentando a pandemia de Covid-19?”, que mostrou possibilidades de desenvolver projetos de referência em tecnologia e negócios relacionados ao tema no contexto da pandemia da Covid-19
18 de março de 2021	Medida Provisória abre crédito extraordinário de R\$ 42,575 bilhões em favor do Ministério da Cidadania visando à retomada



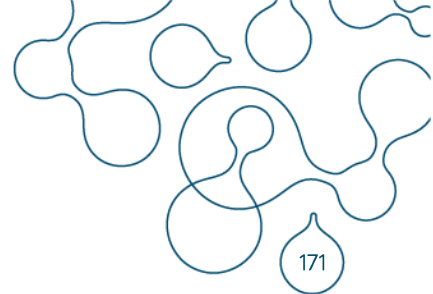
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	do pagamento do Auxílio Emergencial em 2021; Portaria eleva, até 30 de junho, limite de valor (até R\$ 36 milhões) para julgamentos de recursos em sessões não presenciais pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e autoriza a realização de julgamento de representação de nulidade, em sessão virtual; Subsecretaria de Relações do Trabalho do Ministério da Economia suspende prazos indicados em ofícios de notificação de processos com prazos vencidos e ainda não arquivados encaminhados a entidades sindicais rurais; Portaria estabelece o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maceió (AL) de forma exclusivamente virtual pelos canais de atendimento, entre 15 de março e 1º de abril de 2021; Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) adequa regras relativas ao desbloqueio de valores de benefícios para consignação de valores relativos a empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil.
19 de março de 2021	Segunda edição do Boletim da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, do Ministério da Economia, mostra que a economia potencial gerada com os serviços digitalizados em 2020 é de R\$ 949 milhões por ano para a sociedade e R\$ 372 milhões por ano para o governo, e aponta a aceleração na oferta de serviços digitais durante a pandemia (599 serviços somente em 2020), permitindo a redução do contato social
22 de março de 2021	Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia lança o Sistema de Defesa do Empreendedor para monitorar e garantir o tratamento diferenciado estabelecido pela Constituição às micro e pequenas empresas brasileiras e ajudar o segmento a minimizar os impactos econômicos da pandemia do novo coronavírus
23 de março de 2021	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) altera regras referentes à suspensão da compulsoriedade da certificação de suprimentos médico-hospitalares para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus
24 de março de 2021	Receita Federal e Comitê Gestor do Simples Nacional prorrogam prazo de pagamento dos tributos federais, estaduais e municipais dos meses de abril, maio e junho para o período entre julho a dezembro, no âmbito do Simples Nacional; Receita Federal amplia até 30 de junho a dispensa da necessidade de apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas para solicitar serviços à Instituição ou prestar esclarecimentos, sendo que o contribuinte que apresentar cópias simples deve manter os originais sob sua guarda pois pode ser demandado pela Administração Pública a apresentá-los; Secretário de Governo Digital do Ministério da Economia participa do evento



Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	virtual internacional BR-UK Tech Summit, em que apresentou a estratégia que acelerou a digitalização de serviços públicos durante a pandemia; dentre outras medidas
25 de março de 2021	Ministro da Economia participa de audiência pública da Comissão Temporária da Covid-19 do Senado Federal, no qual reforçou a importância da adoção de medidas de combate à pandemia considerando os efeitos econômicos para não desorganizar a economia, e falou sobre o limite de R\$ 44 bilhões estabelecido para o Auxílio Emergencial, com média de R\$ 250 por beneficiário; Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia atualiza regras referentes ao retorno gradual e seguro ao trabalho presencial, estabelecendo que a presença de servidores e empregados públicos em cada ambiente de trabalho não deverá ultrapassar 30% do limite máximo de sua capacidade física, mantendo-se o distanciamento mínimo de um metro entre os agentes públicos; dentre outras medidas
26 de março de 2021	Comissão de Valores Mobiliários divulga regime de funcionamento diante da antecipação de feriados em São Paulo e do Rio de Janeiro, e estabelece que, para os prazos com eventual vencimento em 30 de março deste ano ficam suspensos aqueles vinculados a dias úteis, prorrogando para 31 de março aqueles vinculados a dias corridos; Superintendência de Seguros Privados (Susep) informa que, diante dos feriados estabelecidos para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, os prazos administrativos que se encerrarem entre os dias 26 de março e 4 de abril de 2021 serão prorrogados para o dia 5 de abril de 2021; Instituto Nacional do Seguro Social reabre agências no Norte e Centro-Oeste e suspende atendimento presencial em São Paulo e Rio de Janeiro até 1º de abril, devido aos feriados nestes estados
29 de março de 2021	Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) zera temporariamente o Imposto de Importação de mais 65 produtos, entre medicamentos e equipamentos usados para o combate à pandemia do novo coronavírus; Comitê Gestor do Simples Nacional prorroga para 31 de maio o prazo de entrega da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais 2020, o que beneficia 5.327.347 optantes pelo Simples Nacional em 31 de dezembro de 2020; Ministério da Economia e INSS estabelecem regras sobre a antecipação dos feriados e pontos facultativos municipais, distritais e estaduais e sua repercussão para as unidades previdenciárias
30 de março de 2021	Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) reduz a zero o Imposto de Importação da resina de polipropileno, insumo para material empregado na produção de máscaras de proteção facial usadas em prevenção



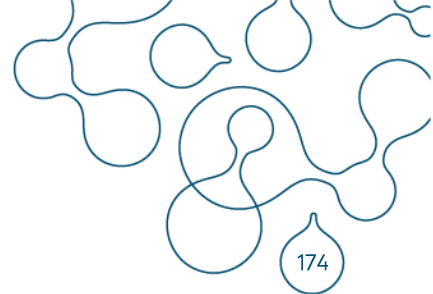
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	<p>e combate à Covid-19; Delegacia da Receita Federal em Cascavel (PR) doa 110 aparelhos de oximetria à Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste) para uso no Hospital Universitário do Oeste do Paraná (Huop) no suporte de atendimento a pacientes acometidos pela Covid-19, além de aparelhos celulares que serão utilizados no serviço de comunicação entre pacientes internados na unidade e seus familiares; Publicada Medida Provisória que visa desburocratizar o ambiente de negócios no país, simplificando processos como a abertura de empresas, o comércio exterior de bens e serviços, a execução de dívidas e a proteção a acionistas minoritários; Delegacia da Receita Federal em João Pessoa (PB) determina que, no período de 29 de março a 9 de abril, o atendimento ao contribuinte na Delegacia e nas agências jurisdicionadas será prestado exclusivamente de forma virtual pelos canais de atendimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada aponta crescimento de 3% do PIB em 2021, mas alerta que a alta está condicionada ao avanço da cobertura vacinal contra a Covid-19 no ano. Para o primeiro trimestre, a previsão é de queda de 0,5%</p>
<p>31 de março de 2021</p>	<p>Lei autoriza INSS a conceder o auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença) de forma remota, mediante a análise de atestado e outros documentos médicos, sem a necessidade de perícia presencial; INSS estende até dezembro de 2021 a ampliação da margem de crédito consignado de 35% para 40% para seus beneficiários, sendo 35% para o empréstimo consignado e 5% para o cartão de crédito, além de facultar a concessão de carência de 120 dias para pagamento das operações de crédito consignado, com incidência de juros e encargos; Superintendência Regional da Receita Federal no Rio de Janeiro doa 40 mil testes rápidos da Covid-19 para a Secretaria Municipal de Saúde da cidade. O material é originário do abandono de mercadoria importada no Porto do Rio de Janeiro, e a ação faz parte do trabalho conjunto de gestão de mercadorias da equipe de produtos apreendidos do Porto do Rio de Janeiro com a equipe regional de mercadorias apreendidas na 7ª Região Fiscal; MP abre crédito extraordinário de R\$ 5,324 bilhões em favor do Ministério da Saúde para intensificar as ações de enfrentamento à Covid-19; Delegacias da Receita Federal dos municípios baianos de Alagoinhas e Feira de Santana transferem atividades de atendimento presencial para outras unidades do estado devido ao agravamento da pandemia; Comissão de Valores Mobiliários (CVM) posterga prazos para entrega de informações dos fundos de investimento e do formulário de referência dos administradores de carteiras de valores mobiliários</p>



Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
1º de abril de 2021	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e Instituto Nacional do Seguro Social disciplinam, até 31 de dezembro, a concessão do auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) sem a realização de perícia presencial, com base na análise documental, em unidades onde os serviços presenciais da Perícia Médica Federal encontram-se por algum motivo impossibilitados, onde a redução na força de trabalho da perícia é superior a 20% ou nas unidades cujo tempo de espera para agendamento seja superior a 60 dias; Receita Federal suspende temporariamente as atividades de atendimento a voos internacionais no âmbito da jurisdição da IRF/SLS/MA (São Luís/, MA), em virtude da pandemia do novo coronavírus, exceto com garantia de atendimento em casos de pousos de emergência, desvio de rota por condições climáticas e panes, aeronaves em missão diplomática e quaisquer eventos relacionados ao transporte de insumos, medicamentos ou vacinas; Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caruaru (PE) prorroga, por prazo indeterminado, a suspensão do atendimento presencial; Agência da Receita Federal no Recife e em Petrolina (PE) estabelecem que o atendimento aos contribuintes será prestado exclusivamente de forma virtual, pelos canais de atendimento da Receita Federal do Brasil
5 de abril de 2021	Ministro da Economia, Paulo Guedes, reforça que a vacinação em massa contra a Covid-19 e o avanço do programa de reformas estruturais do governo são a fórmula para garantir que o Brasil retome rapidamente o “caminho da prosperidade”
6 de abril de 2021	Alfândega da Receita Federal no Porto de Manaus disciplina as atividades relacionadas à verificação física, conferência de trânsito e acompanhamento fiscal, desenvolvidas pelas equipes aduaneiras que atuam nos recintos alfandegados jurisdicionados pelas Alfândegas do Porto de Manaus e do Aeroporto Eduardo Gomes, e determina a implantação dos Centros de Conferência Remota (Confere); Delegacia da Receita Federal em Maceió oficializa o atendimento exclusivamente virtual, desde 2 de abril de 2021, nas Agências da Receita Federal em Alagoas; Comissão de Valores Mobiliários (CVM) anuncia regras sobre a postergação dos prazos para entrega de informações dos fundos de investimento e do formulário de referência dos administradores de carteiras de valores mobiliários, em virtude da antecipação de feriados em São Paulo e no Rio de Janeiro; Previdência Social anuncia que, no mês de abril, as populações ribeirinhas paraenses de Óbidos, Oriximiná, Cachoeira Porteira, Cachoeira do Arari e de Muaná serão atendidas pelos PREVBarcos com serviços de requerimentos de benefícios rurais e urbanos, como aposentadoria, salário-maternidade, pensão por morte e benefício assistencial

Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
7 de abril de 2021	Receita Federal prorroga para o último dia útil de junho de 2021 o prazo para prestação de informações sobre o Valor da Terra Nua à Secretaria Especial da instituição; Representantes do Ministério da Economia e do setor produtivo recebem remessa de aparelhos de oxigênio oriundos dos Estados Unidos; Ministro da Economia afirma, durante Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do Brics, que a proteção de vidas, as vacinas e a recuperação da economia são prioridades no Brasil, reiterando que o Brasil continua empenhado em implementar políticas fiscal e monetária que crie condições para a recuperação sustentada na melhoria do ambiente de negócios e na promoção de investimentos privados
9 de abril de 2021	Ministérios das Relações Exteriores; da Economia; da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovações informam que o Brasil copatrocinará iniciativa que defende o engajamento imediato da Organização Mundial do Comércio (OMC) nas negociações para a ampliação da produção e da distribuição de vacinas e de medicamentos que possam contribuir para a superação da pandemia da Covid-19; Ministério da Economia e Microsoft lançam ferramenta direcionada aos servidores dos postos da rede do Sistema Nacional de Emprego (Sine), que, por meio do uso da inteligência artificial, poderão oferecer um atendimento focado nas dificuldades individuais de empregabilidade daqueles que buscam (re)colocação profissional; Paulo Guedes participa do evento virtual "BrazilInvestmentForum", reforça que a vacinação dos brasileiros contra o novo coronavírus garantirá rápida recuperação da atividade em 2021 e defende a participação do setor privado no processo de obtenção de vacinas, desde que haja contribuição à rede pública; Escola Nacional de Administração Pública (Enap) doa 3.642 produtos para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, entre roupas de cama, roupas de banho, cobertores, travesseiros e fronhas, para ajudar a suprir a necessidade dos hospitais do DF
12 de abril de 2021	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retoma atendimento presencial em todas as agências previdenciárias das regiões Norte e Centro-Oeste, mediante agendamento; Receita Federal estende prazo de aplicação da redução do percentual de exportação, bem como o prazo de vigência do Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial (Recof e Recof-Sped); Delegacia da Receita Federal em João Pessoa estabelece que o atendimento ao contribuinte no local e nas Agências da Receita Federal jurisdicionadas (Santa Rita, Itabaiana, Guarabira, Campina Grande, Patos e Sousa) será prestado exclusivamente de forma virtual, pelos canais de atendimento da Instituição, por período indeterminado

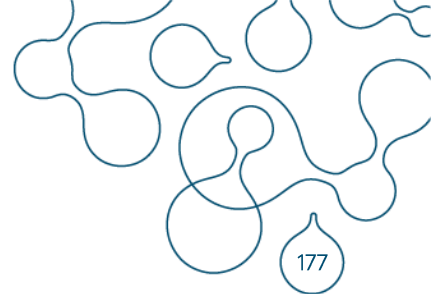
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
13 de abril de 2021	Delegacia da Receita Federal em Vitória da Conquista (BA) suspende temporariamente os atendimentos presenciais na Agência da Receita Federal em Bom Jesus da Lapa
14 de abril de 2021	Receita Federal doa à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) 15 mil testes rápidos da Covid-19, além de suprimentos e peças laboratoriais para a análise de amostras, materiais resultantes de abandono de mercadoria importada no porto do Rio de Janeiro; Delegacia da Receita Federal em Ribeirão Preto (SP) oficializa que não houve expediente na Agência da Receita Federal em Araraquara no período de 17 de fevereiro a 9 de abril de 2021 e, com isso, fica estabelecida a possibilidade de recontagem de prazos processuais administrativos; Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) lança a cartilha com recomendações e cuidados sanitários, como distanciamento físico, implantação de barreira física (biombos de vidro ou acrílico), desinfecção dos ambientes de trabalho e superfícies, uso adequado de máscaras, conforme protocolo do Ministério da Saúde
16 de abril de 2021	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) lança cartilha com procedimentos que possibilitam assegurar a saúde dos profissionais do e-commerce no enfrentamento ao novo coronavírus
19 de abril de 2021	Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia aponta que o Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac Maquininhas) – iniciativa do governo federal para facilitar o acesso ao crédito e ajudar os pequenos negócios a enfrentar os impactos econômicos da pandemia da Covid-19 – liberou R\$ 3,190 bilhões em 112.161 operações realizadas no último trimestre de 2020
20 de abril de 2021	Receita Federal regulamenta a entrega de documentos digitais e a tramitação de processos digitais por meio do Portal e-CAC. Com as novas regras, a entrega de documentos será realizada, obrigatoriamente, no formato digital e exclusivamente por meio do Portal e-CAC; Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior estabelece alíquota zero para importações de milho, soja, óleo de soja e farelo de soja até 31 de dezembro de 2021 para conter altas nos preços dos produtos e a manter o equilíbrio no abastecimento interno
22 de abril de 2021	Alfândega da Receita Federal em Guarulhos (SP) liberou, em operação especial, novo lote com Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) para produção pelo Instituto Butantan de cinco milhões de doses da vacina CoronaVac; Delegacia da Receita Federal em Feira de Santana (BA) formaliza a decisão de transferência das atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Paulo Afonso (BA) para outras unidades da Instituição



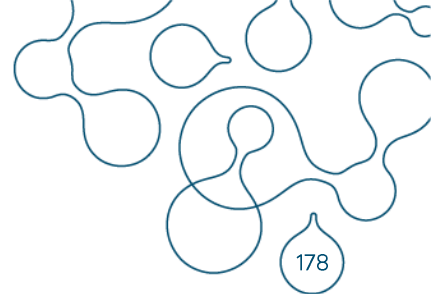
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
23 de abril de 2021	Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) implementa melhorias tecnológicas no sistema de emissão do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) do Portal do Simples Nacional para facilitar a quitação do tributo por meio do PIX, solução de pagamento instantâneo criada pelo Banco Central
26 de abril de 2021	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho/ME e Instituto Nacional do Seguro Social oferecem a opção da comprovação da incapacidade dos segurados, que estejam com exame médico presencial agendado, por meio de apresentação de atestado médico e documentos complementares que mostrem a doença informada como causa da inaptidão. Caso o segurado escolha esse modelo de comprovação, seu agendamento para a realização da perícia será cancelado
27 de abril de 2021	Criado o Programa Pró-Leitos, que visa incentivar as pessoas jurídicas a utilizarem recursos próprios para a contratação de leitos clínicos e de terapia intensiva da rede privada de saúde para uso do Sistema Único de Saúde (SUS); Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) implementa medidas como isenções de multas, redução de juros e condições facilitadas de pagamento dos valores devidos à Companhia às operações dos seguintes setores: flores, quiosques, restaurantes, padarias, além de permissionários distribuidores cujas principais fontes de faturamento sejam restaurantes, hotéis, escolas e demais atividades afetadas e/ou suspensas pela pandemia; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) testará, com o apoio do National Institute of Standards and Technology (NIST/EUA), equipamentos de desinfecção por radiação UV-C, utilizados para inativar o vírus SarS-CoV-02 e, potencialmente, higienizar locais fechados, com circulação de pessoas; Processamento de dados realizado pela Dataprev considera mais 206.126 famílias aptas a receber o Auxílio Emergencial 2021, cujos pagamentos terão início em 16 de maio para os nascidos em janeiro e terminará em 16 de junho para os aniversariantes de dezembro
28 de abril de 2021	Governo federal reedita o Programa Emergencial de Preservação do Emprego e Renda (BEm), que será pago nas hipóteses de suspensão ou redução da jornada de trabalho, independentemente do cumprimento de período aquisitivo, do tempo de vínculo empregatício ou do número de salários recebidos; Receita Federal doa três mil testes rápidos da Covid-19 à Universidade Federal Fluminense (UFF)
29 de abril de 2021	Brasil recebe remessa de 14 carretas criogênicas do Canadá, que farão parte do esforço logístico para armazenamento e transporte de oxigênio líquido no país, para combate aos efeitos da pandemia da Covid-19 nas redes pública e privada de saúde. A importação emergencial das carretas contou com o apoio do

Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	governo federal, por intermédio do Ministério da Economia; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) permite a utilização de alumínio na construção de tanques de carga rodoviários para o transporte de fluidos criogênicos (gases do ar), aumentando a capacidade de entrega de oxigênio; Caixa suspende a exigibilidade do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) referente às competências abril, maio, junho e julho de 2021, e diferimento dos respectivos valores sem incidência de multa e encargos; Dataprev anuncia que os trabalhadores que se inscreveram no Auxílio Emergencial 2021 pelos meios digitais e foram considerados inelegíveis poderão contestar a medida até às 23h59 do dia 6 de maio, acessando o Portal de Consultas do Programa
3 de maio de 2021	Medida Provisória estabelece orientações excepcionais para aquisição de bens, contratação de serviços e insumos destinados ao enfrentamento da Covid-19, de forma a promover a racionalização das compras, com redução de custos administrativos e financeiros, melhor aproveitamento de esforços operacionais dos órgãos federais no atendimento à população; Secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, aponta, em audiência pública remota da 19ª reunião da Comissão Temporária Covid-19 do Senado Federal, que o impacto fiscal das medidas de enfrentamento à Covid-19 foi de R\$ 549,8 bilhões em 2020; Inmetro lança o programa InMaker - #InmetroContraCovid, voltado para empresas do ramo de diagnósticos para Covid-19, para impulsionar o aprimoramento de produtos e serviços ligados à cadeia de produção de testes para diagnóstico da Covid-19, especialmente em questões associadas às medições (metrologia e rastreabilidade metrológica)
4 de maio de 2021	Lei dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos da pandemia da Covid-19, e institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC), autorizando o Poder Executivo a disponibilizar modalidade de renegociação de dívidas tributárias e não tributárias, incluídas aquelas para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e oferecendo desconto de até 70% sobre o valor total e o prazo de quitação de mais de 12 anos
5 de maio de 2021	INSS assegura o pagamento antecipado do abono anual (13º salário) aos seus beneficiários. A medida, que vai injetar cerca de R\$ 52,7 bilhões na economia, não tem impacto orçamentário. O pagamento ocorrerá em duas parcelas
7 de maio de 2021	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana transfere as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Paulo Afonso (BA) para outras

Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	unidades devido à situação de emergência pública no estado da Bahia. A decisão tem validade até o dia 11 de junho de 2021
10 de maio de 2021	Medida Provisória abre crédito extraordinário de R\$ 5,5 bilhões ao Ministério da Saúde para custear a produção, o fornecimento e a distribuição de mais 50 milhões de doses de vacina AstraZeneca no segundo semestre de 2021, além da aquisição de mais 100 milhões de doses de vacina da Pfizer e outras despesas associadas à imunização
11 de maio de 2021	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) divulga as principais conclusões do Lab Talk [#4], bate-papo transmitido pela internet no final de abril com o tema "Covid-19: transmissão aérea, máscaras e novas tecnologias de proteção", entre elas a intensificação dos trabalhos do laboratório de ensaios de equipamentos de proteção individual (EPI)
12 de maio de 2021	Governo lança o portal Brasil #PatriaVacinada para facilitar o acesso dos cidadãos a informações sobre a pandemia da Covid-19, como o número de doses de vacinas adquiridas e aplicadas, valores gastos pelo governo federal com a ação, status das vacinas disponíveis no Programa Nacional de Imunizações (PNI), cronograma detalhado das entregas e, também, um quadro comparativo da evolução de vacinados no Brasil e no mundo; Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) publica estudo "Vacinas à base de subunidade proteica para prevenção da Covid-19: mecanismo de ação, ensaios clínicos e pedidos de patentes" sobre tecnologias relacionadas ao novo coronavírus, com o objetivo de fornecer um panorama atual dos conhecimentos relacionados às vacinas à base de subunidades proteicas para prevenção de SARS-CoV-2; dentre outras
13 de maio de 2021	Medida publicada no Diário Oficial da União altera a Lei Aldir Blanc, estendendo a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e prorrogando o prazo de utilização de recursos pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios. A ideia é aperfeiçoar alguns dos mecanismos, dando um prazo maior para a execução das chamadas contrapartidas culturais e ampliando o prazo para a prestação de contas
14 de maio de 2021	Prova de vida digital está disponível a todos os aposentados, pensionistas e anistiados da Administração Pública, o que representa cerca de 700 mil pessoas. Com a solução tecnológica, os beneficiários que têm biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) não precisam mais se deslocar até uma agência bancária para a comprovação;
18 de maio de 2021	Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) regulamenta o retorno gradual e seguro das visitas, vistorias ordinárias e extraordinárias e inspeções técnicas às empresas

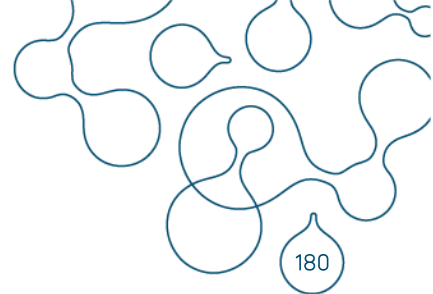


Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	beneficiárias de incentivos fiscais, relativas aos serviços de acompanhamento de projetos industriais, de acordo com a análise da necessidade e oportunidade e obedecendo a critérios técnicos; Portal de Consultas ao Auxílio Emergencial começa a receber contestações dos cidadãos que tiveram o auxílio cancelado em função de revisões mensais ou outros motivos
19 de maio de 2021	Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) prorroga até 31 de dezembro de 2021 regra que zera a tarifa de importação sobre medicamentos e vacinas, equipamentos hospitalares, itens de higiene pessoal e outros insumos para o combate à Covid-19; Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) divulga calendário completo do pagamento antecipado do 13º de aposentados e pensionistas. Em todo o país, 31 milhões de benefícios do INSS receberão neste mês a primeira parcela do 13º, o equivalente a R\$ 25,3 bilhões
17 de maio de 2021	Balanco das ações do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) mostra que o tempo médio para a concessão de patentes relacionadas à pandemia da Covid-19 é de oito meses
24 de maio de 2021	Governo suspende a prova de vida anual de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis do Poder Executivo Federal até 30 de junho de 2021. A medida não afeta o recebimento de proventos e pensões dos beneficiários que fizeram aniversário a partir de janeiro de 2020 e ainda não realizaram a prova de vida anual. Aos cidadãos em geral, segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), centralizados no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a prova de vida volta a ser exigida a partir do dia 1º de junho
25 de maio de 2021	Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior amplia até 31 de dezembro de 2021 o prazo de redução a zero por cento da alíquota referente ao Imposto de Importação de uma série de produtos utilizados no combate à pandemia da Covid-19, como oxigênio medicinal, álcool etílico próprio para desinfecção e medicamentos
26 de maio de 2021	Indicadores demonstram a eficácia das políticas executadas pelo governo para estimular a economia frente à crise da pandemia. A edição de abril do Novo Caged mostra que o emprego celetista no Brasil cresceu pelo quarto mês, com um saldo de 120.935 postos de trabalho formais no país. Na soma do primeiro quadrimestre, há quase 1 milhão de novos empregos formais. Outro dado positivo divulgado pelo Tesouro Nacional aponta que, em abril, a Dívida Pública Federal caiu 2,92% e terminou o mês em R\$ 5,089 trilhões; Parceria entre a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) vai aprimorar estratégias para o monitoramento de políticas educacionais visando minimizar ou atacar os impactos



Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	negativos da pandemia e apontar soluções. A Enap irá apoiar a equipe do FNDE no entendimento do problema, na imersão na realidade, no desenho de melhorias do processo de monitoramento, e na construção de uma rota para implementação dessas melhorias.
27 de maio de 2021	Fundacentro realiza a segunda parte da 5ª edição do Lab Talk sobre a transmissão aérea da Covid-19, máscaras e novas tecnologias de proteção
28 de maio de 2021	Resolução do Codefat reestrutura o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional (Qualifica Brasil). A ação é voltada à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e visa promover a empregabilidade do trabalhador e incrementar sua produtividade e a renda; Secretaria Especial de Previdência e Trabalho estabelece normas relativas ao processamento e pagamento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Bem), fixando critérios e procedimentos relativos ao recebimento de informações, concessão, pagamento e recursos do benefício.
31 de maio de 2021	Secretário especial de Fazenda apresenta dados atualizados referentes à Análise do Impacto Fiscal das Medidas de Enfrentamento à Pandemia em sessão virtual da Comissão Temporária da Covid-19 do Senado, destacando tendência de recuperação econômica, com vacinação e melhora fiscal; Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) autoriza Alagoas, Goiás e Tocantins a isentar as vendas do “kit intubação” da incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)
2 de junho de 2021	Presidente da República, Jair Bolsonaro, sanciona projeto que concede caráter permanente ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe); Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana transfere as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal em Alagoinhas (BA) para outras unidades; Secretaria de Trabalho e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada realizam webinar para apresentar o resultado do processo de revisão de normas trabalhistas, iniciado em 2019, visando à consolidação normativa, à transformação digital, à modernização da fiscalização do trabalho e à modernização trabalhista
4 de junho de 2021	Governo federal publica lei que estabelece caráter permanente ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), transformando-o em política oficial de crédito, permanente, de apoio às microempresas e às

Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	pequenas empresas; Medida Provisória abre crédito extraordinário de R\$ 5 bilhões em atendimento à integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para o Pronampe - Nacional (Crédito Extraordinário - Covid-19)
7 de junho de 2021	INSS inicia calendário de atendimentos dos PREVBarcos em junho no estado do Pará, de 7 de junho a 2 de julho, dentro dos protocolos de segurança necessários diante da pandemia da Covid-19
8 de junho de 2021	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana estabelece novo prazo de transferência das atividades de atendimento presencial, de 7 a 11 de junho, da Agência da Receita Federal em Alagoinhas (BA) para outras unidades
9 de junho de 2021	Medida Provisória abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa e da Cidadania, no valor de R\$ 235.348.850,00, para reforçar ações da Fundação Nacional do Índio (Funai) no enfrentamento ao novo coronavírus, e verbas para a distribuição de alimentos a grupos populacionais tradicionais e específicos; Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) reduz tarifas de importação de mais 23 produtos do Mercosul para garantir o abastecimento normal e fluído de mercadorias no bloco econômico, tais como insumos agrícolas, equipamentos para geradores de energia, insumos químicos, tintas para impressão e lentes de contato; Ministério da Economia libera R\$ 3,1 bilhões das dotações orçamentárias de ministérios e autarquias federais em razão da redução na projeção de gastos com despesas obrigatórias, apresentada no final de maio no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º Bimestre
11 de junho de 2021	Ampliados a prorrogação do Auxílio Emergencial a trabalhadores da cultura e o prazo de utilização de recursos pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, ficando autorizada a reabertura dos instrumentos de apoio ao setor cultural; Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiiana (RS) estabelece medidas para disciplinar os procedimentos relacionados à verificação remota de cargas e mercadorias por meio de imagens, na importação e na exportação, no âmbito do Porto Seco Rodoviário de Uruguaiiana (PSR) e do Centro Unificado de Fronteira de São Borja (CUF)
14 de junho de 2021	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana (BA) transfere as atividades de atendimento presencial aos contribuintes da agência de Paulo Afonso para unidades mais próximas entre os dias 14 de junho a 9 de julho de 2021
15 de junho de 2021	Secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, informa, em participação na 109ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que o governo brasileiro deve anunciar em breve medidas para incentivar a geração de vagas de primeiro emprego aos jovens;

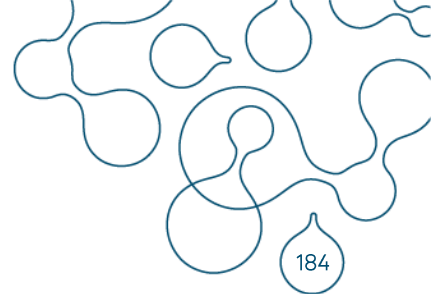


Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia divulga a Nota Técnica “Juventude e informalidade no Brasil: é possível reduzir a barreira à entrada no mercado formal de trabalho?”
17 de junho de 2021	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana (BA) transfere as atividades de atendimento presencial da agência em Juazeiro para outras unidades entre os dias 21 de junho a 1º de julho de 2021; Diretoria de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estabelece orientações quanto à análise do Seguro Defeso do pescador embarcado, no que se refere à prorrogação da data de validade dos documentos expedidos pelas Capitânicas dos Portos, durante a pandemia da Covid-19
18 de junho de 2021	Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Economia (Secap/ME) realizou seminário on-line tendo como foco as políticas públicas de emprego, tanto no contexto da pandemia da Covid-19 como no pós-pandemia; Prorrogado o prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; Alfândega da Receita Federal no Porto de Paranaguá (SC) disciplina procedimentos relacionados à verificação física remota de mercadorias, por meio de imagens, na importação ou exportação no porto catarinense de Paranaguá; Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publica portaria que autoriza a rede bancária a realizar pagamentos do lote anual 2021 de créditos decorrentes da revisão do inciso II do art. 29 da Lei nº 8.213/1991, considerando o estado de emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19
22 de junho de 2021	Sancionada a Lei nº 14.176/2021, que amplia acesso de idosos e pessoas com deficiência ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esse benefício assegura o pagamento de um salário mínimo mensal a idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência de qualquer idade – nos dois casos para for de família de baixa renda – público este bastante afetado no período de pandemia do novo coronavírus
23 de junho de 2021	Foi concluída a tramitação da Medida Provisória nº 1.033/2021 no Congresso Nacional, com aprovação do texto pela Câmara dos Deputados. A proposta dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs); Ministério da Saúde assina Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Ministério da Economia (ME) para a utilização da Plataforma +Brasil; Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior publica a Resolução Gecex nº 211/2021, que concede redução temporária do Imposto de Importação, para zero por cento, de uma nova série medicamentos

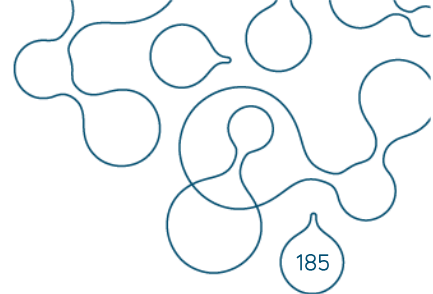
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
24 de junho de 2021	O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) inicia o pagamento do adiantamento do 13º salário (abono anual) a cerca de 31 milhões de segurados.
25 de junho de 2021	A Receita Federal amplia prazo de dispensa de autenticação documental para 31 de dezembro de 2021; Impacto primário das medidas de combate à pandemia, para o ano, chega a R\$ 97,5 bilhões segundo informações atualizadas da Análise do Impacto Fiscal das Medidas de Enfrentamento à Covid-19, com números referentes a 2021; O Observatório Covid-19 do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) apresenta novo estudo sobre tecnologias relacionadas ao combate ao novo coronavírus; A Dataprev divulga que após novo processamento de dados realizados pela instituição no Auxílio Emergencial, em junho, mais 106.011 cidadãos foram considerados elegíveis ao programa.
28 de junho de 2021	A Superintendência Regional da 2ª Região Fiscal da Receita Federal publica a Portaria SRRF02 nº 60/2021 que estabelece o atendimento virtual nas unidades da 2ª Região Fiscal (AC, AM, AP, PA, RO e RR), durante o estado de emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (Covid-19)
29 de junho de 2021	O Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) decide prorrogar até 31 de dezembro de 2021 a vigência do regime de trâmite prioritário de pedidos de patentes relativos a tecnologias para tratamento da Covid-19; O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulga estudo com análise sobre a eficiência dos dados publicados pelas prefeituras das capitais brasileiras sobre a Covid-19
30 de junho de 2021	Sancionada a Lei nº 14.179/2021, que vai facilitar o acesso a crédito, e, assim, ajudar o país a combater impactos econômicos decorrentes da pandemia de Covid-19
1º de julho de 2021	A Receita Federal publica a Portaria RFB nº 52/2021, estabelecendo regras para o fornecimento de informações para fins de concessão de linhas de crédito a microempresas e empresas de pequeno porte, a serem contratadas em 2021 por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe); Divulgados dados de maio do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), apontando saldo positivo de 280.666 postos de trabalhos formais no mês; Após ter ficado suspensa, desde março de 2020, como medida de proteção contra o contágio pela Covid-19, volta a ser exigida a Prova de Vida para aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis do Executivo federal
02 de julho de 2021	O governo edita o Decreto nº 10.739/2021, que regulamenta o enquadramento do público atendido pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e

Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	Empresas de Pequeno Porte (Pronampe); O governo federal atinge a marca de 3 mil serviços totalmente digitalizados A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) divulga que o projeto "Comunicando evidências em saúde" foi uma das nove iniciativas selecionadas na Chamada de Projetos de Transformação em Governo #SuperaCovid, lançada pela Enap no segundo semestre de 2020, voltadas para mitigar os efeitos da pandemia de Covid-19
5 de julho de 2021	Governo estabelece condições para a contratação de operações de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe); INSS estabelece novo calendário de "prova de vida" até agosto de 2022; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional define procedimentos, requisitos e condições necessárias à realização de transação relativa ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) que visa ajudar as empresas do setor a superar a crise gerada pelos efeitos do novo coronavírus
6 de julho de 2021	Medida Provisória abre crédito extraordinário de mais de R\$ 20,2 bilhões em favor do Ministério da Cidadania, permitindo a prorrogação do pagamento do Auxílio Emergencial 2021 por mais três meses
7 de julho de 2021	Medida Provisória institui o Programa de Estímulo ao Crédito e dispõe sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias; Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia determina as adaptações necessárias aos procedimentos das investigações de defesa comercial e das avaliações de interesse público em decorrência da pandemia do novo coronavírus; Instituto Nacional da Propriedade Indústria (INPI) publica estudo "Vacinas baseadas em vírus inativado para prevenção da Covid-19; Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) promoverão o curso "Protocolos sanitários preventivos contra o novo coronavírus".
9 de julho de 2021	Ministro da Economia, Paulo Guedes, participou da 3ª Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G20, na qual destacou o compromisso do governo brasileiro com a proteção à saúde – dando ênfase às mais de 100 milhões de doses de vacina contra a Covid-19 já aplicadas no país – e com a agenda de reformas econômicas estruturantes
12 de julho de 2021	Aberto o prazo de adesão ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), negociação deverá ser feita no portal Regularize até o dia 26 de novembro; Publicada no Diário Oficial da União Portaria do INSS que cria o serviço de "Atendimento Especializado" pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

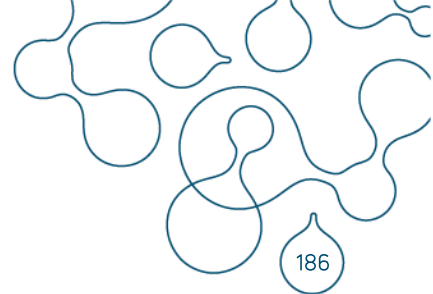
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
13 de julho de 2021	A Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO), da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), apresenta mais uma publicação do Dossiê "A pandemia da Covid-19 e a Saúde do Trabalhador"
14 de julho de 2021	A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) revisa a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil para 5,3% em 2021; Publicada Portaria Fazenda/ME que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual (LOA), no valor de R\$ 950 milhões, em favor do Ministério da Saúde
15 de julho de 2021	Ipea divulga Nota de Conjuntura sobre o tema "Trabalho remoto no Brasil em 2020 sob a pandemia do Covid-19: quem, quantos e onde estão?"
16 de julho de 2021	Receita Federal prorroga o prazo de entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) referente ao ano-calendário de 2020, o prazo que terminaria no último dia útil de julho foi transferido para 30 de setembro de 2021; Programa Emergencial de Preservação do Emprego e Renda (BEm) alcança a marca de 3 milhões de acordos celebrados entre trabalhadores e empresas em 2021; Publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.187/2021, que traz regras sobre a autorização para que estruturas industriais destinadas à fabricação de vacinas de uso veterinário sejam utilizadas na produção de insumos farmacêuticos ativos (IFA) e vacinas contra a Covid-19 no Brasil; Inmetro publica a Portaria nº 295/2021, estabelecendo que, a partir do dia 2 de agosto de 2021, serão retomadas as validades dos certificados de verificação de instrumentos de medição como cronotacógrafos, veículos tanques, medidores de velocidade e etilômetros; Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) publica a Resolução nº 10/2021, que dispõe sobre a alteração no índice de correções dos contratos de autorização, concessão e permissão de uso, por conta dos efeitos da Pandemia da Covid -19 (Coronavírus), e dá outras providências
21 de julho de 2021	Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia divulga a análise Conjuntura Macroeconômica e Arrecadação Bruta de Tributos Federais, apontando que o Brasil alcançou cenário sólido de recuperação da atividade econômica após os impactos da pandemia da Covid-19, sendo o mais recente indicador positivo o resultado da arrecadação federal em junho de 2021 – R\$ 137,169 bilhões, o que representa crescimento real de 46,77% ante junho do ano passado
22 de julho de 2021	Ministério da Economia desbloqueia R\$ 4,5 bilhões para despesas, sendo R\$ 1,557 bilhão para o Ministério da Educação, ao qual estão vinculados hospitais universitários distribuídos por todo o país



Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
23 de julho de 2021	Decreto nº 10.751/2021 altera a Lei Aldir Blanc e estende a prorrogação do Auxílio Emergencial a trabalhadores da cultura e o prazo de utilização dos recursos pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios
26 de julho de 2021	Escola Virtual de Governo (EV.G), da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), registrou recorde de quatro milhões de inscrições, sendo 60% delas efetuadas a partir do início da pandemia da Covid-19; Pesquisa da Enap indica que as cidades brasileiras com baixo desempenho em indicadores socioeconômicos são as mais afetadas pelo novo coronavírus e que o tamanho da população dos municípios e a distância em relação às capitais também impactam no avanço da Covid-19; Decreto aprimora determinações sobre a proibição de exportações de 19 itens entre produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à pandemia Covid-19, incluindo tipos específicos de seringas, agulhas hipodérmicas e solução de cloreto de sódio
27 de julho de 2021	Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) realiza o webinar "Como as soluções digitais podem apoiar os negócios na retomada pós-pandemia?", em parceria com a Fecomércio/MG, em 5 de agosto, durante o qual serão debatidos pontos como a tecnologia, que teve papel fundamental para a rápida retomada econômica e o surgimento de novos modelos de negócio, além de apresentados cases bem-sucedidos de enfrentamento aos desafios, lições aprendidas, perspectivas e visões de futuro
28 de julho de 2021	Cidadãos que já tomaram as duas doses ou a dose única da vacina contra a Covid-19 já podem emitir o Certificado Nacional de Vacinação Covid-19, por meio do portal Gov.br, documento que comprova que a pessoa completou seu ciclo vacinal contra o vírus e pode ser apresentado sempre que necessário; Governo federal autoriza a prorrogação, até 31 de dezembro, dos prazos para atendimento das cláusulas suspensivas dos convênios e contratos de repasse celebrados no ano de 2019, ajudando estados e municípios a não perder os recursos de aproximadamente 2,2 mil instrumentos assinados no período, com valor de repasse em torno de R\$ 2,58 bilhões; Serpro realiza webinar sobre "Escritório Virtual", mostrando como importantes instituições não só gerenciaram esse momento de crise, mas conseguiram transformar um aparente obstáculo em uma oportunidade de acelerar seu processo de transformação digital
2 de agosto de 2021	Receita Federal passa a oferecer novos serviços – como cancelamento de cadastro indevido de atividade econômica de pessoa física; correção da atividade econômica de pessoa física ou o tipo de contribuinte; reativação da atividade econômica de pessoa física encerrada indevidamente; e cancelamento de



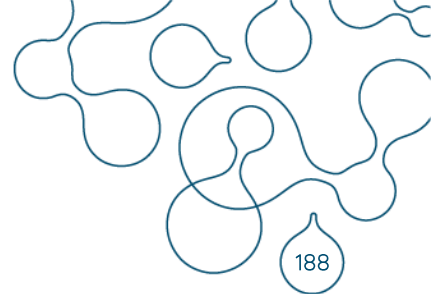
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
	cadastro indevido de obra – solicitados por meio de processo digital, de forma que o contribuinte não precise entrar em contato com um atendente ou se dirigir a uma unidade presencial, bastando acessar o e-CAC, abrir o processo e juntar os documentos necessários; Delegacia da Receita Federal em Feira de Santana transfere as atividades de atendimento presencial aos contribuintes da Agência da Receita em Paulo Afonso/BA para unidades mais próximas, levando em conta a situação de emergência em saúde pública no estado da Bahia e as orientações do Ministério da Saúde quanto às medidas de distanciamento e isolamento social; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) retoma as validades dos certificados de verificação de instrumentos de medição como cronotacógrafos, veículos tanques, medidores de velocidade e etilômetros
3 de agosto de 2021	Ministério da Economia aponta que o governo federal poupou R\$ 1,419 bilhão com o trabalho remoto de servidores públicos durante a pandemia da Covid-19, considerando a redução dos gastos com diárias; passagens e despesas com locomoção; serviços de energia elétrica; serviços de água e esgoto; e cópias e reprodução de documentos entre os meses de março de 2020 e junho de 2021
4 de agosto de 2021	Balanço da Secretaria de Política Econômica/ME sobre os resultados da transação tributária aponta a celebração de mais de 300 mil acordos para o pagamento de dívidas, ultrapassando a marca de R\$ 100 bilhões em dívidas negociadas e, dessa forma, minimizando o efeito do isolamento sobre o emprego; Receita Federal e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais em Pouso Alegre destinam quatro toneladas de vestuários para doação à população de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade, sendo que parte do material será utilizado na confecção de máscaras de proteção ao novo coronavírus; Medida Provisória altera a Lei nº 14.172/2021, que dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública, retirando o prazo de 30 dias após a publicação da lei para que a União realize a transferência do recurso a estados e ao Distrito Federal em parcela única – mudança necessária para permitir que o governo defina, junto com o Congresso, uma realocação orçamentária para a viabilização do projeto
10 de agosto de 2021	Medida Provisória abre crédito extraordinário de R\$ 9,102 bilhões em favor do Ministério da Saúde para aplicação em ações como “Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças” e de “Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial”



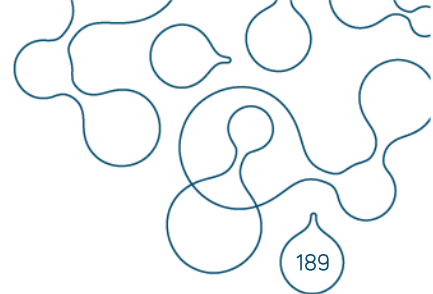
Legislação COVID-19 (ME) Atualização 25/08/21	
MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL	
https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19	
Data	Medida
12 de agosto de 2021	O ministro da Economia, Paulo Guedes, participa de audiência pública da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que discutiu a Lei nº 14.172/2021, que garante o acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e professores da educação básica pública para enfrentamento das restrições causadas pela pandemia da Covid-19, e as alterações introduzidas pela MP nº 1.060/2021, que altera a referida Lei; 1º Webinar das Redes Estaduais de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (TransformaGov) conta com a participação simultânea das 15 redes existentes e traz como tema “Programa de Gestão (PG) e a experiência do teletrabalho no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)” para apresentar os resultados iniciais da medida; Inspeção da Receita Federal no Porto de São Luís suspende temporariamente o atendimento a voos internacionais no âmbito da jurisdição da IRF/SLS/MA, garantindo apenas os atendimentos em situações como as de pousos de emergência; desvio de rota por condições climáticas e panes; e a aeronaves de prefixo nacional, cujo proprietário mantém domicílio no estado do Maranhão; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga que o volume de serviços cresceu 1,7% na passagem de maio para junho, acumulando ganho de 4,4% nos últimos três meses, ampliando o distanciamento em relação ao nível pré-pandemia da Covid-19 – já que se encontra 2,4% acima de fevereiro do ano passado – como também alcançando o patamar mais elevado desde maio de 2016
13 de agosto de 2021	Ministério da Economia e Confederação Nacional da Indústria (CNI) assinam Memorando de Entendimento visando simplificar o acesso ao crédito para viabilizar investimentos, giro e a operação industrial, de forma a contribuir para o aumento da produtividade, da sustentabilidade e da competitividade da indústria brasileira, além de permitir às empresas maior chance de aprovação de financiamentos e inclusão financeira; Receita Federal estabelece que as empresas obrigadas a apresentarem a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) podem contar com novas orientações consolidadas em um único normativo, de forma a simplificar e melhorar o ambiente de negócios no Brasil. Estão dispensadas da apresentação do documento as empresas que não gerarem fatos a serem informados no período de apuração – o que era concedido apenas às empresas do Simples Nacional, aos empregadores e aos contribuintes pessoas físicas, exceto aos empregadores domésticos

DIRETRIZES E INICIATIVAS INTERNACIONAIS

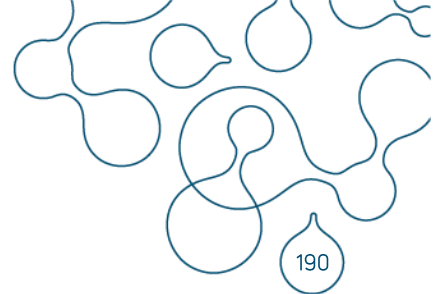




DIRETRIZES E INICIATIVAS INTERNACIONAIS	
Documento	Diretrizes
G7 leaders' Statement on COVID-19	Propõe medidas de fomento às economias: a) medidas monetárias e fiscais; b) ações de apoio aos trabalhadores e empresas nos setores mais afetados; Reforça importância da coordenação entre as organizações internacionais; Apoio o comércio, investimento, ciência e pesquisa globais, incluindo emergentes e em desenvolvimento
COVID-19: Joint actions to win the war	Coordenação e cooperação entre os países o para combate o COVID-19 e o desenvolvimento científico de tratamentos; Adoção de políticas conjuntas e financiamento para a) tratamento e produtos de saúde para todos; b) alterações na jornada de trabalho; c) flexibilização no pagamento dos tributos pelas empresas; c) investimento em pesquisas em saúde; Monitoramento e diagnóstico de medidas regulatórias no âmbito financeiro Remoção de restrições comerciais
Declaração dos Presidentes do Mercosul sobre coordenação regional para a contenção e a mitigação do coronavírus e seu impacto	Facilitação do retorno de cidadãos e residentes aos seus lugares de origem; Notificação das medidas de fronteiras adotadas ou que serão adotadas; Identificação e remoção de obstáculos que dificultem a circulação de bens e serviços; Avaliação da possibilidade de reduzir tarifas aplicadas aos produtos e insumos destinados à prevenção de doenças e ao cuidado da saúde; Convocação de organismos multilaterais de crédito, em particular o BID, a CAF e o FONPLATA para avaliarem medidas
WTO members' notifications on COVID-19	Monitoramento de notificações na OMC de medidas dos países sobre o coronavírus; Notificações até o momento: Rússia (SPS), Cazaquistão (SPS), Brasil (TBT e SPS), Indonésia (SPS), Ilhas Maurício (SPS), Quirguistão (Cotas e transparência), Albânia (Cotas), Tailândia (Cotas e transparência), Ucrânia (Cotas e TBT), Canadá (Acesso a mercados), União Europeia (SPS, cotas e facilitação), Macedônia (Cotas e transparência), Chile (SPS), Peru (TBT), Costa Rica (SPS), Austrália (SPS), Quênia (TBT), África do Sul (SPS), EUA (SPS)
COVID-19 AND ATA CARNETS: Exceptional operations	Recomendações e monitoramento de políticas relacionadas ao trânsito de produtos no âmbito do Carnê ATA durante a pandemia do coronavírus; Países que disponibilizaram informações até o momento: Itália e Alemanha
Extraordinary G20 Leaders' Summit Statement on COVID-19	Proteger os mais vulneráveis, expansão da fabricação de produtos essenciais e de combate à pandemia e compartilhar melhores práticas; Injetar mais de US\$ 4,8



DIRETRIZES E INICIATIVAS INTERNACIONAIS	
Documento	Diretrizes
	trilhões na economia global para combater os impactos econômicos; Assegurar o fluxo transfronteiriço de produtos médicos, agrícolas, dentre outros; Evitar interrupções nas cadeias globais e no tráfego do comércio internacional; Manter os mercados abertos e criar um ambiente de comércio e investimentos; Desenvolver um plano de ação econômico do G20; Adotar um pacote financeiro em trabalho conjunto com OMS, FMI e Banco Mundial
Joint Statement by FAO, WHO and WTO	Evitar barreiras desnecessárias ao comércio, sobretudo na cadeia de alimentos; Reforçar a cooperação internacional para combater a pandemia; Proteger produtores e trabalhadores
Esforço regional contra a pandemia: fundo de emergência de US\$ 16 milhões para combate ao COVID-19	Aprova de um aporte de US\$ 16.000.000 adicionais, pelo FOCEM, para o projeto Plurinacional “Investigação, Educação e Biotecnologias aplicadas à Saúde” para o combate coordenado contra o COVID-19
WCO-WTO Joint Statement on COVID-19 related trade measures	Reitera a importância de trabalho em conjunto das organizações; Reforça a necessidade de transparência de informações
TRANSPARENCY – WHY IT MATTERS AT TIMES OF CRISIS	Reitera a importância de transparência de informações, sobretudo em momentos de crise; Reforça o papel dos acordos da OMC em questões de transparência
Country Policy Tracker	Ferramenta que monitora medidas dos países para combate ao coronavírus.
Joint Statement on the impact of COVID-19 on food availability and supply	Reitera a importância da cooperação para garantir os 3 pilares da ONU: paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento sustentável; Reitera que todos devem receber alimentos e que ações devem ser tomadas para apoiar os produtores
RESPONDING TO THE COVID-19 PANDEMIC WITH OPEN AND PREDICTABLE TRADE IN AGRICULTURAL AND FOOD PRODUCTS	Declaração sobre o comércio agrícola de alimentos durante a pandemia do coronavírus; Signatários: Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, UE, China, Japão, Coreia, Malawi, México, Nova Zelândia, Paraguai, Peru, Qatar, Singapura, Taiwan, Reino Unido, Ucrânia, EUA e Uruguai
MERCOSUR: Argentina informó que dejará de participar de las negociaciones externas en curso	Decisão da Argentina de sair das negociações do Mercosul em andamento com Canadá, Coreia do Sul, Cingapura e Líbano.
MEASURES AFFECTING TRADE IN SERVICES TAKEN IN THE CONTEXT OF COVID-19	Notificações dos países da OMC sobre medidas relacionadas ao comércio de serviços para combate ao coronavírus.



DIRETRIZES E INICIATIVAS INTERNACIONAIS	
Documento	Diretrizes
COVID-19 Trade Facilitation Toolkit	Notificações dos países da OMC sobre medidas relacionadas ao comércio de serviços para combate ao coronavírus.
COVID-19: Measures affecting trade in intellectual property	Notificações dos países da OMC sobre medidas de Propriedade Intelectual para combate ao coronavírus.
Statement of the Ottawa Group: Focusing Action on Covid-19	O grupo de Ottawa é formado por 13 governos e o plano de ação é dividido em 6 áreas: transparência, agricultura, comércio digital, setor privado, facilitação de comércio e equipamentos médicos